

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

ANDRÉIA PIANA TITON

**JOVENS DE BAIXA RENDA DE FLORIANÓPOLIS/SC
E SUAS RELAÇÕES NA E COM A CIDADE**

FLORIANÓPOLIS

2008

ANDRÉIA PIANA TITON

**JOVENS DE BAIXA RENDA DE FLORIANÓPOLIS/SC
E SUAS RELAÇÕES NA E COM A CIDADE**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em Psicologia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Santa
Catarina.

Orientadora: Prof. Andréa Vieira Zanella

**FLORIANÓPOLIS
2008**

AGRADECIMENTOS

À professora Andréa Vieira Zanella, pela importante participação na minha formação profissional, pela amizade, dedicação e confiança...

Aos jovens dessa pesquisa e seus familiares, pela valiosa participação...

À todos os(as) amigos(as) que marcaram a trajetória que percorri na Psicologia, pela força e apoio, pelos momentos compartilhados...

Alexandre Antunes, Fabiana Lopes Ribeiro, Rachel Leal, André Heloy, Lílian Caroline Urnau, Helen Cristina de Oliveira, Cristiane Marcos, Lorena Milanezi, Liamara Stumpf, Tadeu Mainers, Janaína Furtado, Marcela Gomes, Taís Dassoler, Marcelo Grimm Cabral, Rita Muller, Maria Elisabete Molinete, Lucíola Zanirato, Domitila Cayres, Andréa Knabem e tantos outros...

À minha família... com quem aprendi a resistir e lutar pelos sonhos...

aos meus pais: Almerindo Titon e Cecília Piana Titon

e aos meus irmãos, cada um em sua singularidade: Carmem, Jorge, Salete, Sandra, Claudemir... e seus(uas) companheiros(as)... e filhos...

Ao Jorge, pelas valiosas contribuições filosóficas no decorrer da minha trajetória profissional...

À Rachel pelas revisões do texto final...

À tantos outros que levo comigo...

À CAPES pela bolsa no segundo ano do mestrado...

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1	INTRODUÇÃO	07
2	A CIDADE (DES)CONHECIDA	13
	2.1. A cidade como um <i>outro</i>	16
	2.2. Os jovens de baixa renda e a(s) cidade(s)	23
3	MÉTODO	26
	3.1 Sujeitos	27
	3.2 Procedimentos para coleta de informações	28
	3.3 Procedimentos de análise dos dados	30
4	A IMERSÃO NO CAMPO E O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO TANTO DOS SUJEITOS DA PESQUISA QUANTO DA PESQUISADORA	32
	4.1 Relações tecidas no decorrer da pesquisa de campo: os diferentes interlocutores	34
5	O QUE DIZEM OS JOVENS E AS IMAGENS PRODUZIDAS POR ELES .	52
	5.1 - Cidade: lugar de paragem, lugar de passagem	52
	5.2 - A cidade e suas contradições	69
	5.3 - A (in)visibilidade da violência urbana	87
	5.3.1 Violência urbana e segurança pública	106
	5.4 - A cidade e suas (im)possibilidades, os jovens e suas estratégias de resistência	113
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
7	REFERÊNCIAS	144
8	APÊNDICES	151
	8.1. Anexo 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (participantes)	152
	8.2. Anexo 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (responsável)	153
	8.3. Anexo 3 – Roteiro de Entrevista	154
	8.4. Anexo 4 – Roteiro de Entrevista com as imagens	155
	8.5. Anexo 5 – Tabela 1 – Caracterização dos participantes	157

TITON, Andréia Piana. **Jovens de baixa renda de Florianópolis/SC e suas relações na e com a cidade**. Florianópolis, 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Dra. Andréa Vieira Zanella

Defesa: 18/03/2008

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar as relações de um grupo de jovens de baixa renda na e com a cidade de Florianópolis/SC, sendo a juventude compreendida como uma categoria social construída na modernidade e determinada pelo contexto histórico-cultural em que os jovens estão inseridos. Participaram da pesquisa nove jovens, todos moradores de localidades de periferia da cidade de Florianópolis/SC. Para a coleta de informações, foram realizadas entrevistas iniciais, registros fotográficos da cidade pelos participantes, entrevista a partir das imagens registradas, além de observações participantes. A partir dos dados coletados foram analisadas, à luz das contribuições de Vigotski e Bakhtin, as condições sociais, culturais e históricas em que vivem esses jovens, as relações que estabelecem entre si e com os contextos dos quais participam, mediadas pelo lugar social que ocupam na cidade. Conclui-se que a vivência do tempo da juventude está diretamente vinculada às (im)possibilidades do contexto social mais amplo do qual os jovens participam/fazem parte, assim como suas estratégias de sobrevivência e resistência cotidianas. Além disso, apesar desses jovens fazerem parte do mesmo segmento social e ocuparem áreas desvalorizadas da cidade, as experiências destes na/com a cidade são apropriadas de modo particular, que remete à singularidade dos sujeitos, aos acontecimentos e experiências que o cotidiano impõe a estes jovens e à forma como destes se apropriam.

Palavras-chave: jovens de baixa renda; constituição do sujeito; cidade; Vigotski; Bakhtin.

ABSTRACT

This research aims to investigate the relationships of a group of young people from low income in and with the city of Florianopolis / SC, the youth is understood as a social category built in modernity and determined by the historical and cultural context in which young people are inserted. Participates of the research nine young people, all residents of 'periphery' localities of Florianopolis/SC city. For the collection of information were conducted initial interviews, photographic records of the city by the participants, interviews about recorded images, as well as participant observations. From the data collected were analyzed, from the contributions of Vygotsky and Bakhtin, social cultural and historical conditions in which these young people live, the relationships established among themselves and with the contexts of which they take part, mediated by the social place that they occupy in the city. It is concluded that the experience of time of the youth is directly linked to the (im) possibilities of the broader social context in which the young people participate / built, as well as to their survival strategies and everyday resistance. Moreover, despite these young people take part in the same segment social and occupy devaluated areas of the city, the experiences of those in / with the city are appropriated in a particular way, which refers to the singularity of the people, to the events and experiences daily imposed to these young people and how they appropriate from these.

Key words: young people from low income; constitution of the subject; city; Vigotski; Bakhtin.

1. INTRODUÇÃO

A partir do final da década de 1980, as discussões sobre juventude nas políticas públicas, nas pesquisas acadêmicas, assim como na mídia se intensificaram. No entanto, os debates sobre esse tema ainda são marcados por falta de consenso e contradições em relação a diversos conceitos e problemáticas, como na concepção de juventude. Como mostra Ariès (1978), as percepções e noções da juventude, assim como da infância, são demarcados sócio-historicamente, ou seja, variam conforme o tempo histórico e a cultura. Sposito (2005), por sua vez, destaca que a noção de juventude teria sido criada na modernidade e caracterizada principalmente como um período de transição entre a infância e o mundo adulto.

Consoante com essa perspectiva, Groppo (2000) destaca que os significados e vivências da juventude estão diretamente relacionados com as transformações na modernidade, em aspectos como o mercado de consumo, o lazer, as relações cotidianas. Por outro lado, a construção ‘sócio-cultural’ da condição juvenil está pautada no reconhecimento de determinadas faixas etárias e na ‘institucionalização do curso da vida’ decorrentes dos processos de modernização e da configuração da contemporaneidade. Essas questões se contrapõem aos discursos que universalizam e naturalizam essa etapa da vida construída socialmente, como é discutido por Coimbra, Bocco e Nascimento (2005).

Partindo dessa compreensão, trabalhamos nesta pesquisa com a noção de juventude como uma ‘categoria social’ (GROPPO, 2000), que significa mais do que uma determinada faixa etária natural e objetiva, mas um momento da vida marcado por experiências e práticas sociais juvenis inseridas em determinado contexto histórico-cultural. Além disso, ressalta-se que as experiências de pessoas que são categorizadas como jovens variam conforme o segmento social, o país, a região e o momento histórico, o que requer a consideração da pluralidade das juventudes. Inclusive, dentro de um mesmo segmento social, essas experiências são demarcadas pela situação de gênero, etnia, entre outras.

As desigualdades sociais que caracterizam nosso país contribuem para que sejam desiguais as possibilidades de experiências para os jovens brasileiros. O contexto histórico atual, marcado por políticas neoliberais que produzem insegurança, desemprego, exclusão e miséria, traz implicações para as possibilidades de existência desses jovens e demais pessoas, a partir do lugar que ocupam na sociedade. Pesquisadores como Zaluar (1996), Cassab

(2001), Nascimento & Coimbra (2003), entre outros, discutem essa questão e o impacto das diferenças sociais nas possibilidades de existência de grande parte desses jovens, o que demanda diferentes estratégias de sobrevivência e resistência nas suas práticas cotidianas.

Consoante com essa problematização, Sawaia (1999, p.98) destaca a necessidade, ao discutir os processos de exclusão e inclusão social, de se analisar o contexto em que os sujeitos estão inseridos, marcado por determinadas condições econômicas e políticas, assim como se faz necessário dar força ao sujeito, porque se considera que “é no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção e necessidade do eu”.

Por sua vez, considerando que as pessoas se constituem nas relações sociais, mediadas semioticamente (VIGOTSKI, 2000), pode-se apontar a importância das redes de sociabilidade e das práticas sociais em que as pessoas estão inseridas para a compreensão de sua constituição, além do contexto histórico-cultural de sua época. Essas relações e práticas são produzidas em contextos específicos, sendo, a cidade, lócus de constituição de sujeitos e, portanto, importante espaço a ser compreendido na contemporaneidade em razão das (im)possibilidades de experiências que oportunizam às juventudes na contemporaneidade.

Profundamente marcadas pelas transformações sociais e econômicas que vêm ocorrendo - como o desenvolvimento de ciências e tecnologias, a exacerbação do consumo e a utilização da mídia na produção de subjetividades, entre outras -, as cidades organizam-se em função da lógica do sistema capitalista. Regulam esse espaço a produção, circulação e consumo de produtos, o que possibilita a movimentação das pessoas pelas rotas urbanas conforme o lugar que ocupam enquanto produtoras/ consumidoras. Essa organização das cidades em função do capital faz com que ocorra uma maior valorização e investimento de infra-estrutura e acesso a recursos materiais e simbólicos em alguns espaços e desvalorização e falta de investimento em outros, o que é visível nas separações entre os espaços urbanos e mesmo entre as regiões do país.

Essa complexidade das cidades contemporâneas vem sendo objeto de estudo de diferentes pesquisadores, principalmente antropólogos e sociólogos (LEFEBVRE, 1969; SANTOS, 1998; MAGNANI, 1992; e outros), além dos envolvidos com as discussões sobre planejamento urbano. Na área da psicologia, pesquisadores como Castro (2001, 2004), Cassab (1999; 2001) e Assis (2005), entre outros, discutem as implicações das experiências na cidade na constituição de subjetividades. Na área da educação, destaca-se o trabalho de Carrano (2003) sobre as potencialidades da cidade enquanto “arena cultural” educativa.

Assis (2005) investigou, em sua dissertação de mestrado, o modo como jovens de baixa renda da cidade do Rio de Janeiro se reconhecem, se representam e se relacionam com o todo social no qual se encontram. A autora constatou que em geral esses jovens encontram-se circunscritos nas localidades onde residem, com poucas experiências com outros grupos sociais fora destes contextos e, quando isso ocorre, essas experiências são acompanhadas de sentimentos de hostilidade e indiferença. Por sua vez, mesmo em suas comunidades vivenciam situações de constrangimento e restrição nos espaços de circulação, principalmente em função do domínio do narcotráfico, das ações policiais e da negligência do Estado. Conforme a autora, “a falta de oportunidades de trocas sociais no espaço urbano e em seus locais de moradia sugere aos jovens um sentimento de vazio, de desapropriação, de não pertencimento” (ibid, p.133).

Uma outra questão apontada por Assis (2005) foi a importância atribuída por aqueles jovens de baixa renda na participação em atividades de lazer ou laborais como alternativa para se “defenderem” dos perigos da rua, assim como para viabilizar uma certa mobilidade espacial, já que estas permitem o consumo e com isso a participação em determinados espaços sociais e a apropriação de serviços e bens urbanos. Conforme a autora, quando não é possível a participação através do trabalho, uma das alternativas para obter reconhecimento e dinheiro, pode ser vincular-se à criminalidade e ao tráfico de drogas, apesar dessa alternativa não favorecer a participação no espaço urbano e restringir ainda mais os circuitos de sociabilidade. Porém, existem ainda outras formas de sociabilidade encontradas pela autora em sua pesquisa, como por exemplo o *Funk*, que permite uma inserção em diferentes comunidades.

Cassab (2001), por sua vez, realizou uma pesquisa com jovens também de baixa renda da cidade do Rio de Janeiro, onde procurou conhecer como a cidade está presente na construção da subjetividade destes jovens, configurando suas escolhas e seus modos de vida. Procurou identificar, através das suas falas, as várias “faces” que a cidade assume e como eles vão interagindo com ela e se produzindo nessa relação. Além disso, a autora discute as alternativas que encontram para lutar cotidianamente por sua sobrevivência. Cassab constata diferentes formas de inserção social encontradas por estes jovens: uma delas é o trabalho, pois a identidade de trabalhador atua como uma estratégia de reconhecimento e diferenciação, que os protege de certa forma da vigilância e violência a que estão submetidos cotidianamente, em especial quando circulam pelos espaços.

Castro (2001), que vem trabalhando com a questão da participação de crianças e jovens na construção da cultura, discute a necessidade de que estes também se apropriem da cidade, para além dos espaços da escola e da casa onde vivem, como condição para o exercício de cidadania. Neste sentido, destaca a importância de que conheçam e se identifiquem com a cidade, pois é a partir dessa apropriação que será possível participar ativamente nos destinos desta, enquanto cidadão.

Estes trabalhos apontam para a necessidade de se compreender os sujeitos em relação aos espaços dos quais participam/constroem, e no caso das crianças e jovens, pode-se demarcar também a importância das relações na e com a cidade, ou melhor, de se investigar as diferentes vivências/ou experiências ali engendradas e como estas são por eles significadas.

Considerando essas discussões, foram investigadas nesta pesquisa as relações de um grupo de jovens de baixa renda, do município de Florianópolis/SC, na e com a cidade. São jovens que participaram de um “projeto social” realizado durante o período de junho a novembro de 2006, o qual ofereceu atividades diversas: aulas de informática, de preparação para o mercado de trabalho, oficinas de educação ambiental – com saídas de campo, grupos temáticos com estagiários de psicologia e atividades artístico-culturais. A autora desta pesquisa participou deste projeto na condição de estagiária de psicologia, acompanhando-os nas diferentes atividades das quais participaram e coordenando algumas das oficinas realizadas com os jovens. Foi através do contato com diferentes problemáticas do cotidiano destes que se delineou esta pesquisa, o que coadunou com interesses anteriores de pesquisar as implicações das desigualdades sociais na constituição dos sujeitos.

Pode-se considerar que o fato destes jovens residirem em localidades de periferia da cidade de Florianópolis institui marcas na constituição destes, que os distinguem de outros jovens. Os contextos em que estão inseridos, as redes de sociabilidade das quais participam, os espaços a que estão circunscritos, os locais que freqüentam, o acesso aos bens histórico-culturais, entre outros, são demarcados pelas suas condições sócio-econômicas e culturais. A partir desses elementos, faz-se necessário atentar para as possibilidades de participação e ação destes jovens na cidade onde vivem, como sujeitos ativos que se vejam reconhecidos neste espaço que é a cidade contemporânea.

Essa investigação analisa algumas das (im)possibilidades de participação e ação destes sujeitos no e com o município de Florianópolis/SC. Buscaram-se elementos que contribuam para a compreensão da condição das juventudes de baixa renda da cidade e as formas de resistência e criação empreendidas cotidianamente por estes.

Para conhecer a produção científica sobre a temática foi realizada pesquisa no banco de teses da CAPES, em dezembro de 2006, utilizando os descritores: “*cidade, jovens*”. Como resultados foram encontrados 638 resumos de teses/dissertações. Foi realizada uma primeira seleção destes resumos a partir da leitura dos títulos e das palavras-chaves com o intuito de eliminar aqueles que não tratavam diretamente de questões da cidade. Num segundo momento, esta seleção foi realizada através da leitura dos resumos, dos quais restaram 73. Entre estes, 22 são da área da sociologia/Ciências Sociais; 10 da área da Psicologia; 7 da Educação; 7 da Antropologia; 6 da Geografia; 5 da Ciências da Comunicação; 3 da História; 2 da Arquitetura e Urbanismo; 2 da Educação Ambiental; 2 da Saúde Pública; 1 da Ecologia; 1 do Planejamento urbano; 1 da área de Ciências da Religião e 1 da Educação Física. A maioria destes trabalhos discute alguma rede de sociabilidade juvenil presente no espaço urbano, tais como o Hip Hop, ou alguma outra questão presente no cotidiano urbano de periferias, tais como violência e prostituição.

Na área da Psicologia, das 10 teses/dissertações encontradas, duas já foram citadas anteriormente (ASSIS, 2005; E CASSAB, 1999). Os demais trabalhos encontrados nessa área foram: Mourão (2003), que investigou a ‘identidade de lugar’ de moradores (incluindo os jovens) de uma cidade de Fortaleza que passou por processos de industrialização e urbanização; Geisler (2004), que procurou compreender como um grupo de adolescentes de uma favela do Rio de Janeiro pode buscar se inserir numa proposta coletiva para o viver em sociedade e elaborar sua experiência de pertencimento; Marques (2002), que investigou os significados da *Rap Music* para adolescentes de periferia; Magalhães (2002), que procurou caracterizar e discutir a identidade do *rapper*, a partir de uma jovem de periferia; Pereira (2002), que investigou os significados relativos à violência na vida cotidiana a partir de depoimentos de adolescentes do sexo masculino; Huayhua (2001), que investigou a “identidade e aculturação de adolescentes peruanos que chegaram ainda crianças ao Brasil”; Silva (2002), que estudou o Movimento Hip Hop no cotidiano da periferia da cidade de Curitiba; e Feffermann (2004), que fez um estudo com jovens inscritos no tráfico de drogas na cidade de São Paulo.

Em relação às outras áreas encontradas, destaca-se uma tese de Doutorado em Educação (DURAND, 2000), na qual a autora investigou as formas de sociabilidade de um grupo de jovens ‘pobres’ de duas localidades praianas do município de Florianópolis/SC. A autora discute as formas associativas das quais estes jovens participam – grupos religiosos, esportivos e musicais -, e a relação que estas têm com “as instituições tradicionais de

socialização, ou seja, a família, a escola e o trabalho” (DURAND, 2001, p.1). Constatou que estes jovens buscam realizar seus desejos na música, na religião e no esporte e que estes espaços de socialização se constituem em “lugar de pertença, de trocas de afetividade, de ludicidade e sociabilidade, aparecendo como alternativas de constituição não só da identidade pessoal, como de referências para possíveis carreiras profissionais” (ibid, p.14). Além disso, destaca que as transformações urbanas na Ilha de Santa Catarina trazem impactos nas localidades onde residem estes jovens e representam um desafio para as famílias, a escola, instituições estas que já não estariam dando conta das necessidades dos jovens.

O trabalho de Durand (2000) esteve centrado em jovens de baixa renda moradores de áreas praianas de Florianópolis, inseridos em determinadas redes de sociabilidade – grupos de religião, de música e de esportes -, o que possibilitou a constatação da importância destas redes na constituição daqueles sujeitos. No caso desta pesquisa, os jovens que participaram residem em áreas afastadas das praias e desvalorizadas socialmente, o que implica em outras possibilidades de existência para estes jovens, apesar de residirem no mesmo município que as pessoas que participaram da pesquisa de Durand.

A partir da discussão apresentada, essa pesquisa tem como objetivo geral investigar as relações de um grupo de jovens de baixa renda na e com a cidade de Florianópolis/SC. Como objetivos específicos, delimitaram-se:

- ✓ Investigar as condições e possibilidades que se apresentam e são produzidas por estes jovens nas relações na/com a cidade de Florianópolis.
- ✓ Investigar as redes de sociabilidade desses jovens e as práticas sociais decorrentes;
- ✓ Investigar os outros com os quais esses jovens se relacionam e o modo como estes aparecem em seus discursos.

2. A CIDADE (DES)CONHECIDA

As cidades contemporâneas, assim como as cidades grega e romana, ou a cidade na Idade Média, por exemplo, são obras de um determinado contexto histórico-cultural e estão em relação direta com a sociedade em seu conjunto. Entretanto, a cidade se transformou historicamente tanto em função da ‘globalidade social’ quanto em função das ‘relações de imediatez’, ou seja, das relações e práticas sociais quotidianas (LEFEBVRE, 1991).

Enquanto as cidades antigas tinham forma, estrutura, contexto, em função daquelas sociedades, as cidades ocidentais, que se desenvolveram principalmente com a industrialização e a urbanização, são profundamente marcadas pelo modo de produção capitalista. Ressalta-se, no entanto, que a história das cidades não ocorre de forma linear, pois é marcada por períodos críticos, por “desestruturas e reestruturas que se sucedem no tempo e no espaço, sempre traduzidas para a prática, inscritas no prático-sensível, escritas no texto urbano, mas provenientes de outro lugar: da história, do devenir” (ibid, p.55). Essas questões fazem com que, para se compreender o texto urbano, seja necessário buscar o seu contexto, ou seja,

aquilo que está *sob* o texto a ser decifrado (a vida quotidiana, as relações imediatas, o inconsciente do urbano, aquilo que não se diz mais e que se escreve menos ainda, aquilo que se esconde nos espaços habitados – a vida sexual e familiar – e que não se manifesta mais no tête-à-tête), aquilo que está acima desse texto urbano (as instituições, as ideologias), isso não pode ser esquecido na decifração (LEFEBVRE, 1991, p.56).

A compreensão das cidades enquanto obra de um contexto histórico-cultural - de processos globais e das relações e práticas estabelecidas entre as pessoas e instituições num determinado espaço -, implica a não homogeneidade na e entre as cidades, ou seja, demarcam a heterogeneidade e as contradições que caracterizam os espaços urbanos, características estas que também se fazem presentes nas cidades brasileiras, atualmente profundamente marcadas pelas transformações econômicas e sociais que atingem todos os países.

Em relação ao desenvolvimento das cidades brasileiras, destaca-se o processo de urbanização que ocorreu principalmente após a inserção do país na divisão internacional do trabalho do pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o que trouxe intensas transformações no uso do território (ALMEIDA, 2004). Conforme Almeida (ibid), em 1950 a taxa de urbanização era de 36,15% sobre o total da população do país; em 1960 de 44,67%, em 1970 de 55,92% e em 1996 já era de 78,40%. Isso mostra que a urbanização da sociedade ocorreu

de forma intensa, resultado das modernizações seletivas do território, o que levou, por um lado, à intensificação dos fluxos de pessoas, bens e mercadorias e, por outro, ao crescimento de metrópoles nacionais.

Esse processo de urbanização, conforme Almeida (2004), foi marcado pelos fluxos migratórios para determinados centros urbanos que passaram a concentrar recursos econômicos, um mercado privilegiado e promessas de realização de consumo, delineando-se o processo de metropolização no país. Entretanto, conforme a autora, nas últimas décadas a rede urbana vem se complexificando em função da dispersão das atividades econômicas, movimento este que conduziu a um crescimento mais lento das metrópoles nacionais e, ao mesmo tempo, o crescimento das cidades médias e locais.

Em relação às migrações que caracterizaram e caracterizam a sociedade brasileira, Santos (1998) as define como ‘migrações forçadas’, pois geralmente estão relacionadas com a falta de direitos sociais, o que faz com que muitas pessoas migrem constantemente em busca de melhores oportunidades de acesso a bens e serviços, assim como de consumo. Ressaltam-se ainda as dificuldades e mesmo impossibilidades de se tornar um trabalhador assalariado no contexto atual do trabalho, o que impede muitas pessoas de serem consumidores plenos.

Entretanto, o autor destaca que existem diferentes graus de mobilidade espacial entre as pessoas: enquanto alguns conseguem migrar para regiões onde possam ser mais valorizados, outros podem ficar restritos a áreas desvalorizadas e desinvestidas socialmente. Aqueles que conseguem ter maior mobilidade espacial vão em busca de locais em que possam obter uma maior valorização social. Atualmente esse fenômeno pode ser observado na migração de pessoas para certas regiões brasileiras, menos desenvolvidas em termos de recursos sociais e culturais, mas que pagam melhores salários para atrair profissionais especializados em alguma área científica ou tecnológica. Conforme Santos (1998), pessoas com as mesmas capacidades potenciais têm valor diferente conforme o lugar onde se encontram.

Além das diferenças entre regiões do país, existem desigualdades dentro das próprias cidades, relacionadas com a separação espacial e simbólica das classes sociais que compõem o espaço urbano. Este fenômeno é antigo e marcado por fatores de mercado, no entanto, também há a interferência do Estado, como pode ser observado nos últimos decênios: “o jogo dos fatores de mercado é ajudado por decisões de ordem pública, incluindo planejamento, as operações de renovação urbana e de remoção de favelas, cortiços e outros tipos de habitação subnormal” (SANTOS, 1998, p.84).

São as contradições sociais que caracterizam a sociedade e que também podem ser vistas na organização das cidades, estruturadas nas esferas da produção, circulação e do consumo de bens. A diversidade de oportunidades que a cidade apresenta é desigualmente distribuída pelo espaço urbano, seguindo a lógica do capital. Por um lado encontramos, principalmente nas grandes metrópoles, áreas altamente valorizadas, onde circula o capital e onde existe maior número de oportunidades, produtos e serviços urbanos e, por outro, “regiões desvalorizadas economicamente, desinvestidas e isoladas das áreas centrais, regiões nas quais reside a maior parte da população pauperizada da cidade (periferia)” (ASSIS, 2005).

Ou seja, enquanto algumas áreas urbanas são mais valorizadas e investidas em termos de infra-estrutura e possibilidades de bens materiais e simbólicos, outras localidades são depreciadas, apresentando uma “precariedade e escassez de possibilidades de trocas sociais e simbólicas e de participação em determinados espaços sócio-culturais” (ASSIS, 2005, p.29). São nesses espaços marcados pela precariedade de condições de existência que reside a maior parte das pessoas que migraram do campo em busca de melhores oportunidades de trabalho. Como o que impera nas sociedades contemporâneas são as leis do mercado, os espaços também se configuram em função destas leis, o que contribui para a manutenção das desigualdades sociais. Conforme Santos (1998, p.60), “como ‘o mercado é cego, para os fins intrínsecos das coisas’, o espaço assim construído é, igualmente, um espaço cego para os fins intrínsecos dos homens”.

Em contrapartida a essa lógica, o autor defende a necessidade de intervenção do Estado na ‘instrumentação’ dos territórios, garantindo a todos o direito as “prestações sociais indispensáveis a uma vida decente e que não podem ser objeto de compra e venda no mercado, mas constituem um dever impostergável da sociedade como um todo e, neste caso, do Estado” (ibid, p.113), incluindo os direitos sociais como educação, saúde e lazer.

Como se pode perceber, uma cidadania concreta depende também do componente territorial, uma vez que o valor de cada pessoa tem relação com o lugar em que está inserida. Assim, a igualdade dos cidadãos supõe inclusive uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais não é possível o mínimo de condições dignas de existência, o que colabora com o aumento das desigualdades sociais. Isso requer o estabelecimento de prioridades do Estado na distribuição dos recursos e ações nas diferentes regiões do país e mesmo dentro de uma cidade, considerando uma hierarquia de acordo com as especificidades de cada contexto. Como estratégia para isso o autor propõe a participação de todos os

cidadãos na luta por seus direitos territoriais e culturais. Além da crítica ao consumismo e o reaprendizado da cidadania, como tarefas do atual contexto histórico (SANTOS, 1998).

Esses elementos apontam para a necessidade de se pensar os espaços urbanos também enquanto uma luta social pelo “direito de consumir e usufruir seus produtos e bens materiais, assim como suas instituições, seus equipamentos e aparatos sociais e simbólicos” (ASSIS, 2005, p.34), o que se contrapõe ao atual quadro de desigualdades sociais. Enfim, destaca-se a importância de espaços públicos que atendam as necessidades humanas e não apenas as necessidades do mercado (LEFEBVRE, 1991).

Ressaltar os determinantes aqui explicitados na configuração dos espaços urbanos é fundamental, no entanto, como destaca Magnani (2002), é necessário considerar também as pessoas neste cenário urbano. A proposta deste autor é a de desenvolver uma antropologia dos espaços urbanos buscando, através de um olhar *de perto e de dentro*, as formas por meio das quais as pessoas “se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa, etc.” (p.18).

2.1 A CIDADE COMO UM *OUTRO*

Conforme Carrano (2003, p. 21), “O espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais – entre outros, os homens, que entram também em relações sociais determinadas, que dão *forma* ao espaço (...), uma *forma*, uma função, uma significação social”. A cidade em sua concreticidade, em sua(s) *forma(s)*, ao mesmo tempo em que é produzida pelos sujeitos, também está em relação com estes enquanto um outro, conforme Cassab (2001).

Cassab (2001) discute a participação da cidade na constituição de jovens de baixa renda no Rio de Janeiro como outro: ‘em anonimato e vigilância’, ‘em espaços e limites’ e em ‘possibilidade e proteção’. Conforme a autora, a cidade assume ‘várias faces’ com as quais estes jovens vão interagindo e se produzindo. Além disso, destaca que “mais do que o *locus* onde essa subjetividade se produz, a cidade se ‘personifica’ e impõe a esses jovens determinadas restrições e/ou possibilidades na configuração dessas subjetividades” (ibid, p.209).

Para Cassab (2001, p.210), uma das possibilidades de apreensão da espacialidade na constituição dos sujeitos pode ser através da discussão sobre a produção e circulação de

mercadorias nos espaços urbanos, uma vez que “as exigências materiais de produção e circulação das mercadorias configuram uma organização ao cotidiano dos sujeitos a partir de suas formas de inserção como produtores e consumidores”. Desta forma, o cotidiano também é demarcado por elementos como as “rotas na cidade, ou seja, a circulação e a visibilidade dos sujeitos no espaço urbano” e as “suas atividades rotineiras incluindo o uso de seu tempo livre” (ibid). Conforme a autora, a espacialidade “impregna o cotidiano dos sujeitos sociais, delimita seus horizontes, circunscreve suas relações e espaços de identificação e seus circuitos de inclusão e exclusão” (ibid, p.211).

Cassab (2001) também destaca os espaços urbanos enquanto espelhos que dialogam com o sujeito na produção de si mesmo, e que permitem visibilidades diferentes conforme o espaço em que a pessoa está inserida:

Se a cidade favorece identificações, ela permite ao sujeito reconhecer-se, também, através da imagem que devolve. Para aqueles que trazem em seu corpo os signos visíveis de desvantagens no jogo de inserção social, a cidade é um espelho de alta reflexão. Quando fora de seus espaços, são identificados, porém, não como cidadãos. Paradoxalmente, tal identificação se dá através do anonimato. Os sujeitos em seus espaços tornam-se, confortavelmente, invisíveis porque identificados com eles. (p.211)

A cidade também participa na constituição dos sujeitos enquanto espaço de práticas educativas. Para Carrano (2003, p.161), a cidade pode ser educativa tanto no que se “refere à oferta e à organização das estruturas sociais e culturais urbanas, como quanto à quantidade e à qualidade dos relacionamentos que os sujeitos estabelecem”. Destaca o autor (ibid, p.16) que “O processo formativo ocorre através de inúmeras práticas que se dão entre a continuidade e a descontinuidade, a previsibilidade e a aleatoriedade, a homogeneidade e a heterogeneidade; ou seja, no próprio movimento da vida e da práxis social”. Carrano (ibid) concebe a educação como um amplo processo social que vai além dos cotidianos institucionalizados de aprendizagem. No entanto, a cidade não se constitui apenas de espaços educativos, principalmente se considerarmos as transformações nos espaços públicos como a rua, que já foi espaço de convivência e que na atualidade em geral tem se tornado espaço de perigo, principalmente nas grandes metrópoles (ibid).

Outra face da cidade contemporânea é o lugar privilegiado desta na visualização das desigualdades sociais por exibir ostensiva e intensamente signos visuais que denotam essas diferenças sociais. Os deslocamentos pela cidade, mesmo que de forma assistemática e não elaborada, permitem o “questionamento e problematização das condições desiguais e injustas de existência para os habitantes de uma mesma cidade”, o que pode se tornar objeto de reflexão política do cotidiano (CASTRO, 2001, p.148).

Destaca-se também que os encontros com um outro nos diversos espaços da cidade, principalmente com aquele que está em condições desiguais de existência, podem possibilitar experiências perturbadoras, pois instigam o sujeito a problematizar a sua própria condição social e a refletir sobre a condição do outro (ibid), o que implica na relação de alteridade. Conforme Castro (2001, p.123-124),

As diferenças sociais demandam explicações a respeito da posição do sujeito, seja de superioridade, seja de inferioridade, assim como sobre os mecanismos das desigualdades: o destino, a fraqueza do sujeito ou o resultado da ação humana. (...) o reconhecimento e a identificação de 'quem sou eu' e 'quem é o outro' se apóiam nos processos dinâmicos de disponibilizar, ostentar e decodificar as particularidades visíveis que permitem localizar cada sujeito anônimo da grande cidade em termos de suas afiliações sociais, culturais e territoriais.

Nos textos de Vigotski (1995; 2000; 1992; entre outros) e de Bakhtin (1990; 2003a; 2003b; 1926; 1963; 1993), a linguagem e a relação do sujeito com um outro – tanto em termos de um outro sujeito, como enquanto história/cultura-, são questões centrais para pensar o processo de constituição do sujeito e as/nas suas relações com a cidade.

Os dois autores partem do pressuposto de que o sujeito se constitui a partir de relações sociais, mediadas semioticamente. Vigotski (1995, p.151), ancorado nas onze *Teses sobre Feuerbach* de Marx, em especial a sexta, destaca que “a natureza psíquica do homem vem a ser um conjunto de relações sociais transladadas ao interior e convertidas em funções da personalidade e em formas de sua estrutura”, ou seja, toda função psíquica propriamente dita foi antes uma relação entre pessoas em determinado contexto histórico-cultural.

Essa transposição do plano das relações sociais para o plano pessoal se torna possível pela mediação semiótica, de tal forma que o que é tornado próprio pelo sujeito não é da ordem concreta das coisas, mas da ordem da significação (PINO, 2005). Conforme este autor, pautado em Vigotski, o ser humano paulatinamente “tornou-se capaz de fazer, dos meios naturais que possibilitavam sua ação, *meios simbólicos* que lhe permitiram conferir à sua ação e aos seus produtos uma forma nova de ser: a forma *simbólica*” (PINO, 2005, p.21).

A criação e utilização de signos pelo ser humano em suas relações possibilitaram a produção da cultura e do próprio ser humano enquanto um ser cultural. Conforme Zanella (2004), a atividade humana, mediada semioticamente, possibilita que o sujeito se objetive e transforme a realidade e ao mesmo tempo transforme a si próprio e se subjetive. Destaca-se o caráter social e histórico dos signos, uma vez que são produzidos e compartilhados coletivamente em sua significação (ibid).

Conforme Zanella (2005, p.102), pautada em Vigotski, “a existência de um eu só é possível via relações sociais e, ainda que singular, é sempre e necessariamente marcado pelo encontro permanente com os muitos outros que caracterizam a cultura”. A base deste encontro seria explicada pela “utilização dos signos como ferramentas mediadoras da atividade caracteristicamente humana. Produzidos socialmente, estes comportam inexoravelmente tanto uma dimensão coletiva quanto privada, são porta-vozes tanto da história social quanto das histórias dos sujeitos que os produzem/utilizam”.

Essa relação do sujeito com um outro refere-se à temática da alteridade, presente tanto em Bakhtin quanto em Vigotski. Bakhtin (1990; 1993) aproxima-se de Vigotski nessa discussão. No entanto, traz outros elementos que também contribuem para a compreensão do papel das relações sociais na constituição dos sujeitos, como por exemplo, suas discussões sobre o signo ideológico, o discurso/enunciado, as relações dialógicas, a relação autor(eu) e personagem (outro), as categorias de totalidade, excedente de visão e exotopia, entre outros.

Assim como Vigotski (1995; 2000), Bakhtin (1990) afirma que os signos e o psiquismo humano são produzidos a partir das relações sociais em determinado contexto histórico-cultural. Conforme Bakhtin (1990), o sistema simbólico que possibilita a mediação semiótica é produto e expressão das formas de comunicação discursiva de determinada organização social. Conforme o autor (1990), existe então uma relação dialética indissolúvel entre o psiquismo e a produção semiótica (ideológica):

[...] o psiquismo se oblitera, se destrói para se tornar ideologia e vice-versa. O signo interior deve libertar-se de sua absorção pelo contexto psíquico (biológico e biográfico), ele deve parar de ser experimentado subjetivamente para se tornar signo ideológico. O signo ideológico deve integrar-se no domínio dos signos interiores subjetivos, deve ressoar tonalidades subjetivas para permanecer um signo vivo [...]. (ibid, p.65)

Para Bakhtin (1990), todo signo é ideológico, pois compreende um conjunto de valores e crenças de um determinado contexto histórico-cultural, no qual foi produzido. Conforme o autor,

“Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreende-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico.*” (ibid, p.32)

Desta forma, a própria consciência é ideológica, uma vez que é constituída de signos. De acordo com Bakhtin (1990, p.34), a “consciência só pode surgir e se afirmar como

realidade mediante a encarnação material em signos”. O autor ressalta ainda que em função dessa constituição semiótica da consciência, ou num sentido mais amplo, dos processos psicológicos¹, a psicologia deveria se apoiar no estudo dos signos e de suas leis para compreender o psiquismo humano. Conforme Bakhtin,

“A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social.[...]” (1990, p. 36).

Salienta-se, no entanto, conforme Bakhtin (1990) que ao mesmo tempo em que os processos psicológicos estão subordinados às leis do sistema ideológico (semiótico), eles também pertencem a um outro sistema, com suas leis específicas, o sistema do psiquismo. O caráter único de determinado psiquismo é dado pelo organismo biológico do sujeito, assim como pelas condições vitais e sociais em que este organismo se encontra. Portanto, para compreender o sujeito é necessário adotar uma abordagem orientada para essa unicidade orgânica da individualidade deste e para as condições específicas de sua existência, social e historicamente produzidas (ibid).

Além do caráter ideológico do signo e, portanto, da própria constituição humana, Bakhtin ressalta o caráter social do signo. Para ele (1990), assim como para Vigotski (1992), a palavra primeiro se desenvolveu na arena das relações sociais, para, em seguida, ser integrada ao psiquismo individual e tornar-se discurso interior. O signo, para Bakhtin, emerge do processo de interação entre duas consciências, sendo a própria consciência individual repleta de signos, o que a torna social por natureza.

Esse encontro de consciências ocorre através da comunicação discursiva, responsável pela veiculação e produção dos signos, ou seja, pela mediação semiótica. De acordo com Bakhtin, a comunicação humana realiza-se através de discursos. O discurso verbal², discutido por Bakhtin (1926, p.9), é “um evento social” em que se encontram três participantes: o *autor* (falante), o leitor/ouvinte (interlocutor) e o herói (personagem ou tema/objeto) do discurso. Todo enunciado expressa essa relação entre os três participantes do discurso, assim como é produto desta interação. Bakhtin (2003b) destaca ainda que o *autor* possui a responsividade

¹ Pode-se pensar não apenas a consciência, mas todos os processos psicológicos como constituídos semioticamente. Vigotski (1995) fala em “processos psicológicos superiores” referindo-se à aquisição dos instrumentos culturais (linguagem, escrita, etc.) e refere-se a processos psicológicos superiores propriamente ditos (formação de conceitos, memória, atenção voluntária, etc.).

² Bakhtin (1990) destaca a palavra como o signo ideológico por excelência e, portanto, se detém no estudo do discurso verbal. No entanto, se poderia pensar também nas outras formas de discurso presentes nos diferentes contextos sociais atuais, por exemplo, o discurso imagético.

pelo acabamento de sentido do enunciado, o que, por sua vez, possibilita a resposta do outro (ibid).

Ainda sobre o discurso da vida cotidiana, cabe destacar que todo discurso verbal compreende uma parte verbal (aquilo que é dito) e uma parte extraverbal (não dito), composta pela *situação social* e pelo *auditório* (interlocutores), que fica presumida no enunciado. O presumido é constituído pelos horizontes espacial, ideológico e axiológico, compartilhados pelos interlocutores. O discurso não pode ser desvinculado dessa parte não verbal, ou seja, da situação social e dos interlocutores, sem perder sua significação. O presumido, conforme Bakhtin (1926),

“consiste, sobretudo, da unidade material do mundo que entra no horizonte dos falantes (...) e da unidade das condições reais de vida que geram uma comunidade de julgamentos de valor – o fato de os falantes pertencerem à mesma família, profissão, classe, ou outro grupo social, e o fato de pertencerem ao mesmo período de tempo”. (ibid, p.6).

Um outro ponto discutido por Bakhtin (1963, p.183), e que não pode ser desvinculada do campo do discurso, refere-se às relações dialógicas. Para o autor, “Toda a vida da linguagem, seja ela qual for o seu campo de emprego (a linguagem cotidiana, a prática, a científica, a artística, etc.) está impregnada de relações dialógicas.” Essas relações dialógicas se expressam na linguagem através das diferentes posições apreciativas dos sujeitos a respeito de um tema ou objeto. No caso do discurso, pode-se dizer que seu caráter dialógico é determinado pela relação deste com outros discursos ditos e não ditos e com a orientação deste em relação à resposta ativa do leitor/interlocutor. Ou seja, o autor do enunciado dá um acabamento de sentido ao todo a partir dos outros enunciados já ditos e não ditos sobre aquele tema ou objeto, assim como a partir da possível resposta do seu interlocutor, o qual pode estar presente ou não – como no caso do discurso interno.

Além dessa orientação dialógica - do enunciado expressar algum sentido orientado para o discurso do outro-, ele também é orientado socialmente, no sentido de ser orientado pelo ouvinte/interlocutor enquanto um outro que ocupa determinado lugar social (posição econômica, profissão, etc.). A orientação social está presente em qualquer enunciado, tanto verbal como também gestual e, juntamente com a situação social, determina a forma do discurso (Bakhtin, 1993).

A orientação social no discurso se manifesta tanto na entoação, como na escolha das palavras mais adequadas na correlação existente entre o falante (autor do discurso) e o ouvinte. Destaca-se que a entoação é principalmente a expressão da valoração da situação e do auditório (interlocutores do discurso). Ou seja, os julgamentos de valor, compartilhados

por determinado grupo social, aparecem no discurso através da entoação, que “*está na fronteira do verbal com o não-verbal, do dito com o não-dito*”. Ela só pode ser compreendida “quando estamos em contato com os julgamentos de valor presumidos por um dado grupo social” (ibid, p.7).

Bakhtin (1990, p. 46) traz a questão de classes sociais diferentes utilizarem uma só e mesma língua. “Consequentemente, *em todo signo ideológico confrontam-se índices sociais de valor contraditórios*. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes”. Conforme o autor, as classes dominantes tentam ocultar os índices sociais de valor que se travam nos signos ideológicos, a fim de tornar o signo monovalente. Pode-se pensar isso na relação entre o discurso monológico – presença de uma voz, de um único horizonte apreciativo -, e o discurso dialógico, no qual estão presentes diferentes vozes, diferentes posições axiológicas, ideológicas dos sujeitos.

A questão das relações dialógicas presentes nos discursos traz elementos que contribuem para pensar a questão da constituição do sujeito. Através da análise das personagens no Romance de Dostoievski, Bakhtin (1963) consegue mostrar como a consciência dos personagens é constituída por diferentes vozes internalizadas/apropriadas pelos sujeitos a partir das relações sociais em que estão inseridos ou que fizeram parte de sua história.

Em outro texto, Bakhtin (2003b) também discute a relação entre autor e personagem em relação a um contemplador/expectador ou leitor. Essa relação entre autor, personagem e leitor - na criação literária -, pode ser pensada em termos da questão de alteridade na constituição dos sujeitos, em que estão em relação um eu (autor), um tu (personagem) em relação com um ele (leitor/expectador/auditório). A partir dessa relação, o autor desenvolve as categorias de totalidade, excedente de visão e exotopia, que são fundamentais para a compreensão da alteridade, tanto no mundo da estética, quanto no mundo da vida³. Ressalta-se que as relações estéticas em Bakhtin são discutidas sempre a partir do mundo da ética.

A fórmula geral dessa relação entre autor e personagem é da existência de uma tensa distância (exotopia) do autor em relação a todos os elementos da personagem, de uma distância no tempo, no espaço, nos sentidos e valores, o que permite uma visão integral da personagem, visão esta que o próprio personagem não consegue ter de si próprio enquanto totalidade. Conforme Bakhtin (2003b), o outro ocupa um lugar fora de mim, do qual pode ter

³ Para Bakhtin (2003b), existem três campos da cultura humana: a ciência (cognição), a arte (estética) e a vida (ética).

um excedente de visão da minha imagem externa – “conjunto de todos os elementos expressivos e falantes do corpo humano”. Essa imagem externa não integra o horizonte da minha visão, ela é vivenciada apenas de dentro por mim, sob a forma de fragmentos dispersos, apenas um outro com seu excedente de visão consegue me dar um acabamento.

Na criação estética, a relação com um outro parte da compenetração, através da qual devo vivenciar, ver e inteirar-me do que o outro vivencia, ou seja, colocar-me no lugar dele adotando seu horizonte vital concreto tal como ele vivencia. A atividade estética começa propriamente quando retorno a mim mesmo e ao meu lugar fora da vivência desta pessoa, enformando e dando acabamento ao material da compenetração. Os elementos que me permitem dar um acabamento são retirados do meu excedente de visão, da minha vontade e do sentimento. Cabe ressaltar que os elementos de compenetração e acabamento estão entrelaçados e se fundem no ‘vivenciamento ativo’. (BAKHTIN, 2003b). Podemos pensar nessa relação estética no trabalho de pesquisa, pois é na relação do pesquisador com o outro, através de seu lugar exotópico e de seu excedente de visão em relação ao todo do sujeito participante da pesquisa, na qual está pautada a possibilidade de produção de conhecimentos.

Nesta pesquisa, interessa-nos as relações que os sujeitos estabelecem na e com a cidade onde vivem, assim como as (im)possibilidades de mediações decorrentes dessas relações, uma vez que a cidade também se apresenta enquanto ‘outro’, que produz acabamentos, sentidos.

2.2 OS JOVENS DE BAIXA RENDA E A(S) CIDADE(S)

Como foi discutido anteriormente, as desigualdades sociais que marcam o Brasil aparecem mais drasticamente nos ‘bolsões de miséria urbana’, em especial nos grandes centros urbanos e capitais, onde vive grande parcela da população em condições precárias e com restrições materiais e simbólicas. “Nestas favelas e periferias urbanas, os indicadores sociais – condições de moradia, analfabetismo, baixa escolaridade, desemprego e sub-emprego, mortalidade infantil e desnutrição – comparam-se aos piores do país. São espaços onde o poder público tem pouca presença e que vêm se tornando crescentemente reféns do crime organizado” (AZEREDO, 2003, p.2).

Uma parcela significativa dessa população que vive nas áreas de periferias urbanas é constituída por jovens na faixa etária entre 15 e 24 anos que, apesar de ‘protegidos’ pelo arcabouço jurídico – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Constituição

Brasileira de 1988, estão muitas vezes privados dos direitos garantidos constitucionalmente, tais como o acesso a uma escolarização de qualidade, à profissionalização que permita a inserção no mercado de trabalho, o acesso a lazer e cultura, aos serviços de saúde, a segurança, uma vez que muitos desses jovens encontram-se expostos a diferentes formas de violência, inclusive risco de morte violenta antes dos 25 anos, entre outros. Esses problemas constituem um desafio para as políticas públicas voltadas para crianças e jovens, pois são demandas que exigem mudanças estruturais, para além das questões imediatas.

Conforme Coimbra e Nascimento (2003, p.19), o século XX foi marcado por diferentes teorias que caracterizavam/caracterizam o jovem pobre como perigoso e até mesmo inumano, assim como por práticas sociais “que têm associado periculosidade, criminalidade e a condição de não-humanidade à situação de pobreza”. As autoras enfatizam que existe um alto índice destes jovens na faixa etária entre 18 e 29 anos sendo exterminados, a maioria deles semi-analfabetos e moradores de periferias das cidades. Enquanto que no capitalismo liberal os jovens pobres eram “recolhidos em espaços fechados para serem disciplinados e normatizados na expectativa de que fossem transformados em cidadãos honestos, trabalhadores exemplares e bons pais de família”, atualmente “no neoliberalismo eles não são mais necessários ao mercado, tornam-se supérfluos e suas vidas de nada valem – daí justificar-se o extermínio” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003, p.27) de muitos destes ou então o enclausuramento em prisões ou em instituições como as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor – FEBEM, atualmente as ‘Unidades Sócio-Educativas’⁴.

Ressaltam ainda as autoras que muitos dos “jovens pobres, quando escapam do extermínio, são os ‘excluídos por excelência’, pois nem sequer conseguem chegar ao mercado de trabalho formal. Sua atuação em redes ilegais com o circuito do narcotráfico, do crime organizado, dos seqüestros, entre outros, vem sendo tecida como única forma de sobrevivência, e se prolifera, cada vez mais, como prática de trabalho, à medida que aumenta a apartação social” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003, p.28).

É fundamental considerar os processos de exclusão e inclusão a que estes jovens de baixa renda, assim como seus familiares, estão submetidos para se compreender como estes se constituem. Além de terem suas vidas marcadas pela precariedade de direitos sociais essenciais para o ser humano, tais como direito à saúde, educação, moradia, lazer, o que os coloca em situação de desvantagem social no contexto sócio-econômico cada vez mais

⁴ Conforme as autoras, nas últimas décadas ocorreu um aumento no número de jovens cumprindo medidas de reclusão.

competitivo e exigente frente às demandas do atual sistema capitalista de produção, existe o agravante de serem moradores de espaços desvalorizados socialmente, o que faz com que eles próprios sejam desvalorizados, conforme é discutido por Santos (1998).

Por outro lado, é necessário atentar também para as formas de resistência e de luta nas ações destes jovens. “Eles teimam em continuar existindo, apesar de tudo; suas resistências deflagram-se cotidianamente, sendo muitas vezes percebidas como fragmentadas, fora dos padrões reconhecidamente organizados, e até mesmo como condutas anti-sociais, delituosas e, por isso, ‘perigosas’” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003, p.35). Conforme as autoras, esses jovens inventam “mecanismos de sobrevivência e luta, resistindo às exclusões e destruições que vivenciam diariamente em seu cotidiano, e conseguindo, muitas vezes, escapar ao destino traçado pela lógica do capital e entendida como inexorável e imutável” (ibid). Salientam que, apesar de não ser divulgado, existem diversas experiências sendo empreendidas por jovens em seus cotidianos, as quais se configuram em “práticas de resistência, expressas através da música, de outras artes, de microorganizações coletivas, de redes de solidariedade” (ibid, p.36), que precisam ser reconhecidas em sua importância e fortalecidas.

Esses mesmos jovens, marcados pelos estigmas sociais, alvos de extermínio ou de descaso do poder público, estão nas ruas, transitam pelas vielas e constituem modos de ser na intrincada trama de relações tecidas com *outros*, como pode ser observado nos diferentes espaços das cidades, apesar das tentativas de isolamento das populações de baixa renda em determinados territórios. É a partir desses elementos que foram investigadas as condições e possibilidades de um grupo de jovens de baixa renda na e com a cidade de Florianópolis.

3 - MÉTODO

Esta pesquisa está pautada em pressupostos teórico-metodológicos das perspectivas de Vigotski e de Bakhtin. O objetivo principal foi investigar as relações de um grupo de jovens de baixa renda de Florianópolis na e com a cidade. Os sujeitos foram compreendidos a partir das condições sociais, culturais e históricas em que vivem, das relações que estabelecem entre si e com os contextos dos quais participam.

Um ponto central para as pesquisas nessa perspectiva, conforme Amorim (2004), é a questão da alteridade, pois uma grande parte do trabalho do pesquisador se constitui a partir da análise e manejo das relações com o outro, tanto no trabalho de campo quanto no trabalho de escrita, sendo este um dos eixos em torno dos quais se produz o saber, principalmente nas Ciências Humanas.

A autora ressalta, no entanto, que pesquisador e sujeito pesquisado possuem lugares diferenciados na produção do saber, o que vai atravessar as possibilidades de diálogo. É a partir de um lugar exotópico do pesquisador que a possibilidade de produção de conhecimento ocorre. Essa relação exotópica, conforme Amorim (2006, p.101-102),

(...) designa uma relação de tensão entre pelo menos dois lugares: o do sujeito que vive e olha de onde vive, e daquele que, estando de fora da experiência do primeiro, tenta mostrar o que vê do olhar do outro. A criação estética ou de pesquisa implica sempre um movimento duplo: o de tentar enxergar com os olhos do outro e o de retornar à sua exterioridade para fazer intervir seu próprio olhar: sua posição singular e única num dado contexto e os valores que ali afirma.

Amorim (2006) pontua ainda que pesquisador e sujeito pesquisado são ambos produtores de texto, o que institui um caráter dialógico às Ciências Humanas. Para manter esse caráter dialógico na pesquisa é necessário manter a tensão entre as vozes existentes, a do pesquisador e a do sujeito da pesquisa, não realizando nenhum tipo de fusão entre estes dois pontos de vista. Ressalta ainda que este diálogo não é simétrico, pois “o pesquisador deve fazer intervir sua posição exterior: sua problemática, suas teorias, seus valores, seu contexto sócio-histórico, para revelar do sujeito algo que ele mesmo não pode ver” (ibid, p.100). O conceito de exotopia está relacionado com o trabalho de objetivação do pesquisador, a partir da sua relação com o outro, onde tenta fixar e enquadrar aquilo que está em movimento em determinado tempo e espaço, considerando as diferentes vozes que compõem o contexto da pesquisa (ibid).

Como foi discutido anteriormente, em Vigotski (2000), assim como em Bakhtin (1990), a alteridade é um dos pontos centrais para a compreensão dos sujeitos, pois conforme Zanella (2005) é no encontro com os muitos ‘outros’ que caracterizam a cultura que o sujeito se reconhece e se constitui. Neste processo a mediação semiótica é um aspecto fundamental, pois através dos sentidos produzidos nessas interações a ‘consciência’/psiquismo humano é constituída (Bakhtin,1990). É a partir desse entendimento que esta pesquisa procura identificar e compreender nos discursos verbais dos sujeitos e nas imagens fotográficas por eles produzidas, as relações que estabelecem com a cidade e/em seus múltiplos sentidos, assim como as vozes e os silêncios que se fazem ali presentes em seus discursos.

Destaca-se que as imagens fotográficas se constituem como uma forma de linguagem específica, assim como a linguagem verbal, e que não pode ser reduzida a esta, apesar de ambas se constituírem enquanto “suporte signifiante de interpretação” (Souza, P., 2006). Conforme Barros (2006), em pesquisas ao se trabalhar com fotografias é necessário considerar que estas são apenas representações sobre o real e não podem ser confundidas com este, pois são construções mediadas pela subjetividade humana - do fotógrafo - e objetivadas em determinada materialidade a partir de certos recursos técnicos; enfim, é produzida pelo ser humano e nela estão técnicas que organizam e direcionam nosso olhar. Desta forma, é preciso salientar a não neutralidade das imagens fotográficas, que assim como a palavra, se constituem em signo ideológico - como discute Bakhtin (1990) - produtos de determinada subjetividade mediada por um contexto histórico-cultural específico.

3.1 SUJEITOS

Participaram dessa pesquisa nove jovens, dos quais oito freqüentaram um “projeto social” durante o período de junho a novembro de 2006, no qual a autora desta pesquisa participou como monitora, acompanhando-os nas diferentes atividades oferecidas. Foi incluído também um irmão de uma dessas participantes do projeto.

Destes 9 jovens, 4 são do sexo masculino e 5 do sexo feminino. As idades variam de 15 a 22 anos e a escolaridade de 4ª série do Ensino Fundamental ao Ensino Médio Incompleto.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE INFORMAÇÕES

Foram realizadas entrevistas iniciais, registros fotográficos da cidade e novas entrevistas a partir das imagens registradas por cada participante. A utilização de diferentes instrumentos visava uma melhor aproximação da complexa realidade dos sujeitos pesquisados, assim como o cruzamento das informações obtidas a partir destes. A coleta de informações para análise se deu em três momentos:

1º Momento: Os jovens, a pesquisadora e a cidade

Essa primeira etapa da coleta de informações envolveu o encontro com cada jovem através de entrevistas individuais e de visitas às localidades onde moravam. O primeiro contato, na maioria dos casos, foi realizado por telefone, convidando-os a participar da pesquisa e agendando um primeiro encontro no qual foram esclarecidos os objetivos da pesquisa e apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver anexos 1 e 2). Após obter o consentimento do participante e deixar uma cópia para o seu representante legal, no caso daqueles com menos de 18 anos, foi realizada a primeira entrevista com cada jovem.

As entrevistas seguiram a proposta de ‘entrevistas em profundidade’, tal como definidas por Olabuénaga (1999). Para este autor, quando se utiliza uma entrevista se concebe o ser humano como um sujeito que constrói sentidos e significados sobre o contexto em que está inserido, através dos quais se relaciona com a realidade. Para compreender por que os sujeitos atuam como atuam, tem que se entender não somente o sentido que eles compartilham com os demais integrantes do contexto social – os significados segundo Vigotski (1992) –, mas também o sentido singular que eles dão a seus atos (OLABUÉNAGA, 1999)⁵. O autor argumenta que,

A entrevista, em conseqüência, nasce de uma ignorância consciente por parte do entrevistador que, longe de supor que conhece, através do seu comportamento exterior, os sentidos que os indivíduos dão a seus atos, se compromete a perguntar-lhe aos interessados, de tal modo que estes possam expressá-los em seus próprios termos e com a suficiente profundidade para captar toda a riqueza de seu significado (p.171)

Uma questão central na utilização desta técnica é a qualidade da interação estabelecida entre entrevistado e entrevistador, uma vez que a comunicação de informações por parte do entrevistado vai depender fundamentalmente da definição que este tem da situação em que

⁵ Consoante com Olabuénaga (1999), Vigotski diferencia sentido e significado das palavras. Para Vigotski (1992), o sentido está relacionado com as repercussões psicológicas evocadas em nossa consciência pela palavra/signo, enquanto que o significado refere-se ao sentido mais estável da palavra/signo, compartilhado por determinado grupo cultural, de forma que na linguagem interna, no plano do sujeito, ocorre o predomínio do sentido sobre o significado, que é a forma como o sujeito se apropria de um determinado signo.

estiver inserido neste processo. Desse modo, é fundamental que sejam declaradas as condições de pesquisa, a garantia de fidelidade e de anonimato. (OLABUÉNAGA, 1999). Além disso, é necessário que o pesquisador desenvolva uma capacidade de ouvir e de estimular o fluxo de informações por parte do sujeito pesquisado, sem forçar o discurso para determinada direção. O importante é propiciar um clima de confiança em que ele possa se expressar à vontade (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

No caso desta pesquisa, o fato da pesquisadora já ser conhecida dos jovens, da relação que já havia estabelecido com eles, facilitou esse processo com a maioria dos participantes, pois, durante o período em que foi monitora no projeto citado, os jovens compartilhavam quase que diariamente situações que estavam vivenciando em suas localidades: relacionadas a questões familiares, a brigas entre grupos de jovens de localidades próximas, relações com a polícia, entre outras, o que pode ser considerado como um indicador da confiança que estes depositavam naquela.

As entrevistas tiveram como foco as opiniões, sentimentos, emoções e experiências desses jovens a partir das diferentes redes de sociabilidade das quais participam no município de Florianópolis/SC. Elas seguiram um roteiro prévio (ver anexo 3) e foram gravadas com auxílio de um gravador digital. O local foi definido conforme combinação prévia com cada jovem e a maioria foi realizada na própria localidade onde residem, em locais variados, mas sempre procurando preservar as condições necessárias para a realização da entrevista. O número de encontros com cada jovem variou conforme a necessidade de maiores informações observada a partir das transcrições que eram feitas posteriormente às entrevistas realizadas e de acordo com a disponibilidade dos participantes.

Também foram realizadas visitas às localidades, agendadas previamente com os jovens, quando possível. Essas visitas geralmente coincidiam com o momento em que a pesquisadora agendava para buscar a câmera fotográfica que ficava com os participantes. Para registro dessas informações foi utilizado um diário de campo e gravador digital. Também foram realizados registros fotográficos com uma câmera digital, quando possível, tanto pela pesquisadora quanto pelos jovens.

2º Momento: O jovem e a cidade

Cada participante ficou durante uma semana com uma máquina fotográfica manual e um filme de 24 poses, entregue após a primeira entrevista individual, para produzir uma série

de registros fotográficos da cidade de Florianópolis⁶. Após a revelação pela pesquisadora das imagens de cada jovem que fez os registros foi agendado novo encontro para análise e discussão das fotos, conforme descrito a seguir.

3º Momento: O jovem, a pesquisadora e as imagens da cidade

Neste encontro era realizada nova entrevista individual a partir das imagens registradas pelo sujeito (ver roteiro em anexo 4). Inicialmente eram apresentadas todas as imagens de modo que o(a) participante pudesse falar sobre as imagens que produziu, as quais foram utilizadas como dispositivos de análise das relações desses jovens com a cidade. Jobim e Souza & Lopes (2002, p.65), destacam que,

(...) As fotografias desencadeiam um outro modo de olhar o mundo, enriquecendo as possibilidades de apresentação dos fatos, objetos, pessoas e acontecimentos. A construção de sentido através da imagem se dá na interlocução, num primeiro momento, entre o sujeito e a câmara fotográfica e, posteriormente, no diálogo entre o pesquisador e o jovem fotógrafo, que narra por meio de palavras o sentido das imagens que foram selecionadas no cotidiano e produzidas como fotografias, permitindo que sejam analisadas sob novo ângulo da visão.

Além disso, procurou-se ir além das informações figurativas das fotografias produzidas, buscando se distanciar da visualidade sensorial, ou seja, das imagens tal como a vemos, com o objetivo de construir/atualizar/modificar sentidos de acordo com as considerações de Barros (2006). O autor ressalta a necessidade de ir além do conteúdo explícito e de estabelecer novas redes de significados entre o dito e o não dito. Além disso, chama a atenção para a necessidade de “desconstruir e subjetivar a objetividade das imagens”, pois através desse processo seria possível “captar o trânsito das ideologias que as produzem, estabelecendo as bases de uma sociabilidade fundada na confluência de linguagens que dizem o mundo para e entre os homens” (ibid, p.166-167).

O registro desse encontro foi feito com o auxílio de um gravador digital e transcrito em seguida para análise.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados obtidos através das entrevistas, das observações participantes e das imagens da cidade, inicialmente foram transcritos todos os discursos verbais gravados.

⁶ A opção por este equipamento para os registros ocorreu em função dos custos dessas câmeras fotográficas em relação a equipamentos mais sofisticados e da possibilidade de utilização da mesma câmera por mais de um sujeito.

Como já foi destacado anteriormente, as fotografias da cidade registradas foram consideradas, em fase de coleta de informações, como dispositivos que podem mobilizar a produção de narrativas (JOBIM E SOUZA, 2002). Essas narrativas foram transcritas, assim como as outras entrevistas, e organizadas em categorias de análise definidas à posteriori da coleta de informações. Essas categorias foram criadas com base em unidades temáticas destacadas no processo de leitura e releitura das entrevistas e das imagens.

A importância de trabalhar com diferentes materialidades sógnicas, neste caso as imagens fotográficas e os discursos verbais, é destacada por autores como Barros (2006) e Souza, T.T.C. (2006), pois considera-se que “os mais variados tipos de signos e seus arranjos vivem em permanente deslocamento em seqüências intertextuais e interdiscursivas, como ‘fontes dialógicas’, produtoras de sentidos” (BARROS, 2006, p.154).

Enfim, nesta pesquisa procura-se construir uma compreensão dos processos envolvidos na constituição dos jovens de baixa renda participantes desta pesquisa a partir das relações destes na e com a cidade de Florianópolis/SC. A pesquisadora, através de seu lugar exotópico em relação ao contexto destes jovens, procurou compreender o que estes jovens vêem/sentem da/na cidade, o que eles não vêem, a relação do visto e do não visto com o que a pesquisadora vê e o que a pesquisadora não vê, mantendo a tensão entre as diferentes vozes presentes/ausentes, conforme proposto por Amorim (2003, 2004). Buscar-se-á assim explicitar os sentidos construídos nessa interlocução, objetivados na linguagem verbal, nas imagens fotográficas e nas narrativas sobre as imagens registradas, em confronto com a análise destes sentidos a partir do lugar teórico desta pesquisa.

4 - A IMERSÃO NO CAMPO E O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO TANTO DOS SUJEITOS DA PESQUISA QUANTO DA PESQUISADORA

Dos dez jovens inicialmente previstos para participarem desta pesquisa, egressos do “projeto social” desenvolvido em 2006, oito aceitaram participar e compareceram aos encontros marcados para as entrevistas. Foi incluído também um jovem que não participou do “projeto social” junto com os demais, mas que estabeleci contato no decorrer da pesquisa de campo e que aceitou participar.

Dos nove sujeitos da pesquisa, sete eram moradores da região do Maciço Central de Florianópolis. Uma das participantes havia se mudado do Maciço, local onde morou desde que veio para Florianópolis, para um bairro popular da cidade cerca de dois meses antes da participação na pesquisa. A nona participante, por sua vez, estava morando em uma localidade da parte continental da cidade, também caracterizada, assim como o Maciço Central por ser uma localidade que abriga grande número de famílias que vivem em condições marcadas pela violação de direitos, descaso, negligência e ausência de investimentos em setores básicos como educação, cultura e saúde.

A região do Maciço Central de Florianópolis “compõe-se de um conjunto de morros, situado entre a ponta insular leste de ligação centro continente e os bairros residenciais de classe média e alta, no seio da área de maior centralidade da Ilha de Santa Catarina” (PIMENTA; PIMENTA, 2002, p.1). Conforme os autores, esses morros começaram a ser ocupados no início do século XX por ex-escravos e posteriormente por populações pobres que foram expulsas das áreas centrais da cidade a partir do processo de renovação urbana criado pelo movimento sanitaria.

A partir dos anos 60, com a instalação de empreendimentos estatais em Florianópolis - UFSC, Eletrosul e outras empresas de serviços públicos -, ocorreu um processo de expansão e de valorização fundiária na cidade, de acordo com Pimenta e Pimenta (2002). Ressaltam ainda que além dessa cidade de ‘serviços públicos’, acrescenta-se mais recentemente o desenvolvimento do “setor turístico imobiliário, que promove a apropriação privada do espaço paisagístico, através da introdução de grandes projetos de ocupação urbana, geralmente sem infra-estrutura adequada, ou contando com a transferência de recursos públicos para sua implantação” (ibid, p.2). Paralelamente também foi se formando a separação espacial em Florianópolis entre os diferentes segmentos sociais que ocupam

espaços distintos na cidade. Além disso, conforme destacam Pimenta e Pimenta (2002), foi criada uma “política municipal de transformar Florianópolis na melhor cidade do país, o que significa ‘higienizar’ o espaço urbano, torná-lo ‘limpo’ e ‘disciplinado’”, escamoteando as contradições geradas pela lógica do sistema capitalista de produção (ibid, p. 9).

A partir dos anos 90 ocorreu uma intensificação da ocupação do Maciço Central de Florianópolis, principalmente com o aumento da migração de setores empobrecidos da população para a capital. As áreas do Maciço teriam sido uma das alternativas encontradas pela população de baixa renda para se manter na cidade. Como essa população não dispõe de recursos suficientes para se inserir no setor habitacional regularizado,

[...] são obrigados a procurar áreas residuais do espaço urbano, com custo comparativamente baixo de acesso à terra, quer se trate de ocupação direta, ou aquisição de ocupantes anteriores. De posse de um pequeno espaço, ainda que irregular do ponto de vista das legislações urbanísticas, viabilizam seu estar no espaço da cidade através da construção de moradia, que por muitos anos permanecerá precária, melhorando, na maioria das vezes lentamente, com a evolução da renda obtida pela família pela sua inserção no mercado de trabalho urbano. (PIMENTA; PIMENTA, 2004, p.9).

Conforme dados da Prefeitura de Florianópolis (2006), a região do Morro da Cruz de Florianópolis abrigava 25.940 habitantes em 2004, distribuídos em 18 localidades que estão em ‘áreas de ocupação irregular’. Conforme Pimenta e Pimenta (2002) as localidades que fazem parte dessa região estão literalmente “fora dos mapas” de Florianópolis, não sendo reconhecidas pela administração municipal. Estão delimitadas como Área de Preservação Permanente e com isso a prefeitura conseguiu impedir o fornecimento de água e luz para os novos moradores, assim como outros serviços de infra-estrutura. Por outro lado, apesar das precárias condições de moradia, devido à falta de saneamento básico, rede de água, eletricidade, coleta de lixo, entre outras benfeitorias, essa região é um local privilegiado tanto pela sua proximidade do centro da cidade, quanto pela ‘exuberância de sua paisagem’, o que faz do Maciço do Morro da Cruz “ponto de disputa latente entre população instalada em áreas de preservação e os interesses de desenvolvimento turístico futuro” (PIMENTA; PIMENTA, 2004, p.4).

Dos participantes desta pesquisa, seis moravam em *Lírios*⁷, umas das 18 localidades que compõem o Maciço do Morro da Cruz (PREFEITURA MUNICIPAL FLORIANÓPOLIS, 2006). Conforme Pimenta e Pimenta (2004), *Lírios* fica em uma área central na região do Maciço e possui ligação com o centro da cidade, a baía sul e os bairros

⁷ Nome fictício, assim como de todos as demais localidades.

residenciais. Isso a transforma em área de interesse especulativo e, por isso, “local de tensão entre população local, investimentos empresariais e políticas públicas”, (ibid, p.6). Conforme os autores, esta é uma área de ocupação recente, que recebeu principalmente migrantes do Planalto e do Oeste do Estado de Santa Catarina (67,74%). A maioria teria vindo para Florianópolis em busca de emprego e muitos destes possuem amigos ou parentes que já residentes no Maciço.

De acordo com os autores, “A década de 90 foi responsável pelo aumento da pobreza urbana. Às migrações rurais somam-se processos de instabilidade e de falta do emprego urbano, agravando a situação de exclusão estrutural dos países do Terceiro Mundo.” (p.9). A migração recente da localidade *Lírios* “reflete esse processo, atraindo uma população empobrecida e pouco qualificada para trabalhos urbanos em busca de melhores condições de vida, sobrevivendo com empregos precários e salários aviltantes.” (PIMENTA e PIMENTA, 2004, p.9)

Além da localidade *Lírios*, estive na localidade *Cravo*, que fica na divisa com esta, onde residia uma das participantes. Também encontrei com uma jovem na localidade *Rosas*, que é um bairro popular da cidade. Esta participante já havia morado em *Lírios* e em *Petúnia* – outra localidade que faz divisa territorial com *Lírios*. Por fim, a última participante morava numa localidade da região continental de Florianópolis, mas participou de apenas uma entrevista que foi realizada na escola onde estudava, no centro da cidade.

4.1 – Relações tecidas no decorrer da pesquisa de campo: os diferentes interlocutores

A pesquisa de campo foi iniciada no final de março de 2007 e concluída em junho deste mesmo ano. Iniciei o trabalho de campo pela localidade *Lírios*, que era a localidade onde residia a maioria dos prováveis interlocutores da pesquisa, com o primeiro jovem que consegui contato. Uma das dificuldades iniciais foi conseguir encontrá-los, posto que alguns não tinham telefone em casa e outros não estavam mais com o celular que tinham fornecido o número. Esta dificuldade referente à questão de um telefone para contato ou de conseguir encontrá-los em casa, remetia a outros fatores do contexto em que estavam inseridos, como a falta de acesso a serviços como telefonia, ou mesmo de questões cotidianas, como no caso daqueles que trabalhavam o dia todo de segunda a sábado e estudavam à noite.

Ao combinar o local para as entrevistas iniciais, a maioria dos jovens optou ou concordou que elas fossem realizadas na própria localidade onde residiam, o que demarcou o

desenvolvimento da pesquisa. Se por um lado isso possibilitou a realização de observações participantes de vários contextos de interação destes jovens, por outro, implicou na minha inserção em *Lírios*, desde o início da pesquisa de campo, e com isso as dificuldades inerentes a este processo, pois era um lugar que eu desconhecia e, além disso, é um lugar demarcado socialmente como lugar de perigo e violência.

O primeiro encontro foi com Antônio⁸. Expliquei a pesquisa por telefone e combinei um encontro no ponto final do ônibus da localidade *Lírios*. No dia e horário combinado, cheguei ao local e fiquei esperando. Como Antônio não compareceu no horário combinado, telefonei para ele. Tentou explicar como chegar à sua casa, no entanto, não consegui ver as ruas/caminhos que ele tentou me explicar, pois a organização da localidade seguia uma lógica diferente de outros espaços urbanos da cidade onde estava habituada a circular. Além disso, foi a primeira vez que fui sozinha e de ônibus até esta localidade e não sabia se poderia circular ou não com segurança naquele lugar.

Por fim, Antônio concordou em vir ao meu encontro, ali onde eu estava esperando. Expliquei o trabalho que queria realizar e solicitei a colaboração deste, ali onde estávamos. Já nos conhecíamos do ano anterior, mas precisava investir neste momento em uma nova relação, que por sua vez era marcada pela relação que já havíamos estabelecido. Neste momento, enfatizei que se tratava de uma pesquisa vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ou seja, um trabalho que estava fazendo para conhecer como os jovens daquelas localidades vivem e que era independente dos objetivos da outra relação que havíamos estabelecido no projeto no ano anterior. No entanto, ao mesmo tempo em que precisava me orientar nessa nova relação com um olhar de pesquisadora, pois estava ali para realizar um trabalho de pesquisa, também a considerava como um processo de intervenção, conforme destaca Maraschin (2004). Para esta autora, “Todo pesquisar é uma intervenção, criação de sujeitos, objetos, conhecimentos, de territórios de vida.” (p.105) Ainda, ao mesmo tempo em que o pesquisador é um observador, os participantes também o são, o que caracteriza a relação pesquisador/sujeitos da pesquisa como de mútua constituição.

Neste primeiro encontro com Antônio, estabelecemos o contrato da pesquisa antes de realizar qualquer entrevista, pois uma questão central na coleta de informações é a qualidade da interação estabelecida entre pesquisador e sujeitos, uma vez que a comunicação de informações por parte dos participantes depende principalmente da definição que este tem da situação em que estiver inserido. Desse modo, foram explicitadas as condições de pesquisa,

⁸ Nome fictício, assim como de todos os demais participantes.

de garantia de fidelidade e de anonimato. Soma-se a isso a importância da confiança que deveria haver nessa relação, para que os participantes pudessem se expressar à vontade. Estas foram questões que procurei investir no decorrer da pesquisa, com todos os participantes.

Após combinarmos estas questões, Antônio levou-me até sua casa. De lá fomos ao campo de futebol da localidade, por sugestão deste ao ser questionado sobre um lugar em que pudéssemos ficar a sós para a entrevista. As entrevistas individuais foram realizadas nos primeiros encontros com cada jovem e eram orientadas pelo roteiro em anexo e gravadas com um aparelho gravador. Tinham como proposta as “entrevistas em profundidade”, tal como definidas por Olabuénaga (1999), com foco nos sentidos sobre o contexto em que os sujeitos estavam inseridos.

Do lugar – o campo de futebol - tínhamos a vista de uma vasta região da cidade, incluindo a UFSC e bairros que ficam na sua redondeza. Antônio mostrou os lugares que conhecia dali de cima e que já havia circulado. Após a entrevista, deixei a câmera fotográfica para que ele fizesse uma série de registros fotográficos da cidade e combinei que voltaria na semana seguinte para buscá-la. Este foi outro procedimento que realizei com os demais participantes, ou seja, após a primeira entrevista deixava uma câmera fotográfica com um filme de 24 poses para que fizessem registros fotográficos da cidade com a proposta de que estas fossem registradas no período de uma semana.

Desde este primeiro dia em que estive na localidade *Lírios* para realizar a pesquisa procurava observar aquele contexto na tentativa de conhecer suas características e me localizar. Num primeiro momento, enquanto fiquei no ponto de ônibus esperando, observei que em frente a este havia dois estabelecimentos comerciais onde circulavam algumas pessoas e, atrás destes, ficava a maioria das casas da localidade Lírios, numa área montanhosa. Observei alguns jovens na rua de trás dos estabelecimentos citados, os quais se movimentavam nessa rua, mas não saiam dela. Enquanto estive ali no ponto de ônibus, também me senti exposta, observada, pois fiquei durante cerca de meia hora esperando e era visível que eu não era daquele lugar.

No segundo encontro com Antônio, na semana seguinte, fui sozinha do ponto final do ônibus até sua casa. Além de ir buscar a câmera fotográfica para revelar as fotos, pretendia aprofundar alguns aspectos da entrevista anterior, observados a partir da transcrição desta. Quando cheguei à sua casa, fui avisada pelas suas irmãs que Antônio estava tirando fotos “de morro”. Conheci sua tia que recém tinha chegado de um município do interior do Estado do Paraná e estava ali provisoriamente com o marido e os dois filhos, um de 4 anos e outro de 2

anos. Neste dia também estavam na casa suas irmãs, uma de 13 anos, uma de 10 e outra de 5 anos, além do seu irmão de 11 anos. Antônio era o irmão mais velho e tinha 15 anos. Era um dia de semana no período da manhã. Todos os irmãos iam para a escola da localidade *Orquídea* no período da tarde, exceto a irmã mais nova que freqüentava a creche desta mesma localidade. O pai de Antônio trabalhava o dia todo e a mãe trabalhava durante o dia e parte da noite. Ambos estavam trabalhando na ocasião.

Neste dia não foi possível realizar entrevista. Fomos novamente ao campo de futebol, mas suas irmãs o acompanharam e o encontro teve rumos diferentes do que previa: era como se todos quisessem me conhecer e de certa forma fui tomada como objeto de observação. Não foi possível realizar a entrevista com Antônio, mas pude participar daquele contexto e observar ativamente sua dinâmica enquanto interagia com as suas irmãs. Do campo de futebol me mostraram a cidade que conheciam lá de cima. Estava com uma câmera fotográfica digital com a qual registramos imagens da localidade e outras das pessoas da família que estavam ali presentes.

Após este encontro, tive dificuldades para encontrar Antônio novamente, pois não conseguia falar com ele para marcar novo encontro com as fotos que ele havia registrado. Ele tinha começado a trabalhar como ajudante de pedreiro de segunda-feira a sábado e cursava o supletivo do Ensino Fundamental à noite na localidade *Orquídea*. Nesse momento eu também estava realizando entrevistas com Pedro e com Juliana.

Pedro foi o primeiro jovem que consegui falar, era o único que tinha telefone fixo em casa, o que facilitava o contato. Pedro tinha 16 anos, estava trabalhando numa “lanchonete” e cursava supletivo da 8ª série do Ensino Fundamental à noite numa escola fora dos “morros”, mas nas proximidades. A mãe trabalhava o dia todo e parte da noite. O pai estava desempregado. Ele tinha um irmão de 14 anos e outro de 11. Realizamos a entrevista na UFSC, por escolha de Pedro. Após essa entrevista, também ficou com a câmera fotográfica para fazer os registros da cidade.

Juliana havia morado nas localidades *Lírios* e *Petúnia*, no entanto, quando falei com ela através do seu celular, soube que naquele momento estava morando na localidade *Rosas*. Combinamos o primeiro encontro em sua nova residência, no qual foi estabelecido o contrato da pesquisa e a primeira entrevista. Neste momento Juliana estava morando com um companheiro fazia dois meses e tinha recém completado dezoito anos. Juliana não estava nem trabalhando, nem estudando e passava o dia todo em casa. Havia trabalhado num emprego

temporário no último verão e tinha parado de estudar neste ano - quando estava fazendo supletivo da 8ª série do Ensino Fundamental na mesma escola que Pedro.

Tivemos um segundo encontro na mesma semana, com o objetivo de concluir a primeira entrevista e fazer uma visita pela localidade onde estava morando. Destaca-se que as entrevistas com Juliana se estenderam para além do foco da pesquisa. O vínculo que já havíamos estabelecido no ano anterior reapareceu neste momento da pesquisa e Juliana, em diversos momentos das entrevistas, trouxe questões que estava vivendo com o companheiro a partir de sua mudança para esta localidade e as relações que tinha com a família. Percebi uma demanda desta em relação a uma escuta sobre estas questões. Além do foco no que estava investigando, em muitos momentos escutei suas angústias e a questioneei sobre suas possibilidades e escolhas diante do que estava vivendo. Não sem minhas próprias angústias, pois estava numa situação em que não poderia me omitir enquanto pesquisadora e ao mesmo tempo não poderia dar continuidade à essa escuta devido às condições da pesquisa.

Após as entrevistas com Juliana, retornei à localidade *Lírios* para encontrar com Pedro. Era a terceira vez que ia até esta localidade para realizar a pesquisa. Novamente cheguei ao ponto final do ônibus e fiquei ali esperando, conforme combinado. Do ponto de ônibus, como das outras vezes, fiquei observando aquele lugar, mas desta vez comecei a ver coisas que antes não via e outras mais nitidamente, principalmente após a entrevista com Juliana: as casas de “comunidade”⁹ – muitas visivelmente precárias-, as árvores entre as casas, a falta de ruas, os carros da polícia passando pela rua do ponto de ônibus em direção à base militar construída no topo do morro, os “guris” que realmente ficavam atrás do muro na esquina e circulavam atrás deste.

Como Pedro também não compareceu no horário combinado, liguei para sua casa para ver o que havia acontecido e este veio em seguida. Havíamos combinado que ele entregaria a máquina fotográfica com os registros da cidade e mostraria a localidade onde mora. Contou que tinha tirado somente cinco fotos e afirmou que não tinha muitas coisas “interessantes” da cidade para registrar e que só havia registrado uma da localidade onde morava. Mas concordou em ficar com a câmera mais uma semana para registrar outras imagens.

⁹ Durante uma observação participante Juliana questionou-me se o termo comunidade que eu havia acabado de utilizar era para me referir a “comunidade pobre”. Neste momento, consciente das próprias ambigüidades que o termo comunidade carrega, perguntei o que ela entendia por comunidade, ao que me respondeu: “falando pra comunidade pra mim é comunidade pobre” e que seria diferente de bairro. Falou da relação entre comunidade e projetos sociais, pois para esta jovem quando se ouve falar em projeto social na mídia, por exemplo, fala-se em projeto social para comunidades e não se fala em projeto social para bairros, ou seja, comunidade para ela era lugar onde moram pessoas pobres.

Após as entrevistas com Juliana e este encontro com Pedro, tive dificuldades para fechar o contrato da pesquisa com aqueles que já havia iniciado as entrevistas e para estabelecer contato com outros interlocutores. Antônio havia conseguido um trabalho e estava estudando a noite. Estava em casa somente aos domingos. Precisava voltar com as fotos que ele havia registrado para a entrevista com as imagens. Além disso, das fotos que ele registrou, mais de metade não saíram, por problemas no manuseio da câmera. Pedro continuou com a câmera para fazer novos registros fotográficos, mas na semana seguinte, como combinamos, afirmou estar sem tempo para concluir os registros, pois trabalhava e estudava. Neste momento decidi trabalhar com as fotos da cidade individualmente, pois a formação de um grupo para trabalhar com todos os jovens a partir das fotos registradas, tal como previa no projeto de pesquisa¹⁰, provavelmente seria inviável.

Neste tempo também entrei em contato com outros jovens por telefone: João, que aceitou participar, mas não tinha telefone próprio, o que dificultava qualquer contato com ele, além de estar trabalhando e estudando e ter somente os domingos livre. Além disso, no primeiro encontro que marcamos houve um desencontro, pois combinamos por telefone que ele me esperaria no ponto final do ônibus e ele afirmou posteriormente que havia entendido que iríamos nos encontrar no campo de futebol, onde havia sido a entrevista com Antônio, que era seu amigo. João tinha 16 anos, também trabalhava como ajudante de servente de obras e fazia supletivo à noite – estava terminando o supletivo do Ensino Fundamental num colégio da parte continental do município.

Marcos foi outro jovem que entrei em contato nesse período, mas que faltou ao encontro combinado. Além disso, não tinha telefone para contato – deixou um telefone que já não era mais seu. Uma das dificuldades que encontrei, nestes momentos, foi conseguir fazer um movimento exotópico, de distanciamento em relação a essa série de dificuldades que estava encontrando e analisar esses acontecimentos, perceber o que eles significavam neste momento em que estava inserida no campo. À primeira vista, interpretei-os como recusa ou desinteresse em participar da pesquisa, o que aos poucos pude compreender que não eram explicações para o que acontecia.

No entanto, alguns imprevistos trouxeram outras possibilidades para a pesquisa, possíveis a partir das relações que eu já havia estabelecido com pessoas daquela localidade

¹⁰ Após a revelação das fotos de todos os jovens seria agendado um encontro com todos os participantes para análise e discussão das imagens registradas. Neste encontro seriam apresentadas todas as imagens fotográficas de modo que cada jovem pudesse identificar as imagens que produziu. Num segundo momento o objetivo seria possibilitar que estes jovens compartilhassem significados e sentidos produzidos a partir dessas imagens, as quais seriam utilizadas como dispositivos de análise das relações desses jovens com a cidade.

antes da pesquisa. Como no dia em que estava esperando Marcos na região do ponto final do ônibus e que este não compareceu. Enquanto o esperava, encontrei José que estava circulando por ali. José era um jovem de 15 anos que morava na região e que havia “freqüentado” a UFSC durante algum tempo, onde eu o havia conhecido cerca de uns 5 anos atrás. Nesta época, ele costumava passar a noite pelas redondezas da universidade, quando criou laços de amizade com vários estudantes desta.

Expliquei para José a pesquisa que estava realizando, após ser indagada por este: “O que você está fazendo aqui no morro?” No desenrolar da conversa, decidi convidá-lo a participar e ele aceitou após saber do que se tratava. Combinamos um encontro no dia seguinte na UFSC para fazer a primeira entrevista, pois afirmou que ali onde estávamos não se sentia seguro para falar sobre como vivem os jovens, mas que poderia ir à universidade. Neste dia, José me apresentou para alguns dos “guris”, amigos seus, que ficavam nessa região do ponto de ônibus e contou que me conhecia da universidade. Neste momento pude conversar e me aproximar desses guris, aqueles que nas vezes anteriores em que estive no morro ficavam circulando na rua próxima ao ponto de ônibus.

José era irmão de Joana, que também estava entre os participantes previstos no projeto de pesquisa, mas que não tinha telefone para contato. Como Marcos não compareceu, José explicou como fazer para chegar à casa de sua irmã Joana, onde poderia falar diretamente com ela. Garantiram que não haveria problemas para ir até a casa desta. José contou que naquele momento não poderia circular na região da localidade *Lírios* onde sua mãe morava, pois faz divisa com a localidade *Orquídea* e estava ameaçado por pessoas dessa localidade. Podia circular somente na parte mais baixa da localidade *Lírios*, que era ali onde estávamos.

Não sem receios, fui à casa de Joana, que ficava no extremo oposto da casa de Antônio. Era início da tarde e havia certa movimentação de pessoas na rua, o que dava alguma segurança. Fui perguntando como fazia para chegar até a casa de Joana, conforme orientação de José, além de tentar reconhecer os caminhos indicados por este. Uma das dificuldades na localização era a falta de definição de onde era rua, pátio das casas ou caminho de passagem. Foi como que tateando, seguindo as indicações de José e seus amigos que consegui encontrar a casa.

Joana me recebeu e aceitou participar da pesquisa. Estavam na casa Joana e seu irmão de sete anos, que continuou na rua brincando com uma pipa. Moravam com a mãe, que passava o dia todo fora de casa trabalhando, e com os irmãos mais novos: uma irmã de 16 anos, uma de 10, um irmão de 8 anos e outro de 7, além de outra irmã de 4 anos. Também

tinha uma irmã de 20 anos e um irmão de 18 anos que não estavam morando ali neste momento, além de José. Joana tinha 17 anos e estudava em *Orquídea* neste primeiro momento da pesquisa, na 7ª série do Ensino Fundamental. Seus irmãos que estavam morando ali ficavam um período na escola e outro em projetos sociais na localidade *Orquídea* ou na creche, exceto sua irmã de 16 anos e seu irmão de 7 anos, que iam somente para a escola.

Neste dia, realizamos a primeira entrevista, até o momento em que sua irmã de 16 anos chegou. Como em outros momentos em que encontrei pessoas que ainda não me conheciam e que me questionavam quem eu era e o que fazia ali, contei o que estava fazendo de maneira genérica e conversamos informalmente. Geralmente isso acontecia tranquilamente e era bem recebida pelos familiares dos jovens após saberem que eu era estudante e estava fazendo um trabalho da universidade. Neste dia também deixei uma câmera fotográfica com Joana e combinei de voltar na semana seguinte. Neste momento havia percebido que deveria deixar os encontros marcados, pois isso permitia dar seqüência às etapas da pesquisa sem muitas interrupções, como aconteceu no caso de Antônio, por exemplo.

No momento de voltar para o ponto de ônibus, Joana fez questão de me acompanhar. No caminho foi explicando os lugares por onde passávamos: uma casa onde tinha trabalhado cuidando de um menino, o bar onde vai encontrar os amigos, a casa de uma mulher que tem um projeto ali na localidade, a casa próxima ao ponto de ônibus onde sua irmã mais velha tinha morado, etc. Combinamos que eu voltaria na sua casa na semana seguinte para pegar a câmera fotográfica e revelar as fotos. Também havia deixado o Termo de Consentimento para Joana solicitar a autorização de sua mãe para ela e José participarem, procedimento que realizava com todos os participantes, após explicar a pesquisa e solicitar a autorização destes por escrito.

No dia seguinte a este encontro com Joana e com seu irmão José, encontrei com este, conforme tínhamos combinado, na universidade. Após a entrevista andamos pela UFSC, lugar que ele havia freqüentava regularmente durante certo período. Contou que parou de circular ali porque os ‘guris’ da localidade *Orquídeas* poderiam encontrá-lo. Neste dia José ficou com uma câmera fotográfica para fazer os registros da cidade e combinamos novo encontro na semana seguinte.

No domingo seguinte a este encontro com José, retornei à localidade *Lírios*, pois havia combinado com Antônio por telefone que iria levar as fotos que tinha revelado do nosso primeiro encontro e as fotos da cidade que ele registrou. Pretendia realizar uma nova entrevista com ele a partir dessas imagens. Cheguei ao ponto final do ônibus e fiquei

esperando por ele, pois tinha combinado de nos encontrarmos ali. Neste momento da pesquisa estava mais familiarizada com o local e circulava nesta região onde ficava o ponto de ônibus. Enquanto esperava conheci uma senhora que contou do assassinato de um rapaz numa escadaria ali próximo na última sexta feira de madrugada.

Continuava esperando por Antônio, com certo receio de ir até sua casa e esperando que este viesse ao meu encontro como confirmação de que estava disposto a continuar participando da pesquisa, já que tínhamos combinado de nos encontrar ali. Neste momento chegou uma jovem que não estava participando da pesquisa, mas que também me conhecia do projeto do ano anterior. Ao saber que eu o estava esperando, insistiu para que fosse até a casa deste, enfatizando que ele deveria ter esquecido e que não haveria problema em ir até a casa dele, além disso, por eu ser mulher não ‘mexeriam’ comigo.

Neste dia encontrei a família toda de Antônio em casa: pai, mãe e irmãos, o que já era previsto, pois era domingo de manhã. Sabia que dificilmente conseguiria realizar entrevista neste dia em função da questão de ter um espaço para ficarmos a sós, mas era o único dia que ele tinha disponível e pretendia restabelecer o contato com este para finalizar com uma entrevista a partir das imagens que ele havia registrado, mesmo que em outro momento. Além disso, estava começando a entender que a pesquisa de campo vai sendo construída, e precisa ser re-configurada e re-planejada continuamente, pois as condições de pesquisa não estão dadas, vão sendo construídas a partir das condições e da relação que estabelecemos com os participantes.

Fui recebida pelas irmãs de Antônio, que já me conheciam dos encontros anteriores e pela mãe deste, que após eu contar do trabalho que estava realizando comentou que eles (seus filhos) tinham falado muito das fotos que foram registradas no segundo dia em que estive lá. Estava com algumas dessas fotos, que havia revelado, para deixar com eles. As fotografias tiveram um papel fundamental neste encontro. As que Antônio havia registrado sobre a cidade foram olhadas por todos, a pedido deles, mas separadas para o trabalho que eu estava realizando com ele, no que a própria mãe de Antônio me auxiliou. As que foram registradas de pessoas da família ficaram para eles e não serão utilizadas na pesquisa. No entanto, estas atuaram como um dispositivo na relação que estabeleci com a família e mobilizaram a mãe de Antônio a mostrar as fotos da família neste encontro. Através destas, contou a história de sua família, dos filhos, os lugares que já haviam morado.

Neste encontro, Antônio sugeriu chamar João, que era seu vizinho, para conversar comigo sobre a pesquisa, após eu contar que havia marcado um encontro com ele alguns dias

antes no qual ele não tinha comparecido. Eles moravam na mesma rua. João veio até a casa de Antônio e também ficou ouvindo e vendo a mãe de Antônio mostrar as fotos. João contou que no dia combinado para a entrevista, tinha ido me encontrar em outro local, no campo de futebol, que era onde iríamos realizar a entrevista após ele me encontrar no ponto final do ônibus. Combinamos que eu voltaria para fazer a entrevista com ele no domingo seguinte e que também iria passar na casa de Antônio para buscar a câmera fotográfica, pois este ficou de registrar novas fotos da cidade, já que a maioria das anteriores não havia saído.

No domingo seguinte a este encontro, fui novamente à comunidade *Lírios*, conforme combinado. Neste momento havia compreendido que a segurança que eu queria para circular por aquele espaço não seria possível, não através da presença deles me acompanhando, como eu imaginava. Percebi que se quisesse contar com a participação desses jovens na pesquisa precisaria ir até eles, atenta também para não pressionar a participação. Isso talvez remeta a questão de que mesmo alguns deles não estavam seguros para circular naquele espaço. Outra hipótese para explicar o fato de que eles marcavam de me encontrar no ponto de ônibus e não iam pode ser a falta de interesse em participar da pesquisa, mas que não explica completamente as ausências, pois das vezes em que fui até as casas mesmo que não tinham me encontrado no ponto de ônibus, encontrava-os lá e já tinham avisado o restante da família que eu iria naquele dia. Outra hipótese pode ser a de que não viam problema de eu circular por aquele espaço e também não compreendiam o que eu estava pedindo indiretamente, quando solicitava que me encontrassem neste ponto.

Neste dia, quando cheguei à casa de Antônio, fui recebida, como na semana anterior, pelas irmãs destes e pela sua mãe, que fazia questão de me receber como uma visita. Geralmente ficávamos conversando durante um tempo, tomávamos chimarrão. Antônio não havia conseguido tirar as fotos, conta em tom de brincadeira que estava sem tempo, pois acordava meio dia e a tarde ia pra escola. Neste momento já não estava mais trabalhando. Percebi que as pessoas ali estavam mais silenciosas que das outras vezes. Durante o caminho do ponto de ônibus até sua casa também percebi que havia poucas pessoas circulando e a localidade parecia estar mais “quieta”. Durante a conversa soube do medo que estavam passando depois do assassinato do rapaz na escadaria, o qual morava em frente a casa deles. Algumas pessoas rondavam esta casa a noite, o que deixava toda a família apreensiva.

Neste mesmo dia fiz a primeira entrevista com João, em sua casa. Quando cheguei à sua residência, no horário que havíamos combinado, sua companheira estava do lado de fora da casa lavando louças com uma mangueira de água e uma bacia, num local improvisado.

Chamou João, que estava assistindo TV na parte interna da casa de uma peça, dizendo que a “professora” dele estava ali. Percebi um certo desconforto de João em me receber nesse local: saiu e sugeriu que fossemos à casa de Antônio para fazer a entrevista, pois sua casa estaria muito bagunçada. Além disso, comentou logo de início que iriam construir uma casa nova neste terreno onde estava morando, o qual havia comprado recentemente com o seu padrasto. Comentei que poderia ser em qualquer lugar, mas que não fossemos interrompidos. Sentamos nas proximidades da casa, no pátio em frente, que ficava numa área reservada em relação à rua e às outras casas.

Durante a entrevista, Marcos chegou à casa de João, pois estava organizando um time de futebol para jogar no campeonato que iria acontecer na localidade no próximo domingo e precisava marcar os nomes dos jogadores. Ao encontrar-me ali, comentou que tinha ido ao meu encontro no dia que combinamos e não me encontrou¹¹, mas que depois voltaria ali para conversar comigo – o que não aconteceu.

Neste momento da pesquisa havia conseguido estabelecer contato com praticamente todos os jovens daquela localidade. Tinha contato com Pedro, Antônio, José – que não estava previsto como sujeito da pesquisa -, Joana, Juliana – que não morava mais nesta localidade -, com João e com Marcos, que não voltou para conversar comigo e após ter deixado um telefone para contato que não era seu, optei por não insistir e tomei como desistência.

A partir do momento em que passei a freqüentar suas casas a pesquisa de campo se desenvolveu, pois eu combinava com eles e ia até suas residências. Mas por outro lado tinha que lidar com a questão de não invadir demasiadamente o espaço deles. A família de Antônio teve papel fundamental neste processo, principalmente sua mãe – que foi muito receptiva desde o primeiro momento em que nos conhecemos-, pois através do vínculo com essa família, sabia que poderia ser recebida em sua casa e circular pela localidade tendo um ponto de referencia ali.

Neste período retomei o contato com Pedro que havia participado da entrevista e feito alguns registros fotográficos da cidade, após um período maior do que o previsto para isso. Apesar disso, suas fotos não saíram: provavelmente por manuseio incorreto da câmera, todas as fotos queimaram. Por telefone, o participante optou por não registrar novas imagens.

Também estava em contato com Juliana, que tinha ficado com uma câmera fotográfica para fazer os registros. Apesar de Juliana inicialmente ter se mostrado entusiasmada para

¹¹ Havíamos combinado por telefone um encontro no ponto final do ônibus no dia em que encontrei José, no qual Marcos não compareceu.

fazer os registros fotográficos, afirmando que assim poderia sair pela cidade tirando fotos, após vários pedidos de adiamento para a entrega da câmera, por telefone, em certo momento contou que ainda não havia feito nenhum registro da cidade, pois não tinha dinheiro para pagar o ônibus até o local onde queria registrar as imagens. Em função da dificuldade financeira e de ciúmes do companheiro que esta relatou, decidi financiar sua passagem de ônibus e acompanhá-la até o local onde queria registrar as fotos. Após revelar as imagens, retornei à casa de Juliana para nova entrevista com estas.

Em seguida também voltei à casa de Joana para buscar a câmera fotográfica como havíamos combinado. Neste dia encontrei a mãe dela em casa, em função do feriado de aniversário do município de Florianópolis. Também estavam em casa os irmãos de Joana, que normalmente vão para a escola e/ou para a creche da localidade *Orquídea*. Joana havia feito os registros da cidade e entregou a câmera para que eu pudesse revelar. Também entregou os termos de consentimento assinados.

Enquanto seus irmãos brincavam na rua ou nos arredores da casa, fui recebida pela mãe de Joana e por Joana, que na maior parte do tempo ficou apenas nos observando. A mãe de Joana, assim como a de Antônio, também foi bastante receptiva. Comentou que já sabia quem eu era pelos filhos e, após explicar a pesquisa que estava realizando, indagou o que eu fazia, onde morava. Conteí genericamente e ela no decorrer da conversa contou sua história, falou sobre o seu trabalho de cozinheira numa escola, assim como sobre os conflitos entre pessoas envolvidas com o tráfico de drogas na região. Enquanto conversava com sua mãe, Joana ficou sentada escutando, poucas vezes participou da conversa. Também falou de seu filho José que naquele momento não podia voltar para casa e que estava morando em outra localidade.

No domingo seguinte a este encontro na casa de Joana, retornei à localidade *Lírios*, como havia combinado com João e com Antônio, para buscar as câmeras fotográficas com os registros da cidade. João havia me avisado que estariam no torneio de futebol, “no campinho”. Do ponto de ônibus fui até a casa de Antônio, onde fui recebida pelo irmão deste e pela sua mãe. Em seguida seu irmão levou-me ao campo de futebol, sua mãe ficou em casa descansando do trabalho, pois o domingo é o único dia da semana que tinha folga, segundo ela.

No local do campeonato, observei que havia um gramado, próximo ao campo, ocupado pelas pessoas que assistiam aos jogos. A maioria sentada. Num canto uma churrasqueira improvisada com tijolos e um senhor cuidando do churrasco. Na região central,

onde estavam as pessoas assistindo, havia uma barraca com uma geladeira e coisas para vender: cerveja, refrigerante, pastel, coxinha, etc. Estava praticamente toda a família de Antônio, menos a mãe deste, e toda a família de João. Antônio e João estavam participando do campeonato.

Conversei com João e este contou que não tinha conseguido terminar de registrar as fotos porque a câmera fotográfica estava com problemas. Deixei a câmera funcionando com outro filme e combinei que voltaria na semana seguinte para apanhá-la e mandar revelar as fotos. Combinamos que eu voltaria qualquer dia da semana, pois agora ele não estava mais trabalhando. Com Antônio, também combinamos que eu retornaria nesta mesma semana com as fotos, ele havia registrado outras imagens da cidade. Como não estava mais trabalhando, comentou que eu poderia voltar qualquer dia da semana.

Neste dia, resolvi estas questões práticas da pesquisa e aproveitei o tempo que estava ali para observar/participar daquele contexto, durante uma hora aproximadamente. Durante este tempo chegaram Joana e seu irmão José – que não havia retornado para o segundo encontro na universidade, como combinamos, no qual levaria a câmera fotográfica com o filme para revelar as fotos. Conforme José, ele se “atrasou” para aquele encontro, pois bateu com a bicicleta num carro e perdeu a máquina “na confusão”. Contou também que havia voltado a morar ali em *Lírios*, pois a polícia havia prendido “os guris” do morro *Orquídeas* que queriam “pegar” ele e Joana, apenas um conseguiu fugir. Apesar disso, seu tio os alertou que este poderia se juntar com outros guris o que continuava representando um perigo para ele.

Na quarta feira seguinte a este domingo retornei à casa de Antônio para realizar a entrevista com as fotos. No caminho do ponto final do ônibus até sua casa, percebi que a localidade continuava com poucas pessoas nas ruas. Encontrei Antônio num “torneio de bolicia”, com alguns amigos, no interior de uma casa abandonada, próximo à sua casa. Consegui encontrá-lo porque suas irmãs me levaram até ele. Fomos com ele atrás de sua casa, que seria um lugar tranquilo para a entrevista. Foi muito interessante o local, pois tínhamos a vista de parte da localidade *Petúnia* e de outros locais que ele fotografou – os diferentes territórios vizinhos. Neste dia também passei na casa de João para pegar a câmera fotográfica para revelar as fotos e combinei de voltar no domingo seguinte para finalizarmos as entrevistas.

No período da tarde, neste mesmo dia, também retornei à casa de Joana, com as fotos. Como não havia avisado, quando cheguei à sua casa encontrei apenas sua irmã de 16 anos, o

irmão que estava no primeiro encontro e José. Este, ao saber que eu estava ali, chamou para que eu entrasse no quarto. Estava deitado numa das camas, protegido por cobertas, assistindo televisão. Era um dia de inverno e ventava. O quarto tinha apenas a abertura da janela, sem proteção nenhuma. A irmã de José que estava ali contou que tinham colocado tábuas para fechar a “janela”, mas que haviam retirado porque as crianças poderiam se machucar e colocavam um pano para fechar esta abertura durante a noite. Além disso, que sua mãe tinha comprado uma janela para por ali, mas que tinha ficado muito grande. Apesar das condições materiais precárias de moradia, observei que me recebiam com tranquilidade e sem constrangimentos.

Fiquei conversando com eles, mas estavam de saída, iam à casa da namorada de José. Contou que agora estava ficando ali, mas que não podia sair muito, além disso, que havia pessoas na região que ficavam olhando dentro das casas, segundo ele, por isso precisava cuidar-se para não ser visto. Joana não estava em casa e eles achavam que ela poderia estar no tio, que também morava nesta localidade. O irmão de Joana, de 7 anos, levou-me até a casa deste tio. Como Joana não estava mais ali, retornei à sua casa e a encontrei chegando do supermercado. Contou que foi comprar farinha para terminar de fazer a massa do pão que sua irmã havia começado, mas que o dinheiro não tinha sido suficiente, pois havia aumentado o preço da farinha. Ia esperar a mãe chegar para ver se comprava em outro local. Concordou em realizarmos a entrevista com as fotos da cidade que havia registrado. No entanto, enquanto realizávamos a entrevista, pude observar outras situações cotidianas, que pareciam naturalizadas para aqueles sujeitos, mas que remetiam às condições de vida ali, como quando chegou uma vizinha de Joana para pegar água para lavar a louça e depois retornou para tomar banho, pois estava sem água em casa.

Após a entrevista com Joana, combinamos que eu iria com ela ao Conselho Tutelar solicitar sua certidão de nascimento, pois estava com 17 anos e não tinha nenhum documento de registro. Além disso, afirmava ter dificuldades para andar no centro da cidade e por isso ainda não teria solicitado essa certidão, apesar de saber onde poderia conseguir.

No domingo seguinte às entrevistas com Antônio e com Joana, retornei à casa de Antônio para agradecer sua família pelo acolhimento que tinha recebido durante a pesquisa de campo e para explicar que ficaria um tempo sem voltar ali, pois iria estudar o que eu tinha visto e voltaria depois para contar. Neste dia, enquanto conversava com a mãe de Antônio ela falou novamente de seu trabalho, do desejo que tinha de estudar e de um curso que estava fazendo no próprio local onde trabalhava, através do qual poderia mudar de função e assim

trabalhar menos horas. Costumava trabalhar durante o dia todo e o período da noite, naquele momento. Também comentou das dificuldades que encontrava para incentivar os filhos a estudarem, por exemplo, e da falta de apoio que sentia do marido nisso.

Neste dia também percebi o quanto estava envolvida com esta família. A mãe de Antônio sempre me recebeu muito afetuosamente, assim como suas irmãs. Neste último encontro, apesar de explicar para todos que ficaria um tempo estudando, sem voltar ali, percebi que havia criado alguns vínculos que eu não teria como mantê-los, apesar de ter deixado sempre claro que estava ali para fazer uma pesquisa.

Em seguida, retornei à casa de João para realizar a entrevista com as imagens registradas por este, como havíamos combinado. Estavam em casa sua mãe e seu pai, além dele e sua companheira. Desta vez convidou-me para entrar. Uma das primeiras perguntas foi “professora, como ficaram as fotos?” e em seguida: “as fotos saíram certas?”. Quando seus pais saíram, realizamos a entrevista com as fotos que ele havia registrado. A companheira de João ficou de lado, nos observando. Neste dia também expliquei que a partir daquele momento ficaria afastada para estudar o que eu tinha visto e ouvido. Combinei de voltar para contar sobre o trabalho final - pediu que eu deixasse uma cópia do trabalho com ele.

Nesta entrevista, percebi que as fotos mobilizaram os pais, que também queriam ver. Além das fotos, havia levado um certificado do projeto que João participou no ano anterior. Isso mobilizou outras questões. Inicialmente me questionou se este certificado o ajudaria a conseguir um emprego. Também mostrou a pasta na qual guardava os certificados de projetos e cursos. Os pais de João contaram que agora ele não estava mais trabalhando, pois tinha terminado a temporada de verão e gostariam que este conseguisse um “trabalho fichado”.

Geralmente me deparava nos encontros com estes jovens e seus familiares – direta ou indiretamente- com expectativas de que poderia ser alguém que ira ajudá-los a resolver suas necessidades, principalmente nos primeiros contatos. Nestes momentos, explicava que eu também não tinha condições financeiras para auxiliá-los, quando se tratava de questões financeiras, e que estava ali porque acreditava que seria possível mudar algumas coisas no mundo em que vivemos, ainda que a longo prazo, por isso estava fazendo este estudo. Além disso, os incentivava a buscarem seus direitos, informando sobre onde eles poderiam ter acesso a esses, e muitas vezes apenas os escutava, pois realmente não tinha respostas para muitas questões que eles traziam/viviam.

No entanto, esse processo de estar com os sujeitos da pesquisa, inserida no mesmo espaço e tempo, compartilhando significados, fez com que eu também vivenciasse uma série

de necessidades e angústias. Muitas vezes essas situações me deixavam mobilizada, mas estava numa condição que não me permitia grandes intervenções, pois não queria realizar ações assistencialistas: compreendia que a situação dessas pessoas que vivem em situações de ausência de direitos humanos, para ser modificada, precisa da intervenção de políticas públicas, com continuidade e não de meras ações paliativas, como geralmente ocorre.

Estas foram as últimas idas à localidade *Lírios*. Combinei com todos os participantes que voltaria depois da pesquisa concluída para contar sobre o trabalho. Após encerrar essa parte da pesquisa fiquei sabendo que a irmã de Joana tinha sido vítima de violência sexual por um “guri” da localidade *Orquídeas*. Através de contato por telefone com o tio desta foi confirmada a informação e este contou que a família de Joana havia voltado para o Paraná em seguida a este acontecimento. Inclusive ele também estava pensando em sair dali, pois as coisas estavam ficando complicadas. Informou que ela tinha recebido atendimento através do Conselho Tutelar e que haviam ficado na cidade de Florianópolis somente os dois irmãos mais velhos de Joana.

Durante o “projeto social” em 2006, do qual esses jovens participaram, houve a formação de dois grupos entre os participantes. Um destes grupos era composto pelos jovens que eu havia entrado em contato até este momento da pesquisa. Durante a realização das entrevistas pude observar também essas relações entre eles, como no dia em que estive no campeonato de futebol na localidade *Lírios*. Por isso considerei essa questão da formação dos dois grupos no ano anterior e contatei no primeiro momento da pesquisa todos os jovens de um dos grupos e num segundo momento os jovens do outro grupo.

Portanto, neste primeiro momento da pesquisa já havia realizado as entrevistas ou entrado em contato e encerrado com todos os jovens de um dos grupos. Iniciei os contatos com o segundo grupo. Contatei Camila, que prontamente aceitou participar, além de sugerir que seus amigos Luciano e Suzana também participassem, o que concordei.

A primeira entrevista com Camila foi em sua residência, ocasião em que conheci sua mãe. Camila morava com os pais e estavam em Florianópolis desde o início do ano de 2006. Tinha três irmãos mais velhos que estavam morando em outras cidades. Camila também morava na localidade *Lírios*, mas numa região de mais fácil acesso que os outros participantes desta localidade. Sua casa ficava na parte superior da localidade – local onde passa uma rua que faz a ligação entre o centro da cidade, *Orquídeas* e *Lírios*.

Após a entrevista, andamos nas proximidades de sua casa. Passamos pelo centro cultural de *Lírios*, um espaço construído para a realização de atividades culturais na

localidade, como a celebração da missa nos finais de semana, além de outras atividades. Também passamos pelo campo de futebol, onde comentou que não circulava muito e ficou admirada com a vista da cidade deste local. Foi a partir deste encontro com Camila que tive maior visibilidade do mapa das “ruas” que fazem ligação entre as localidades *Orquídea*, *Cravo*, *Lírios*, *Petúnia* e o centro da cidade, além das outras localidades próximas, nas áreas de menor altitude, a maioria bairros de classe média.

Na primeira entrevista, deixei uma câmera fotográfica para que Camila registrasse fotos da cidade e combinamos que eu voltaria na semana seguinte para buscar a câmera e revelar as fotos. No entanto, a gravação dessa primeira entrevista foi perdida por problemas com o gravador. No encontro da semana seguinte ao primeiro encontro, realizamos nova entrevista. Neste Camila contou que só havia registrado três fotos até aquele momento. Comentou que não teve tempo para registrar mais fotos, pois seu pai tinha ficado doente.

O contato inicial com Camila foi tranquilo e esta se mostrou disponível. No entanto, a partir dessa segunda entrevista tive algumas dificuldades para contatá-la novamente. Soube em seguida que tinha tido problemas com o filme da câmera fotográfica. Disponibilizei novo filme e esta registrou algumas imagens, no entanto, a maioria não saiu. Os encontros com Camila foram tanto na sua residência, quanto na escola onde faz supletivo do ensino fundamental à noite, a mesma escola que Suzana frequenta.

Ao mesmo tempo em que estava realizando as entrevistas com Camila, entrei em contato com Luciano, que não aceitou participar, e com Suzana. Com Suzana realizamos uma entrevista, na escola onde estuda, e as fotos não foram registradas. Ficou com a câmera fotográfica durante quase um mês, mas após várias tentativas para finalizar o processo decidimos que ficaria somente com sua entrevista. Suzana trabalhava durante o dia e fazia supletivo do ensino médio à noite. Além disso, durante o período que participou da pesquisa, recém havia se mudado por problemas no lugar onde morava com pessoas que estavam ameaçando sua família, em função do tráfico de drogas. Suzana tinha 22 anos e morava com o marido. Com as ameaças, foram morar com sua mãe, seu padrasto e outra irmã de Suzana na localidade onde estes estavam morando.

Por fim, realizei as entrevistas com Catarina. Catarina estava trabalhando como estagiária, num programa social e numa empresa de telefonia. Além disso, fazia supletivo do ensino médio na localidade *Orquídeas*, onde morava desde que nasceu. Catarina preferiu se encontrar no centro da cidade. A primeira entrevista foi realizada numa praça pública próxima ao local de seu estágio. Ficou com a câmera fotográfica para os registros. Nesse período em

que estávamos em contato, o filho de Catarina ficou doente e tivemos vários desencontros que deixavam em dúvida se esta queria ou não continuar participando. Para apanhar a câmera fotográfica fui até sua residência, após alguns desencontros. Tive a percepção que Catarina não queria que eu conhecesse o lugar onde morava, pois propôs que eu buscasse a câmera fotográfica na casa de sua mãe. Quando fui até a localidade onde morava, percebi que a relação com ela teve algumas transformações. Inicialmente Catarina parecia não estar muito comprometida com a pesquisa, no entanto, ao final mostrou-se aberta, inclusive demonstrando sinais de confiança como num encontro em que falou sobre o caso de violência sexual que aconteceu com a irmã de Joana. Além disso, falou abertamente das críticas que tinha ao projeto que participou no ano anterior, o que eu também concordava e pude confirmá-la.

Após revelar as fotos, retornei para realizar a entrevista com Catarina, mas a maioria das fotos não saiu. Conversamos sobre as fotos que havia registrado e o que queria mostrar, mesmo sem as imagens.

Neste momento finalizei a parte da pesquisa de campo e passei para a organização dos dados coletados. Como todo esse processo foi marcado pelas condições e possibilidades dessas pessoas e também da pesquisadora, muitos imprevistos aconteceram. Alguns destes trouxeram informações importantes sobre o cotidiano dos interlocutores, principalmente a partir da observação de diferentes momentos e diferentes interações.

Além disso, o fato de ser conhecida dos jovens, da relação que já tinha estabelecido com eles, em vários momentos facilitou esse processo. Durante as entrevistas alguns jovens compartilharam diversas situações pessoais que estavam vivenciando naquele momento, o que pode ser considerado como um indicador da confiança que depositavam na relação.

5 – O QUE DIZEM OS JOVENS E AS IMAGENS PRODUZIDAS POR ELES

Nesta pesquisa, ao investigar as relações dos jovens na/com a cidade, foram consideradas diferentes mediações presentes na constituição destes sujeitos a partir do contexto histórico-cultural em que estão inseridos. Mais especificamente, os sentidos presentes nessas relações cotidianas, que os constituem e que são marcados pelos lugares sociais que ocupam na cidade em que residem.

A complexidade das cidades contemporâneas e dos processos envolvidos na constituição dos sujeitos demanda uma análise interdisciplinar, pois envolve questões que não são específicas apenas da psicologia, onde está inserido este trabalho. Ciente da complexidade dos temas envolvidos foram considerados alguns dos sentidos que se destacaram nos discursos dos sujeitos. Através das informações coletadas nos diversos encontros com os participantes, foram organizadas quatro unidades temáticas de análise que permitem refletir sobre algumas dessas mediações que se fazem ou fizeram presentes na constituição destes jovens, a saber:

- Cidade – lugar de paragem, lugar de passagem...;
- A cidade e suas contradições;
- A (in)visibilidade da violência urbana;
- A cidade e suas (im)possibilidades, os jovens e suas estratégias de resistência.

5.1 CIDADE: LUGAR DE PARAGEM, LUGAR DE PASSAGEM...

Um dos fenômenos observados nessa pesquisa que faz parte da história da maioria dos participantes refere-se à migração de suas famílias para Florianópolis em busca de melhores condições de vida, as quais migraram de outros municípios do Estado de Santa Catarina ou de outros Estados para Florianópolis, incluindo tanto regiões rurais quanto urbanas. No encontro com uma das mães destes jovens, esta contou que nasceu num município do interior do Paraná, onde trabalhou até os 14 anos na “roça” e depois foi trabalhar com serviços gerais “nas casas” na cidade. Como recebia muito pouco pelo seu trabalho e precisava trabalhar muito, quis vir para Florianópolis, enfatizando que “lá é muito difícil”. No momento da coleta de informações estava trabalhando como cozinheira em escolas do município, através de uma empresa terceirizada.

Este é um dos casos observados na pesquisa, no qual podemos ver a migração da zona rural para a cidade do município onde morava e desta para Florianópolis, em busca de melhores condições de trabalho. Santos (1998) contribui para pensar esse fenômeno da migração ao discutir as migrações brasileiras como forçadas pelo mercado que não considera os direitos dos cidadãos. Geralmente estariam ligadas ao consumo e à inacessibilidade a bens e serviços essenciais. Além disso, destaca o autor (2006) que a cidade, principalmente a grande, que concentra todos os capitais e trabalhos, “pode atrair e acolher as multidões de pobres expulsos do campo e das cidades médias pela modernização da agricultura e dos serviços” (Santos, 2006, p.323).

Essas questões trazidas por Milton Santos também estão presentes nos discursos dos jovens, como no de Camila ao contar como sua família veio para Florianópolis em 2006, por questões de mudança de trabalho e de doença na família após ter morado na zona rural de várias cidades.

Daí nós começamos muda, muda, muda. Aí tanto que um dia, meu pai descobriu o telefone da tia aqui e ligou pra ver como que estava, aquela coisa toda. Aí a tia falou assim, “vem pra cá que aqui tem emprego, aqui é bom pra morar, aqui tem tudo”. [...] Aí o pai já lá onde nós morava não deu mais certo porque trabalhava que nem cavalo e o velho¹² não estava mais dando valor, o pai falou vamos embora. Aí viemos.” (Camila, 18 anos)

Podemos observar alguns sentidos presumidos no discurso “aqui tem tudo” proferido pela tia e reproduzido por Camila, provavelmente se referindo às possibilidades que a cidade oferece principalmente se comparada às zonas rurais dos municípios ou às cidades de pequeno porte. Apesar de supostamente “ter tudo”, existem cidadãos de diversas ordens na grande cidade, como traz Santos (1998, p.112), desde aqueles que possuem recursos e podem usufruir da cidade toda, até aqueles que, por falta de recursos, a utilizam parcialmente, “como se fosse uma pequena, uma cidade local”.

No entanto, também concordamos com Cassab (2001) que morar na cidade, na proximidade de equipamentos e serviços coletivos, pode significar um acréscimo nas possibilidades de consumo mesmo para segmentos empobrecidos da população. Isso porque o acesso a equipamentos de saúde e educação, à maior variedade e acessibilidade aos transportes urbanos, por exemplo, podem estabelecer importantes diferenças nas condições de vida se comparados às condições vivenciadas pelas pessoas que moram longe dos núcleos urbanos. Além do acesso à rede de serviços urbanos, morar na cidade pode possibilitar o aumento das oportunidades de geração de renda, em função da proximidade com os

¹² “Velho” refere-se ao patrão.

segmentos sociais de maior poder aquisitivo, que podem ser empregadores ou consumidores de seus produtos, ou ainda usuários de seus serviços (ibid), apesar de grande parte das pessoas continuarem, mesmo na cidade, com condições de vida marcadas por grandes desigualdades sociais, como é o caso dos participantes desta pesquisa.

Camila também traz em seu discurso o trabalho nas áreas rurais, quando fala que seu pai “trabalhava que nem cavalo” e não estava mais sendo valorizado, o que remete às condições dos trabalhadores braçais nessas áreas.

Outro jovem que morou na zona rural, mas que relatou lembrar poucas coisas deste lugar, ressalta em seu discurso a diferença de acesso a oportunidades entre o rural e o urbano, afirmando que na cidade é melhor.

Pra cá é melhor. Emprego lá é muito ruim, não tem emprego, é difícil tu arranjar um emprego. Só se tiver um bom ensino mesmo.

Pesq.: [...] E como é a escola de lá?

Ah, nem sei. Não cheguei a frequentar a escola de lá. Só que agora lá né a escola onde meus parentes moram, lá tem o ônibus que vem buscar, do governo. É longe a escola. (Pedro, 16 anos)

Pedro ressalta o estudo como condição para a empregabilidade também no meio rural, ou nas cidades próximas, que pode estar relacionado com as transformações globais que também atingem estes locais, assim como com os sentidos que este jovem atribui à escolarização enquanto uma possibilidade de ter “empregos bons”. No entanto, no meio rural o acesso à escola é mais restrito em função das distâncias, como ele destaca, fato que teria mudado depois que saiu de lá com a questão do transporte disponibilizado pelo governo.

Joana, que morava em uma cidade do interior do Paraná, também conta como sua família veio para Florianópolis:

“[...] Primeiro quem veio pra cá foi meu padrasto. E daí ele veio, conheceu o lugar e gostou. Ele veio por causa da minha tia, ele meio que não conhecia ela direito. ... Ela é irmã da minha vó. E é irmã do meu tio lá de baixo. [...] meu padrasto veio pra cá, veio moro, fico um tempo aqui, depois voltou. Voltou, foi pro Paraná, comprou a passagem, comprou todas as passagem pras piazada, tudo. Só pra Sara ele pagava, e o resto não pagavam né. Aí ficou eu, a Tatiana e o José lá. Aí o resto veio tudo pra cá. E a Sara e o José vieram. Daí ficaram... alugaram uma garagem, ficaram morando na garagem. Aí depois compraram uma casa, alugaram uma casa lá embaixo. Aí ficaram lá embaixo e... e eu, a Tatiana e o Luciano ficamos pra lá daí. [...] Daí a mãe falou pra minha vó dizendo que aqui era bom de morar, que não sei o que. Passou os anos, anos, daí ela foi lá falar né. Dizendo que aqui era lugar bom de morar, não sei o que. Que ela queria que a mãe dela viesse morar pra cá. Daí ah... minha vó vim morar pra cá que não tinha lugar pra ficar né. Ficamos contente pra vim morar pra cá, nós pegamos e viemos. (Joana, 17 anos)

Nesse discurso podemos observar as estratégias que a família foi utilizando tanto para que todos da família pudessem vir para Florianópolis, quanto para conseguir um lugar para morar, o que é demarcado pelos recursos econômicos dessas famílias. Essas estratégias são fundamentais, pois ao mesmo tempo em que a cidade traz outras possibilidades para essas

pessoas, por concentrar os capitais e empregos (Santos, 2006), também reproduz a divisão das classes sociais no espaço urbano, que é ocupado diferentemente em função das condições econômicas de seus habitantes. Oportunidades, pois, existem, mas não são iguais para todos.

Além disso, Joana traz nesse discurso as relações de parentesco com pessoas que já estavam na cidade, questão que também se apresenta nos discursos de outros participantes, como de Juliana ao falar do primeiro lugar que morou em Florianópolis, na localidade *Petúnia*: “a gente tinha uma casa lá. Era assim uma casa bem feia mesmo. A gente foi morar lá. Daí a gente foi morar todo mundo junto, sabe. A gente ficou morando um tempo ali, depois a gente pegou e... a gente saiu dali. A minha tia também saiu, minha tia alugou um apartamento pra ela e a gente ficou morando ali mesmo, só que em outra casa.”

Também pude observar diretamente uma família que chegou a Florianópolis durante essa pesquisa e se instalou na localidade *Lírios* com a mediação de parentes. Num dos primeiros encontros nessa localidade, a família de Antônio estava abrigando em sua residência uma outra família que recém havia chegado do interior do Paraná. Em seguida, esta nova família havia alugado uma casa nas proximidades da família de Antônio. Num dos últimos encontros que tive nesta localidade, enquanto estava com a mãe deste jovem, o pai e o tio deste chegaram com a madeira que haviam comprado de uma casa que desmancharam e com a qual iriam começar a construção de uma casa para a família do tio deste jovem.

Importante observar as relações de solidariedade entre as duas famílias, relações que, nas entrevistas com os outros jovens, revelam-se como frequentes em vários outros casos. A família que recém havia chegado também teve a mediação da família de Antônio para se inserir no mercado de trabalho: a tia estava trabalhando em uma casa onde a mãe de Antônio já havia trabalhado e o tio estava trabalhando na construção civil, mesma função exercida pelo pai do jovem pesquisado.

Estratégias são utilizadas para se inserir na cidade e conseguir um lugar para morar, assim como para conseguir trabalho, e as redes de solidariedade entre parentes se tornam fundamentais em vários casos observados. No entanto, apesar da cidade trazer uma série de outras possibilidades, como destacou a maioria dos participantes e familiares, eles permanecem numa posição subalterna e continuam enfrentando dificuldades e instabilidades, como as relativas à habitação, principalmente quando chegam, muitas vezes enfrentando períodos de instabilidade e provisoriedade até conseguir uma casa melhor para morar, como podemos ver nesse discurso de Joana.

“Pra te falar que eu estou morando aqui faz 6 anos, 7 anos, no mesmo morro. Porque na primeira vez que eu vim morar, nós morava lá embaixo, perto da casa do Antônio. Depois eu vim mais pra cima[...]

Um terreno ali onde meu padrasto fez uma casa bem pequenininha, uma meiaguinha, pra fica um tempo ali. Aí depois faleceu um rapaz, ele comprou a casa do... do filho do rapaz. Aí o pai comprou o terreno e a mãe, pegamos e moramos, saímos dali e viemos pra essa casa branca que tem aqui em cima, ali perto da igreja. [...] Onde tem aquele gramado, ali na casa branca. Aqui em cima. Ali, viemos morar. Daí vim morar pra cá [na casa onde estava morando naquele momento]. Faz 7 anos que eu estou morando aqui, é só no mesmo morro ainda. (Joana, 17 anos)

Podemos ver pelo relato de Joana que sua família mudou várias vezes até conseguir comprar a casa onde moravam naquele momento e, apesar da família já estar na localidade há sete anos, estavam numa casa inacabada, como observei quando estive lá: as janelas possuíam aberturas, mas sem proteção nenhuma contra o vento, a chuva e todo tipo de intempéries, o que indica que mesmo entre as pessoas que moram nestas localidades as condições de provisoriedade ou de instabilidade para morar variam, o que depende de vários fatores relacionados principalmente às oportunidades de inserção no mercado de trabalho dos membros da família. Neste caso, apenas a mãe e a irmã mais velha de Camila trabalhavam naquele momento, pois o padrasto havia abandonado a família e um de seus irmãos mais velhos havia saído da localidade por problemas com o tráfico de drogas, problemáticas que nos dizem de outras situações vivenciadas na cidade. Também está presente neste caso o direito à moradia em condições adequadas, que muitos não conseguem ter, pois numa sociedade em que os objetivos primeiros não são as condições de vida da população estes ficam sujeitos à própria sorte diante das condições do mercado.

Como discutem Pimenta e Pimenta (2004) a maioria dos moradores dessa região do Maciço do Morro da Cruz são migrantes que não possuem recursos suficientes para entrar no setor habitacional regularizado e são obrigados a procurar “áreas residuais” do espaço urbano para viabilizar sua permanência na cidade. Além disso, as moradias geralmente são precárias e vão sendo melhoradas à medida que a família consegue inserir-se no mercado de trabalho. Conforme os autores, “Passam-se muitos anos para que as habitações tenham formas mais definitivas, permanecendo muitas vezes inacabadas. A paisagem adquire contornos de uma precariedade e provisoriedade muito grandes, tanto pelos aspectos construtivos, quanto pelas características mais gerais da implantação, dos arruamentos e dos parques serviços disponíveis.” (ibid, p.9). Esses dados estão de acordo com o que observei a partir dos encontros com os jovens participantes desta pesquisa e seus familiares e do que traz Santos (1998), de que as condições que a cidade oferece para determinados segmentos sociais não contribui para diminuir ou atenuar as condições de pobreza.

Ao serem questionados sobre as diferenças entre as cidades/lugares que haviam morado em relação à Florianópolis, a maioria dos jovens entrevistados falou dos “impactos”

que tiveram/sentiram quando chegaram à capital de Santa Catarina, entre outros motivos, pelo fato de ser um lugar novo/diferente e por morarem em um “morro”.

Juliana, ao ser questionada sobre como se sentiu quando chegou a Florianópolis, falou de coisas que observou e que para ela eram novidades.

“Ah, não sei... é porque lá assim quase não tinha prédio nenhum. Aqui quando cheguei já vi prédio, já vi um monte de coisas diferentes sabe, assim, ônibus também de outra cor que lá, eu também nunca pegava ônibus, nunca ia pro centro, nunca fui pro centro sabia lá, pro centro da cidade mesmo, nunca fui. [...] Aí quando eu vim pra cá eu fui pro centro, tudo. Não achei muito legal não. (Juliana, 18 anos)

Juliana coloca que onde morava antes de vir para Florianópolis ‘nunca’ ia para o centro da cidade, uma questão que diz de restrições que também vivenciava neste outro lugar. No entanto, essa questão mudou quando veio para Florianópolis, pois foi morar no Maciço do Morro da Cruz, que fica na região central da cidade, o que traz outras condições em termos de acesso à cidade, apesar de viver outras restrições.

Além disso, aparece nesse discurso o olhar dessa jovem sobre a cidade no momento em que chegou, um ‘olhar de estrangeiro’ como discute Peixoto (1988), pois como é “estrangeira” – de fora -, chama a atenção algo que para os daqui talvez seja irrelevante, como a cor dos ônibus urbanos que se deslocam pelas ruas da cidade e os prédios, aglomerados de concreto que crescem verticalmente. Conforme Peixoto (1988, p. 363), “aquele que não é do lugar, que acabou de chegar, é capaz de ver aquilo que os que lá estavam não podem mais perceber”.

Destaca-se também que o reconhecimento da cidade ‘desconhecida’ está diretamente relacionado com as outras cidades ‘conhecidas’, o que o ‘estrangeiro’ vê na ‘nova’ cidade é significado a partir de outros lugares que conhece, como aparece mais explicitamente no discurso de Camila ao falar sobre o que observou quando migrou para Florianópolis:

“[...] o povo, o lugar é diferente. Porque a gente nunca morou num lugar assim. Uma casinha em cima da outra. A gente nunca morou num lugar assim. A gente sempre morou no sítio. O ritmo né, deles. Que aqui é tudo um correndo pra um lado, outro pro outro. Meu, a gente se sente meio... bah. Mas a gente ia pra cidade uma vez por mês, quando ia.
[...] Lá é tranquilo, era mais longe a cidade, bem mais longe. Aqui, olha, 20 minutos ta no centro, andando. Lá você tinha que andar uma hora pra pegar um ônibus.” (Camila, 18 anos)

Novamente está presente a questão do acesso à cidade que ficava distante. Mas Camila ressalta as diferenças entre a vida no contexto rural, que lhe era familiar, e na cidade. A cidade grande impõe a essa jovem uma outra lógica, outra organização, onde estão implicados outros processos de subjetivação a partir das condições de vida na cidade. Conforme Caiafa (2003, p.132),

Ao partilharmos o espaço da cidade com outros, ao visitarmos seus edifícios, ao circularmos por suas vias, somos constantemente mobilizados ou interpelados. [...] Existe uma experiência subjetiva importante na relação com o espaço construído, com os meios de circulação, as árvores no espaço urbano, os animais, as pessoas que circulam nos lugares públicos. Experiência subjetiva no sentido mesmo de que todas essas engrenagens impulsionam experiências de si. (CAIAFA, 2003, p. 132)

No entanto, esses processos de subjetivação que a cidade possibilita são marcados pelo lugar social de onde vêm estes sujeitos, como aparece em outro discurso de Camila sobre o preconceito que vivenciou na cidade por ter morado no campo. Contou que no primeiro emprego que teve em Florianópolis, numa lanchonete, era chamada de “caipira”: “isso foi foda, isso foi pior. Que ai chegava, todo mundo ria, chamava a gente de caipira. [...] lá onde eu trabalhava era direto, todo mundo. Bah, tipo brincando, mas ofendendo, sabe. Só que eu não ligo, cara. Eu nunca escondi de ninguém de onde eu sai. Eu não me importo não.”

Há uma certa contradição na própria fala, de sentidos frente a esta situação que vivenciou, pois ao mesmo tempo em que afirma que não liga para este preconceito, também afirma que foi “foda”. Neste caso, na vivência com colegas de trabalho um preconceito enraizado socialmente é usado para desqualificá-la. Os encontros com outros na cidade estabelecem diferentes experiências, e neste caso, a experiência vivida lhe remete a determinado lugar social, de desqualificação, daquele que veio da “roça”, simbolizado no termo “caipira”.

Outra questão relatada por alguns desses jovens que migraram para Florianópolis refere-se aos processos de ‘estranhamento’ diante da nova cidade e das condições no lugar onde foram morar. Como destaca Ramos (2005), esses migrantes que passam a ocupar áreas “periféricas” da cidade à procura de novos meios de subsistência se encontram sem amparo social estabelecido nas leis urbanistas e sem recursos econômicos suficientes para se inserir no mercado imobiliário das capitais. Além disso, a inserção dessas pessoas na cidade possibilita a criação de uma “nova ordem cultural” nesses locais:

Sem qualquer identificação étnica, religiosa ou política, mas identificadas pela escassez econômica, essas famílias provenientes de diferentes partes do Brasil são forçadas a explorar e a se adaptar a novas formas de viver e habitar a cidade, respeitando outros comportamentos e experimentando as diversas manifestações surgidas nesses encontros. (RAMOS, 2005, p.32)

Essas questões estão relacionadas com o que foi destacado por alguns dos participantes, como Joana (17 anos), Juliana (18 anos) e Camila (18 anos), que quando chegaram a Florianópolis não queriam ficar nesta cidade, pois não gostaram. Camila decidiu

ficar após começar a estudar, uma das coisas que deixou de fazer no interior por dificuldades de acesso à escola e por outras questões na família.

Juliana, além de relatar que não queria ficar em Florianópolis quando chegou, fala de como era melhor lá onde morava:

Ah, lá a escola era melhor também. Tudo era melhor que aqui. Daí quando eu vim pra cá eu comecei a gostar daqui, gostar, ia ficar aqui mesmo. Aí eu comecei a gostar de Florianópolis e... estou aqui ainda. [...] Comecei a gostar assim da onde eu morava, o morro onde eu morava. Comecei a gostar dali, porque eu não conhecia o centro, não conhecia nada aqui. Só morro. (Juliana, 18 anos)

Juliana veio do interior do estado de Santa Catarina, onde morava com a avó paterna antes da mãe pedir sua custódia na justiça, segundo seu relato. Durante algum tempo morou em Florianópolis com a avó paterna e uma tia, em *Petúnia*. Neste período sua mãe tentou mantê-la em sua casa em *Lírios*, mas Juliana fugia para a casa da avó, conforme relatou. Relatou que fugia e ficava na rua durante o dia, quando sua mãe a procurava na casa da avó. Após a morte desta, teve que ir morar com a mãe, com quem tinha conflitos, até o momento em que saiu de casa e foi morar na tia com quem a avó morava. Seis meses depois conheceu uma pessoa e foi morar com ela, a quem se refere como marido.

Joana, por sua vez, falou de como se sentiu quando chegou a Florianópolis e da vontade que tinha de voltar para a cidade onde morava antes e onde estavam seus amigos.

Eu só lembro que eu não gostei muito, de morar aqui no morro. Não gostei muito. Era mau, mau... [...] cheguei aqui era tão boa, aí depois quando ela [a avó] saiu comecei a passar mal, comecei a chorar tanto. Aí, entendeu, eles [familiares] começaram a agradar, não adiantava. Daí eu falava que queria voltar pra minha terra, não sei o que. Que eu gostava mais de lá por causa dos meus amigos, que tinha mais amigo que aqui. Lá é lugar calmo, bem quieto e é reto o lugar não é que nem esse morro aqui. Daí eu peguei e acostumei ficar pra cá. Daí comecei a aprender. Só que a única coisa que eu não posso fazer é sai andar pro centro, eu não consigo andar no centro. Até hoje eu não consigo andar. [...] E lá [na cidade onde morava no interior do PR] a comunidade é mais limpa e mais organizada. [...] E lá nem tinha muito mato que nem aqui. Lá... não é morador, lá é tudo vizinhança. Eles ajudam lá, a gente ajuda a comunidade, ajuda a limpa. Aqui não, aqui é tudo pelo contrário, ninguém se ajuda. (Joana, 17 anos)

Joana traz várias questões que permitem compreender alguns dos sentidos vivenciados com o processo de migração, como o rompimento com a avó, com quem morava antes de vir para Florianópolis, com os amigos e vizinhos. Existem também sentidos relacionados à identificação com aquele lugar onde morava: “queria voltar pra minha terra”, assim como o estranhamento diante do lugar onde foi morar no “morro”, que era diferente de lá onde morava. Conforme Sawaia (1995, p. 23), esse sentimento de “meu” lugar é produzido pela segurança e pelo sentimento de

[...] sentir-se gente entre pares. Uma vez definido, ele se torna o ponto de referência dos nossos direitos e reivindicações enquanto cidadãos, o lugar onde a noção abstrata de igualdade de direito é referendada por experiências partilhadas de

sobrevivência. O ‘meu lugar’ é o particular onde se objetivam as leis, as estruturas e as relações sociais, na singularidade das necessidades, carecimentos e sentimentos do eu.

Outra questão trazida por Joana foi a noção de vizinho e de morador, que onde morava não eram moradores, mas vizinhos. Diferenças que podem indicar relações entre contextos mais urbanizados, onde o anonimato pode ser uma das características, assim como a quebra de certa coletividade; e contextos mais comunitários, com vizinhos que colaboram uns com os outros, como ela indica.

Santos (1998, 2006) fala dos processos de desterritorialização e de desculturalização que geralmente são vivenciados pelas pessoas em função da migração, o que nos auxilia a pensar os impactos dessas mudanças para os jovens entrevistados quando chegaram a Florianópolis. Conforme o autor, cultura e cidadania, assim como cultura e territorialidade estão em relação, por isso as migrações provocam processos de desterritorialização que significam alienação, estranhamento e, paralelamente, provocam processos de desculturalização. No entanto, na relação com o novo espaço a pessoa pode também se reorganizar via processo de integração ao novo espaço. Afinal, vir para outra cidade implica deixar uma cultura conhecida, seja do campo, ou de outras áreas, provavelmente de periferia, para se defrontar com uma outra ordem social, da capital de um Estado, com outras relações e condições de existência. Nestes processos, a afetividade aparece como um elemento fundamental nos discursos dos participantes e seus familiares: é destacada tanto na questão do rompimento de vínculos com pessoas, como relata Joana, quanto com o próprio lugar, como trouxe Juliana num dos discursos em que falou que quando chegou à Florianópolis sentia falta do lugar onde costumava brincar, pois onde foi morar não tinha espaço para isso.

Também está presente na fala anterior de Joana sentidos vinculados ao modo como se relacionava com a cidade e de como se percebe quando fala que com o tempo começou a acostumar e a aprender, mas que ainda não conseguia andar no centro sozinha. Essa dificuldade resulta de condições de Joana decorrentes de sua história, pois teve problemas de saúde quando criança e ainda apresentava dificuldades na fala, o que lhe remetia a uma certa condição de diferente. No entanto, apesar das dificuldades, tinha uma boa localização espacial, tanto que circulava por diferentes espaços da cidade. Destaco estas questões, pois as novas experiências que a cidade possibilita são vivenciadas tanto a partir do novo quanto pelas experiências já vividas por estes sujeitos. Algumas marcas continuam presentes, seja de alguém com certa ‘deficiência’, apesar de não declarada, seja de alguém que um dia morou na zona rural, que por sua vez podem ser ressignificadas a partir das relações que estabelecem.

Em relação à afetividade, ressalta-se essa questão na fala de Joana tanto em relação ao lugar onde morava antes de vir para Florianópolis, assim como na nova cidade na/com a qual ‘aprendeu’ a viver, pois a afetividade também aparece nas fotos dos lugares que ela registrou, como na foto 1.



Foto 1 – Registrada por Joana (17 anos) em abril 2007.

Ao observar essa foto, podemos ver a ocupação de algumas áreas do Maciço Central, alguns dos “morros” da cidade. Destaca-se a topografia do lugar registrada: três morros que se encontram, com tênues fronteiras e que estão tomados por moradias; se aproximássemos a foto poderíamos ver a diversidade das condições entre as casas, a vegetação e os caminhos entre estas, as poucas ruas de acesso, entre outras.

No entanto, esta foto tomada enquanto discurso compreende também uma situação extraverbal - ou extra-imagética, já que se trata de um discurso imagético -, que compõe a unidade de significação desse discurso, como traz Bakhtin (1926), e está além da visibilidade física impressa na foto. Essa situação ‘extra-imagética’, presumida neste discurso, está presente nos sentidos destacados por Joana ao falar sobre a foto: para ela, a proximidade das casas diz “do bonito” e da “organização” das casas, tanto em relação a estes lugares

registrados nesta imagem, quanto em relação a outros “morros” que registrou. Contou que procurou um foco em que pudesse registrar a foto e mostrar essa vista: “fui lá e tirei uma foto. Achei mais bonito porque dá pra ver um monte de casas.”

A proximidade das casas no espaço urbano foi recorrente nas falas de Joana quando observava as imagens que registrou, como em outra na qual mostrou outro “morro” da cidade e destacou: “achei bem bonito assim, porque tem bastante casa, uma do lado da outra, que nem uma favela”. Assim como a concentração urbana é vista positivamente nessas falas, ao observar a foto 2 Joana destacou a falta de organização neste local: “aqui as casas estão mais bagunçadas. [...] Muito mato em redor”.



Foto 2 – Registrada por Joana (17 anos) em abril de 2007.

Camila, por sua vez, como aparece em um discurso anterior, diferente de Joana, mostrou seu estranhamento ao ir morar num lugar com “uma casinha em cima da outra”. Podemos observar sentidos diferentes sobre essa questão e que dizem das relações dessas duas jovens com o lugar onde moravam, assim como das particularidades de cada uma com o contexto em que estavam inseridas, assim como de suas histórias de vida. Joana veio para Florianópolis de uma outra cidade, no interior do estado do Paraná e estava em Florianópolis havia sete anos, diferente de Camila, que havia migrado cerca de um ano atrás de áreas rurais,

onde a organização do espaço segue outra lógica, como ela mesma destacou. Além disso, Joana podia estar expressando a identificação com os locais que registrou, marcada pelas trocas afetivas que a proximidade espacial possibilita, pois também foram recorrentes em suas falas sobre as imagens dos lugares registrados a questão das relações interpessoais que estabelecia com determinadas pessoas nesses lugares, no sentido de uma certa proximidade afetiva.

A proximidade das casas nos espaços urbanos, trazida por essas duas jovens, pensada para além da disposição dos objetos em determinado lugar, remete-nos a totalidade das relações ali implicadas. Conforme Santos (2006, p.318), a proximidade “não se limita a uma mera definição das distâncias; ela tem que ver com a contigüidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contíguos, vivendo a intensidade de suas inter-relações.”

Além da proximidade das pessoas no mesmo espaço intensificar os intercâmbios entre os sujeitos, pode criar a solidariedade, laços culturais e desse modo as identificações, como traz Santos (2006). Sentidos estes prováveis nas relações de Joana com o lugar onde morava no momento da pesquisa e com outros “morros”, como destacou nas fotos. Além disso, como traz Sawaia (1995, p.23), “Um lugar pode ser excludente e, ao mesmo tempo, lugar de identificação entre pares, onde se gestam novas formas de sociabilidade”, produtoras da “potência de ação¹³” e de “calor humano”.

Mas a questão da migração observada nessa pesquisa não se restringe à migração entre cidades, pois ela também acontece entre as diferentes localidades, bairros, distritos de Florianópolis. Essa mobilidade na cidade, revelada nos discursos dos jovens participantes, caracteriza-se muitas vezes pela busca de melhores condições de moradia, pela busca de aluguéis mais acessíveis, ou mesmo por questões de violência ligada ao tráfico de drogas, questão que será retomada posteriormente.

Alguns dos jovens de *Lírios* já haviam morado em *Petúnia* antes de migrarem para *Lírios*, onde as famílias se estabeleceram. Outra jovem, que sempre morou em Florianópolis ou na região da grande Florianópolis, relatou que já havia mudado muitas vezes, pois a família dependia de aluguel para morar e isso levou a família a migrar várias vezes entre diferentes localidades periféricas.

¹³ Conforme Sawaia (2001, p. 124), pautada em Spinoza, potência de ação “é a capacidade de ser afetado pelo outro, num processo de possibilidades infinitas de criação e entrelaçamento nos bons e maus encontros. É quando me torno causa de meus afetos e senhor de minha percepção. A potência de padecer ao contrário, é viver ao acaso dos encontros, joguete dos acontecimentos, pondo nos outros o sentido de minha potência de ação”.

Já morei na *Vila Girassol*, já morei no *Morro da Hortênciã*, já morei deixo eu ver mais aonde... [...] Já morei no *Bromélia*. Já morei no *Girânio*. Igual cigano. Ah, já morei em vários lugares. É *Bromélia*, esses bairros. [...] Porque a gente morava de aluguel. Aí assim que a mãe se separou do pai, aí nós tínhamos que se virar né. Daí acabava o contrato, se não queria mais alugar daí tinha que arrumar outra casa. [...] O meu pai é de Ituporanga. Minha mãe é daqui. (Suzana, 22 anos)

Suzana traz uma outra situação, daqueles que mesmo nascidos em Florianópolis, ocupam as áreas “periféricas” da cidade e também são obrigados a se movimentar pela região. No entanto, apesar de fazer parte do mesmo segmento social que os outros participantes - que migraram de outras cidades com suas famílias na expectativa de melhores condições de vida -, e vivenciar praticamente as mesmas dificuldades para conseguir um lugar adequado para morar, os sentidos vinculados às situações que enfrentava estão pautados em outro horizonte apreciativo, daqueles que nasceram em Florianópolis e acompanharam o processo de urbanização que ocorreu nos últimos anos e as transformações decorrentes na cidade.

Florianópolis é uma cidade que nas últimas décadas recebeu grande número de migrantes vindos de outras cidades, tanto pessoas com poucos recursos econômicos, como as famílias dos jovens que entrevistei, quanto pessoas com alto poder aquisitivo. Conforme Fantin (2000), “A cidade atraiu funcionários públicos, profissionais liberais, arquitetos, engenheiros, médicos, aposentados, artistas, professores, estudantes vindos do interior do Estado e de outros Estados do país. Atraiu pequenos empresários, que vieram montar seu negócio, em especial aqueles ligados ao setor do turismo. Atraiu, também, “migrantes pobres” que ocuparam morros e áreas periféricas da cidade.” (p.37)

Suzana, ao falar sobre as mudanças na cidade nos últimos anos, trouxe essa questão do aumento do número de habitantes: “[...] aumentou bem mais. Aumentou porque esse pessoal vem de fora e apronta aqui. Ai vão se amontoando nas favelas. Aí vão tomando conta, vão querer invadir. Aí quem está lá sempre não deixa e começa aquela rivalidade, né.” (Suzana, 22 anos).

Essa jovem estava se referindo às disputas que aconteciam na localidade onde morava, na região continental da cidade, entre moradores que chegaram antes nesse lugar e outros que vieram do oeste catarinense e foram se instalando na região. Comentou das “gangues” rivais que se formaram no interior da própria localidade, a partir do seu crescimento.

[...] os Chapecoense, que chegaram lá, foram morando lá, foram invadindo. Um terreno que tinha lá vazio, foram fazendo um monte de casa. (...) Só que daí... na verdade, são quase, são bem dizer três gangues que tem lá, brigando. (...) Antes era normal, era bem calmo. Não tinha, não tinha violência, não tinha nada. Eles brigavam, aí com gente de outras comunidades. (...) Mas nunca chegava até ali na Vila. (...) Foi vindo aos poucos. Quando o pessoal foi vê eles já tinham tomado conta de metade da comunidade, quase a metade. [...] tudo de Chapecó, Chapecó e Lages. (Suzana, 22 anos)

Suzana relata as disputas por um lugar para morar entre estes que vão chegando e aqueles que ali estavam, em que os novos habitantes além de ‘invadirem’ os terrenos, os espaços, também trazem mudanças no modo de vida naquele lugar, como em relação ao agravamento da questão da violência urbana que ela retoma neste outro discurso:

Suzana: Sempre existiu [tráfico de drogas], mas era menos né. Antes era bem menos. Tinha comunidades que nem tinha. [...]: lá no *Girânio* não tinha quando a gente morava lá, não tinha. E hoje já tem também, matança, tudo, é briga por ponto de droga. Era um lugar bem calmo que não tinha, era deserto. Já tem casa, já tem venda, já tem um monte de coisa, mas mudou né, a violência está também, bem...

Pesq.: Por que você acha que mudou tanto?

Suzana: Eu não sei, mas acho que são pessoas que vem de fora às vezes né. Mais é porque as pessoas que vem de fora.

Pesq.: Por eles serem de fora?

Suzana: É que daí vem de fora pra aprontar aqui. Já apronto onde estava, daí foge e aí vem pra cá e apronta aqui também. E os de menores também, né. Que vão entrando nessa vida aí. Os menores de 18 anos. Daí não vão preso né. Aí querem traficar, querem fazer isso, fazer aquilo, pra se mostra né. (Suzana, 22 anos).

Essa jovem fala das transformações que observou com o processo de urbanização da cidade, como o aumento da violência urbana ligada ao narcotráfico, vivida principalmente por aqueles que moram nas localidades “pobres”, mas sua explicação para a questão neste discurso fica restrita aos “outros que vem de fora” aprontar aqui, explicação pautada nos discursos que conhece sobre a questão, sem uma problematização maior sobre as origens sociais e históricas destes problemas. O modo como essa jovem significa essas questões está diretamente relacionado com aquilo que vivencia, mas também com os discursos que são veiculados sobre isso.

Esse discurso dos “de fora” é discutido por Fantin (2000) a partir de uma pesquisa etnográfica realizada em Florianópolis. Conforme a autora, com o crescimento da cidade a partir dos anos 1960, o que trouxe mudanças no cenário de Florianópolis, como “contrastes nos modos de vida, confronto de valores, disputa de mercado, disputa de terra e até mesmo aumento no custo de vida” (p.37), os “de fora” não foram recebidos sem problemas pelos “nativos da ilha”. No entanto, entre os “de fora” há diferenciações: há os “de fora” que pertencem às camadas médias universitárias; há os “de fora” que pertencem às camadas populares, e mesmo aqueles mais empobrecidos e excluídos. (p.43) Ainda, conforme a autora,

Com relação àqueles que nasceram na cidade, que são tidos como os ‘herdeiros da tradição e da cultura’, os ‘nativos’, que agora são obrigados a ‘dividir’ a cidade com os outros, eles vivem o que eu chamo de a **experiência de perda da cidade**. O lamento de que a cidade ‘era nossa’ e que agora está sendo ‘invadida’ pelos ‘de fora’ está muito presente nos discursos, nos jornais, nas conversas de botequim, manifestações de ilhéus urbanos, na sua maioria pertencentes às camadas médias e à elite ilhoa, que expressam um mal-estar permanente frente às atitudes dos ‘forasteiros’”. (p.45)

Fantin (2000) sintetiza essa questão das disputas simbólicas na cidade como “múltiplas **experiências urbanas** – de desenraizamento, de apropriação, de perda – que produzem também diferentes **percepções da cidade**, que estão no cerne da relação entre ‘nativos’ *versus* ‘estrangeiros’, nutrindo e acirrando o conflito entre os ‘autênticos’ ilhéus e os chamados ‘invasores’. (p.46)

Nos discursos de Suzana sobre Florianópolis, assim como de Catarina, essas questões trazidas pela autora também estão presentes enquanto vozes que dizem da responsabilidade “dos de fora” pelos problemas nos locais onde vivem, como da violência urbana. Isso indica que esse mal-estar das pessoas que nasceram na cidade com “os de fora” trazido por Fantin (2000) também está presente nas camadas populares/de baixa renda, o que pode estar relacionado com esses discursos na cidade que Fantin destaca e que vão sendo apropriados/reproduzidos pelos diversos segmentos sociais.

No discurso de Catarina essa questão aparece quando ela fala sobre o motivo da rivalidade entre as localidades *Orquídea/Cravo* e a localidade *Lírios*:

[...] Ah eu acho, ai, um desrespeito o que eles estão fazendo lá em cima [*Lírios*]. Porque a minha mãe quando veio pra cá pro *Cravo*, ela não veio, pegou um chão e ficou. Ela pagou por aquilo dali. Eles estão simplesmente se enfiando lá, se enfiando. Aquilo lá já virou um bolo. Não tem nem caminho pra passar. Todo mundo simplesmente chega de longe, bota uma casa ali e fica. Não era pra ser assim.
Pesq.: Isso é diferente em *Cravo*?
É, ali não, ali se tu quiser morar tem preço as casa, tem residência, tem água, tem luz, é tudo pago. [...] uma pessoa não paga o IPTU, eles vão lá e tiram a casa. A pessoa fica revoltada, porque a pessoa paga horrores pra morar ali, do outro lado do morro ninguém paga nada. E tem tudo. Entendes? E essas pessoas... são essas pessoas que estão acabando com o nosso morro. As pessoas que fazem, são as pessoas de fora. O pessoal que mora no morro, que conhece, não faz isso, não acaba com o morro. Ah, eu fico indignada. (Catarina, 20 anos)

Novamente podemos observar a culpabilização do outro pelo agravamento das condições onde vive, assim como o discurso daqui/de fora: “são essas pessoas que tão acabando com o nosso morro... são as pessoas de fora”. Outra forma de ver estes problemas trazidos por Catarina está na ausência de políticas públicas que viabilizem as condições mínimas de permanência dessas pessoas na cidade e que regularize a situação destas nesses locais.

Cravo é uma das localidades mais antigas do Maciço Central. Ao falar sobre as mudanças nessa localidade, Catarina retomou a questão dos que vêm de fora e do crescimento da violência nos últimos anos, assim como Suzana.

Catarina: [...] Antes não tinha ônibus, não tinha escola. É, mas antes era melhor. [...] Porque agora tem muita violência, antes não tinha. Não tinha ônibus, não tinha escola, mas não tinha violência.
Pesq.: E o número de pessoas que moravam ali?
Catarina: É, o número aumentou. Bastante. Aumento mais do que o dobro.
Pesq.: Como era *Cravo* antes em termos de organização?

Catarina: Antes os que moravam no *Cravo* eram todos conhecidos, eram só famílias. Todo mundo que veio de longe veio tudo pro mesmo lugar. Eram tudo pessoas daqui. Aí agora não, agora entrou gente que é de fora, que não é da família, não faz parte, né.

[...]as pessoas também foram evoluindo, foram saindo do morro e vendendo suas casas pra pessoas que não... que não... não sei, saíram do morro. Foram achando que o morro não é um lugar bom, imagino eu. (Catarina, 20 anos)

Com o crescimento da cidade o espaço urbano se transformou, como traz Catarina, e junto às benfeitorias, como creche, escola, ônibus, vieram alguns problemas, como a violência. Além disso, a jovem relata a perda de laços e hábitos comunitários e o avanço do anonimato, que caracterizam a metrópole, em contraposição à cidade provinciana, como destaca Fantin (2000, p.51).

No entanto, Catarina revela também em seu discurso que não são apenas “os de fora” que chegam, mas os daqui também saem, vendem suas casas com o crescimento e complexificação da cidade. Além disso, que “as pessoas também foram evoluindo”, que pode indicar que foram melhorando suas condições de vida, o que as levaria a procurar lugares “melhores”, já que o morro pode ter deixado de ser um lugar bom de viver com o aumento do número de habitantes.

Ao ser questionada sobre os problemas da cidade de Florianópolis, Catarina retomou a questão dos que vem de fora.

Um [problema] é o crescimento exagerado que está tendo na cidade. Está crescendo muito rápido. Tudo que é lugar estão construindo. Um outro problema da cidade... as pessoas que vem de fora pra cidade não cuidam da cidade, até mesmo as pessoa que moram na cidade.

Pesq.: O pessoal da cidade também?

Não cuida. (Catarina, 20 anos)

Nesse outro discurso há uma certa relativização da separação daqui/de fora, o que indica que ao mesmo tempo em que as diferenças são marcadas, em outros se diluem como no descuido mútuo da cidade. Outra questão importante trazida por Catarina é a difusão, pela mídia, de uma imagem parcial da cidade:

A gente tem 42 praias e... 20 é poluída. Né? E botam 42. Não conscientizam né. É porque eles botam 42 praias, tu vai vê no site de Florianópolis é 42 praias, mas não falam que 20 é poluída. Aqui é um paraíso, mas não falam os problemas. Todo mundo que eu falo, Florianópolis é um paraíso. Eu converso com as pessoas, meu deus, eu estou indo pra ai. Elas estão erradas. Eles botam lá que Florianópolis é maravilhosa. Aqui é o povo que recebe mais bem, do povo de SC. Isso é que todo mundo quer vir. Ai chega aqui... eles não sabem que eles trazendo pessoal aqui eles estão aumentando o grau de dificuldade pra quem mora. Entendes? O pessoal vem tudo pra cá. (Catarina, 20 anos)

Neste caso Catarina traz a imagem parcial da cidade utilizada pela mídia para atrair mais pessoas, o que essa jovem vê como um problema, pois estariam trazendo mais dificuldade para quem mora na cidade. Discursos estes veiculados pela mídia voltados para

interesses de mercado, independente dos interesses dos cidadãos. Ao mesmo tempo em que não há investimento de políticas públicas para atender aqueles que não possuem recursos suficientes para se fixar na cidade, provavelmente a situação dos que estão aqui, principalmente das classes populares, vai se agravando com o aumento populacional e o acirramento das contradições na urbe, temática que será discutida a seguir.

5.2 A CIDADE E SUAS CONTRADIÇÕES

Uma das características da sociedade brasileira debatida por pesquisadores das mais diversas áreas é a questão das desigualdades sociais, uma característica que acompanha a história do país. Conforme Castro (2000, p.14), a partir de dados do IBGE de 1992, “os 40% mais pobres ganham em média menos de um salário mínimo por mês, enquanto que os 10% mais ricos recebem a média de 18 salários mínimos mensais.” Acrescenta-se que “o Brasil aparece com um dos mais altos índices de desigualdade do mundo, onde, ainda que os direitos políticos estejam assegurados, os direitos civis e sociais não estão garantidos para a maioria da população” (ibid).

Os contrastes decorrentes dessa concentração de renda nas mãos de poucos ganham visibilidade nas áreas urbanas e as pessoas não podem se furtar ao sentimento das contradições diante destas. Como destaca Mello (2002), a experiência da cidade, apesar de partilhada por todos, é vivida sob condições de extrema diferença, o que remete à condição dos participantes desta pesquisa na cidade e de como percebem e significam essas contradições. Além disso, o reconhecimento e a identificação de ‘quem sou eu’ e ‘quem é o outro’ apóiam-se em processos que envolvem o reconhecimento de particularidades visíveis ostentadas pelos sujeitos que indicam as suas afiliações sociais, culturais e territoriais (Castro, 2000).

Em Florianópolis, como em qualquer outra cidade, estes contrastes estão visíveis para um observador atento ao circular pelos espaços da cidade, na organização e distribuição dos equipamentos urbanos, na diversidade entre os locais de moradia dos diferentes segmentos sociais, assim como nas formas de trabalho e de vida das pessoas. Conforme Canevacci (1993), a diversidade urbana também se apresenta na variedade de vozes que se cruzam, relacionam-se, sobrepõem-se umas às outras, isolam-se ou se contrastam.

Para os participantes dessa pesquisa, as contradições sociais também não passam despercebidas e os discursos hegemônicos que tentam “mostrar” uma cidade homogênea são contestados por alguns desses jovens. A maioria destacou em relação à cidade as belezas desta, principalmente a natureza; no entanto, alguns contestaram os discursos veiculados pela mídia sobre Florianópolis e o fato de geralmente esquecerem os “morros”, que são os locais onde vivem.

(...) bota Florianópolis e não lembra dos morros e os morros ficam no centro da cidade. Uma coisa que... meu Deus. [...] Florianópolis é muito centro... A ponte... (Catarina, 20 anos)

Florianópolis tem suas belezas, mas também tem suas feiúras [...]. Não é só beleza, que nem todo mundo diz, [...] só mostra as beleza de Florianópolis, mas não mostra o outro lado [...] das drogas, das matanças, né. Essas coisas assim, a violência né, de Florianópolis, está bem feio hoje. (Suzana, 22 anos)

Estas jovens falam do lugar social daqueles que moram em localidades de Florianópolis onde as pessoas geralmente convivem com o tráfico de drogas, com situações de violência, com a banalização da morte, assim como com a negligência do Estado diante de suas necessidades. Como é destacado por Suzana, geralmente mostra-se o lado bonito de Florianópolis e se oculta o lado feio, que envolve uma série de problemáticas urbanas vividas pela população de baixa renda. Por outro lado, o que esta jovem parece destacar são os discursos hegemônicos, incentivados pelas elites locais, voltados para o turismo, que é uma das principais atividades econômicas do município.

Camila também ressalta essa divisão, entre a “cidade linda, maravilhosa” e o lado “ruim”:

[...] É uma cidade linda, é uma cidade maravilhosa, mas também tem [...] o lado ruim da coisa. Porque se geralmente você vê falar de Florianópolis não vê falar lá tem uma favela, tem os morros... [...] Florianópolis tem belas praias, é uma cidade linda, é isso que é falado. Chega aqui realmente é isso, só que tem muito mais coisa, além disso. Não é só isso, não é só beleza, não é só coisa boa... [...] acho que é muito pouca segurança pra uma cidade tão grande. Aí não consegue dar conta de tudo. Aí rola tráfico de drogas [...] (Camila, 18 anos)

Podemos ver que Camila, assim como Suzana e outros jovens, reconhece que Florianópolis é uma cidade linda, mas ressaltam a “invisibilidade” nos discursos hegemônicos de alguns lugares da cidade. Se observarmos a mídia local podemos ver que esse lado “feio” da cidade também é lembrado, mas através do discurso daqueles que controlam os meios de comunicação de massa e que geralmente não problematizam as questões, mas tomam partido, julgam e condenam. Como discute Mello (2002) a respeito dos meios de comunicação no Brasil, estes não apenas informam, mas veiculam discursos estereotipados que aprofundam e geram estigmas.

Essa tentativa de ‘ocultamento’ e estigmatização das classes populares não é um fenômeno exclusivo de Florianópolis, mas enraizado na história da urbanização brasileira, como discute Coimbra (2001). Em qualquer centro urbano produz-se a existência de duas cidades: as ‘zonas nobres’ e os ‘territórios da pobreza’. “Essa construção dicotômica ‘das cidades’ escamoteia o fato de que ela é um conjunto articulado: uma não existe sem a outra, pois ‘uma assegura a existência e a reprodução da outra’” (ibid, p.82). É importante ressaltar também que, além desses dois extremos, entre ‘áreas nobres’ e ‘territórios de pobreza’ há uma

grande heterogeneidade urbana, daqueles que não estão totalmente empobrecidos, assim como não estão entre as elites econômicas e que configuram outros espaços urbanos.

Essas áreas mais “empobrecidas” da cidade, além de terem sua visibilidade marcada pelos discursos daqueles que controlam/administram a cidade, também recebem tratamento diferenciado em termos de infra-estrutura, como destacaram alguns dos jovens.

[...] Pode ver que eles lembram mais é dos bairros ricos. Sempre tão fazendo alguma coisa pelos bairros ricos. Arrumando as estradas lá em baixo. Fazendo estrada em todo lugar, mas aqui eles nunca fazem nada. Dentro desses lugar, só querem fazer o dos rico. [...] Porque os ricos pagam impostos, mas a gente também paga, porque ta comprando, ta pagando imposto. Por que não merece também? Nem que fosse uma estrada de lajota né? Agora tão falando que vão fazer. O presidente do bairro aí falou... estão selecionando as lajota que ganharam pra fazer. (João, 16 anos)

Podemos ver neste discurso a constatação de diferenças na distribuição dos recursos públicos pela administração da cidade que considera as necessidades de uns, dos “ricos”, mas que esquece dos “pobres” e o questionamento deste jovem frente a essa questão do descaso no lugar onde vive: “Por que não merece também?”, se são como todos os demais cidadãos, consumidores e contribuintes através dos vários impostos embutidos em tudo que se consome?

Outro ponto que pode ser observado é que este discurso de João foi um dos poucos registrados nesta pesquisa em que algum dos participantes se referiu ao seu local de moradia como bairro, pois geralmente eles se referiam aos locais onde residiam como “morro”. Destaca-se que morro e bairro possuem sentidos diferentes, sendo comum associar “morro” com pobreza, pois muitos morros da cidade de Florianópolis são ocupados por pessoas de baixa renda, como é o caso dos morros que formam o Maciço do Morro da Cruz. O fato de João falar em bairro pode indicar o reconhecimento do lugar onde mora como parte de Florianópolis, apesar do tratamento diferenciado que este local recebe pela administração da cidade.

Em relação à estrada de lajotas, João enfatizou a organização de pessoas do “bairro” para fazer a estrada com as lajotas que ganharam. Antônio também falou dessa questão e contou que estavam selecionando as lajotas e decidindo em qual estrada seriam colocadas. Estes jovens estavam falando da localidade *Lírios*, que como pude observar a maioria das estradas de acesso às casas que ficam principalmente na parte mais alta da localidade não são pavimentadas. Em uma das imagens de Antônio sobre a cidade podemos ver uma das ruas de circulação na localidade:



Foto 3 – Antônio (15 anos), em março 2007.

Sobre essa imagem, Antônio destacou a “situação da rua”, o “esgoto à céu aberto”, além do perigo de desabamento de uma casa, condições que exemplificam a distinção entre espaços de “ricos” e “pobres”.

É importante ressaltar que, mesmo entre as localidades dessa pesquisa existem diferenças nas condições de infra-estrutura, relacionadas com a história destas e da organização de seus moradores para reivindicar junto ao poder público melhorias nessas condições. Assim como existe a questão da falta de regularização da maior parte das áreas ocupadas nessas localidades pela prefeitura, algumas destas consideradas áreas de preservação ambiental, como trazem Pimenta e Pimenta (2004), o que permite que a prefeitura não regularize condições de infra-estrutura, como o fornecimento de água, tratamento de esgoto, fornecimento de energia elétrica. Sobre estas questões cabe lembrar as discussões que vêm sendo feitas por atores sociais envolvidos com a elaboração do novo Plano Diretor da Cidade de Florianópolis e que prevê a criação de ZEIS- Zonas Especiais de Interesse Social¹⁴, visando o reconhecimento dessas áreas pelo poder público e a ocupação ordenada.

¹⁴ Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda. É um conceito utilizado pelo IBGE, PNUD e diversas prefeituras e governos do Brasil para auxiliar a identificar e classificar regiões residenciais pobres. Segundo a Prefeitura da Cidade do Recife, “são áreas de

A constatação das diferenças sociais na cidade foi ressaltada por outros participantes pela visibilidade tanto em termos das condições de infra-estrutura, quanto pelas possibilidades econômicas dos diferentes moradores da cidade.

“Aqui [centro da cidade] ou tipo... as praia, esses lugar assim, o pessoal que tem mais... [...] Padrão de vida mais alto [...] é melhor. Aí no morro é diferente [...]. Porque você não vê umas casa igual aquelas lá aqui no centro, não vê. É difícil vê. E tu não vê uma coisa bonita que nem tem aqui lá em cima. Então a divisão é essa, cara. [...] olha só, aqui é tudo asfaltado, é tudo perfeito. Lá em cima não tem calçamento, não tem nada. As casinha são toda de qualquer jeito feitas, é o que dá pra fazer. [...] A água não é encanada. Não tem esgoto, não tem nada [...] tudo vai descendo. (Camila, 18 anos)

Camila fala das diferenças que observa entre os lugares onde moram aqueles que possuem “padrão de vida mais alto” com outros lugares, como onde mora, que também foi registrada por Juliana:



Foto 4 – Registrada por Juliana (18 anos), em abril de 2007

assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo Poder Público, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária.” (Fonte: WIKIPEDIA, jan. 2008)



Foto 5 – Registrada por Juliana (18 anos), em abril de 2007.

Juliana mostra que há diferenças na configuração dos espaços residenciais, apontadas por ela nas casas das ‘comunidades’ e dos ‘bairros’: “vê como que já muda, aqui em baixo aqui pode ser um bairro, mas lá pra cima já é comunidade: quem não pode pagar um aluguel aqui embaixo... Aí sobe lá pra cima.” (Juliana, 18 anos).

Podemos ver o reconhecimento por essa jovem das diferenças sociais na configuração dos espaços conforme as possibilidades econômicas das pessoas que moram nessas áreas, que por sua vez podem estar bastante próximas, às vezes separadas apenas por uma rua, mas que estão demarcadas espacialmente e simbolicamente. Além disso, difere de João que reconhecia o lugar onde morava como bairro, apesar dessas desigualdades sociais instituídas.

Mais do que falar sobre questões relacionadas às condições diversas de infra-estrutura na cidade, principalmente a falta de investimento de recursos públicos nos lugares onde vivem, a maioria dos jovens também pontuou as possibilidades de consumo diferenciadas entre os “ricos” - que podem usufruir de “tudo” que a cidade oferece - e os que não podem consumir quase nada.

Juliana.: [...]o que a cidade tem de bom? Não sei, acho que são as praias. Os hotéis pra quem é rico. Porque quem mora aqui não sabe o que tem de bom aqui. Sempre vai nas praias, conhece tudo, sempre a mesma coisa, não acha muito bom assim.

Pesq.: Quem mora aqui conhece tudo?

Juliana: Alguns conhecem.

Pesq.: Você conhece tudo?

Juliana: Eu não. Eu não conheço quase nada. [...] Se eu tivesse dinheiro, se eu fosse bem riquinha assim, conhecia tudo já. (Juliana, 18 anos)

Essa jovem traz em seu discurso o questionamento do acesso à cidade para aqueles que possuem dinheiro para consumir. Como foi discutido anteriormente a partir de Santos (1998), existem cidadãos de diversas ordens na cidade, desde aqueles que podem consumir tudo o que a cidade oferece, até aqueles que vivem a cidade como ‘uma realidade onírica’. Juliana também fala que quem mora em Florianópolis conhece tudo, mas ao ser questionada sobre isso revela sua condição de não poder conhecer quase nada pelas suas condições econômicas. Mesmo as praias que são públicas têm seu acesso restrito para aqueles que não possuem condições para pagar o transporte, problemática também trazida por Suzana:

Pesq.: Se for pensar nas comunidades que você morou, que espaços os jovens e crianças tinham acesso?

Suzana: Ah, só tinha campinho de futebol de areia, ia jogar se rasgava todo. E bola pra brincar, só. Não tinha mais nada e boneca só. Não tinha mais nada.

[...] Pesq.: Por exemplo, as praias, eles tinham acesso, eles tem acesso?

Suzana: Muitos não. Porque os pais não têm dinheiro pra levar. Não tem dinheiro pra passagem, aí muitos não conhecem. A não ser quando iam de carro com os vizinhos, ou de ônibus com os vizinhos, aí criança não paga né. Daí então não tinha acesso. (Suzana, 22 anos)

É importante destacar o problema do transporte urbano na cidade de Florianópolis, que é um dos mais caros do país, além da organização deste: apesar de existir uma suposta integração urbana, este funciona de forma a acumular lucro pelas empresas e não em benefício da população, pois consegue fazer integração aquele que vai até a central de transportes e registra um cartão eletrônico que deve ser carregado antecipadamente às viagens de ônibus. Quando entra no ônibus se não estiver com este cartão com saldo não conseguirá fazer integração com outros ônibus e ainda paga passagem mais cara: de R\$ 1,98 este passa para R\$ 2,50¹⁵. As linhas de ônibus das localidades onde moram os sujeitos dessa pesquisa possuem tarifa menor que outras áreas da cidade, no entanto, são linhas que vão apenas até o centro da cidade: se quiserem ir para outros locais, como as praias, pagam tarifa maior.

Outro jovem que trouxe o problema do acesso à cidade diferenciado para “ricos” e “pobres” foi João:

Pesq.: Se alguém perguntasse como é Florianópolis, alguém que não conhece, o que você ia dizer pra ela?

João: Ah eu ia dizer que... é legal né. É bom pra quem tem dinheiro.[...] Quer fazer um lanche, as coisa são cara... fazer um lanche bom, um passeio bom, tem que tirar dinheiro porque não é barato não. Mas é um lugar bom de viver. Só... diversão você tem só na praia.

¹⁵ Tarifas vigentes em fevereiro de 2008.

[...] não tem nada pra se divertir. Vai pro... tipo um rico já tem onde se divertir, se ele quer ir... se ele acha que vai se divertir lá no Beto Carrero, ele vai. Tem dinheiro pra ir. Se ele acha que ele vai se divertir... indo num lugar que ele vai se divertir ele vai, tem dinheiro. Pode fazer coisas diferentes, né. Pode se divertir pular de... paraquedas, asadelta, tem dinheiro. Pode viajar né. Já é uma diversão. (João, 16 anos)

João, assim como outros participantes, ressalta as diferenças sociais em termos de possibilidades na cidade, mas afirma que ‘é um lugar bom de viver’, provavelmente relacionado ao que foi discutido anteriormente das possibilidades que a cidade oferece, apesar das restrições impostas pelas condições econômicas.

Pedro também trouxe essa questão do consumo, ao falar sobre as dificuldades dos jovens:

Pedro: Ser pobre. [...] não tem dinheiro pra comprar assim ... tênis, camisa de marca, bermuda. Aí eles vão querer roubar dos riquinhos né. Querer roubar porque não tem dinheiro pra comprar, vão querer roubar.

Pesq.: E como que poderiam resolver esses problemas?

Pedro: Ah, se... se as pessoas ricas né, de classe média, dividissem o dinheiro certo com o pessoal, ninguém seria pobre. A gente seria quase igual a eles. Não teria muito dinheiro, mas seria quase igual. (Pedro, 16 anos)

Enquanto João trouxe o problema do acesso a atividades culturais e de lazer, Pedro destaca o acesso a bens de consumo, o que indica diferenças entre o que estes dois jovens ressaltam como necessidade. No discurso de Pedro, existe tanto a questão do acesso a bens necessários para a sobrevivência, como roupas e calçados que ele traz, como dos produtos exibidos pela mídia, como roupas de marca que estão disponíveis para uma minoria da população, mas que são produtos que simbolizam determinado status para aqueles que podem adquirir.

Pedro também relata a necessidade de distribuição de renda entre a população, pois assim ‘ninguém seria pobre’, mas um reconhecimento no qual não consegue se ver como um ‘igual’: ‘A gente seria quase igual a eles.’ Como se reconhecer como um cidadão com igualdade de direitos quando são tratados historicamente como diferentes, sendo essa diferença reconhecida como “falta”?

Outro aspecto relacionado com o tratamento desigual que muitas vezes recebem aparece no discurso de Catarina sobre diferenças entre uma escola na qual estudou no ‘morro’ e outra no centro da cidade.

Ali no Lauro Muller [...] o professor está sempre acima do aluno, não tem, tem muitas regras. Colégio tem que ter regras. Saber a hora de escutar, a hora de falar. E lá em cima não tem isso. As mães... ali se tu aprontar, as mães estão sempre na escola, entendesse? Ali se tu aprontou, eles te tiram do colégio, eles não ficam com pena. Não tem essa história de pena. Entendesse, lá em cima não, lá em cima...[...] a diretora, conhece todo mundo, desde pequeno, não tem coragem de tirar da escola.

Pesq.: E será que tem mais alguma diferença além dessa?

Catarina: Tem sim, do professor, porque o professor porque é no morro... porque está dando aula ali em cima acha que não tem que fazer igual, porque eu tive aula com o professor que deu a mesma aula nos dois colégios, e aqui em baixo ele dava aula de matéria dada. Entendesse, tudo certinho, de ponta a ponta, da o livro inteirinho, lá em cima não. O dia que chegava dava uma coisa, outro dia dava outra. Não tinha aquela coisa certinha de ter um livro certo. (Catarina, 20 anos)

Catarina observa as diferenças entre as duas escolas e problematiza o tratamento diferenciado que alguns professores reproduzem na escola em relação à origem social dos alunos, assim como o modo como as duas escolas onde estudou tratam as questões escolares. Além disso, se posiciona em relação ao modo como deveriam ser tratadas as questões escolares, que no caso do morro seriam marcadas pelo sentimento de ‘pena’ em relação aos alunos, que por sua vez não os auxilia a superar as condições em que estão inseridos, mas reforça ainda mais uma condição de diferença.

Diante dessas diferenças sociais, visíveis na cidade e apontadas por estes jovens, é fundamental compreender como se relacionam com estas e como isto é por eles significado, ou seja, quais as reverberações dessas questões na constituição destes sujeitos. Como discute Castro (2000, p.15), o encontro com aqueles que estão em condições de existência diferentes instigam o sujeito a elaborar sobre sua própria condição social, pois “as diferenças sociais demandam explicações a respeito da posição do sujeito, seja de superioridade, seja de inferioridade, assim como explicações sobre os mecanismos das desigualdades: o destino, a fraqueza do sujeito ou o resultado da ação humana”.

Numa das observações na localidade *Rosas*, no mesmo dia em que Juliana falou da diferença entre comunidade e bairro, esta jovem comentou que ela era pobre e que se “odiava”, se achava “muito pobre”. Falou da casa que ficava ao lado da qual estava morando: “eu moro num porão. E a casona que tem do meu lado, ora”. Esse discurso indica um movimento de revolta dessa jovem ao se confrontar com a própria condição social e outras possíveis, no entanto, a revolta recai contra si própria, provavelmente reproduzindo vozes sociais que dizem da autonomia dos sujeitos, descolada das condições histórico-culturais em que são produzidas.

Na lógica neoliberalista que organiza a sociedade atual, os sujeitos passam a ser responsáveis pelas suas condições, sem que se problematize a complexidade da realidade da qual participam e suas múltiplas determinações. Como discute Bock (2000), a sociedade em que estamos vivemos é marcada pela visão de mundo do liberalismo, em que o ‘indivíduo’ é um ‘ser moral’, com ‘direitos inalienáveis’, dotado de potencialidades, as quais deve ‘ser livre para desenvolvê-las’. Destaca a autora que “A idéia da autonomia individual, do homem

descolado das condições sociais e da possibilidade de auto-determinação de cada um de nós, movidos por uma força interior dada pela semente dentro de nós e que nos empurra (natureza humana), é algo muito forte em nossas concepções liberais e positivistas”. (ibid, p.18). Uma decorrência disso estaria na valorização do individualismo em detrimento da totalidade do contexto social.

No entanto, outros participantes demarcaram as desigualdades sociais que caracterizam a sociedade e se posicionaram em relação a isso para além de sua própria responsabilidade ‘individual’, como Camila ao ser questionada se existia alguma pessoa famosa que admirasse:

Camila: Eu acho isso uma podrice, falar bem o português. (...) Pessoas famosas, eu não admiro não.(...) Eu acho que isso aí é... nossa, isso é a prova de que a desigualdade é muito grande, cara. Tem demais, demais, demais, não gosto disso, cara. Não sei. Olha, se me perguntasse há uns meses atrás acho que eu te falaria diferente.(...) Eu acho que as dificuldades fazem a gente aprender. A gente vê a vida deles, todo mundo conta uma história que foi sofrida, mas se você vê hoje pra ti vê... é tudo tão fácil, tudo tão... oh, já digo as mulher, vai lá pousa pelada, ganha uma fortuna. Por que fazer isso, porque todo mundo é igual, umas são mais altas, mais baixas, mas todo mundo é igual. Eu acho que tem de tudo, cara. Eles têm parece que tem uma casca, mas não tem conteúdo nenhum. (Camila, 18 anos)

Camila fala de várias questões, mas destaca que ‘a desigualdade é muito grande’ e que ‘todo mundo é igual’, apesar dos padrões que são construídos, como os de beleza feminina. Além disso, que nas ‘dificuldades’ as pessoas aprendem, referindo-se ao que ela mesma vivenciou e foi elaborando. Cabe destacar que apesar destes jovens viverem e reconhecerem essas desigualdades, o posicionamento em relação a isso por sua vez é singular, desde um movimento de revolta - seja contra si próprio ou contra os padrões divulgados pela mídia, como se observa nos discursos anteriores -, até aqueles que convivem mais passivamente com isso.

No entanto, ressalta-se que a capacidade de refletir e elaborar sobre os mecanismos das desigualdades sociais e suas consequências na vida social pode ser uma oportunidade de agir e vislumbrar outras alternativas a ordem estabelecida, como traz Castro (2000). Além do mais, a compreensão sobre o mundo em que vivemos torna-se fundamental “como uma maneira de *participar socialmente* apropriando-se simbolicamente da complexidade cultural e social e instrumentalizando-se para uma compreensão crítica do que se vê e se encontra ao transitar pela cidade” (ibid, p.16).

Essas questões também estão relacionadas com o modo como estes sujeitos se reconhecem/identificam, assim como aos lugares onde moram, identificação/reconhecimento estes instituídos através de sentidos apropriados/construídos pelos sujeitos nas suas relações

nos/com os lugares onde vivem e aonde circulam, assim como através de sentidos coletivos e diferentes vozes sociais sobre a condição social das pessoas de baixa renda.

Em relação aos lugares onde moravam, Juliana, em determinado momento, fala que o “morro” é um lugar “ruim de morar”, assim como Pedro em outro discurso. Neste caso a ênfase dada por estes jovens ao “ruim” estava ligada principalmente à violência decorrente da presença de grupos rivais vinculados ao narcotráfico na região onde moravam e às condições de infra-estrutura nesses lugares, mas também diziam dos discursos veiculados socialmente, principalmente através da mídia, sobre estes lugares, como aqueles que falam de uma população a ser assistida, que aparece nesse enunciado de Juliana:

Comunidade parece que é um lugar necessitado, sabe? Parece que é um lugar que precisa de ajuda... fala ah moro em uma comunidade, parece que aquela comunidade está precisando de ajuda. Porque tem muito assim... esses projetos que são aberto à comunidade, entende assim? Bairro não, bairro é diferente, que não se fala que tem um projeto no bairro, é só na comunidade, ninguém fala que em tal bairro tem um projeto.

Juliana, como todos os sujeitos, constrói uma explicação para a realidade que vivencia pautada nas suas experiências, e em outros discursos relacionados às experiências em questão, o que aparece neste enunciado ao falar sobre o caráter dado aos projetos nas ‘comunidades’ e o olhar que muitos têm sobre estes lugares e as pessoas que moram ali, neste caso uma população “que precisa de ajuda”.

Já Catarina (20 anos), quando a questioneei sobre como era o “morro” para ela, enfatizou que era um lugar bom de morar: “O morro é bom. É ótimo pra se morar. Ótimo. Lugar bom. Lugar onde todo mundo se conhece, se respeita.” Esta fala indica uma defesa do lugar onde morava, um posicionamento de resistência, afinal é o lugar onde vivia. Além disso, momentos antes havia falado de preconceitos que existiam em relação à esse lugar e às pessoas que ali residiam, como aparece nesse discurso sobre como o “morro” era visto:

Ai, horivelmente. Tu fala o nome da tua rua, já sabem que tu mora no morro. Nos locais perguntam onde é que tu mora e você diz o nome da tua rua, ninguém quer. Todo mundo diz que tem medo de ir no morro. Que tem medo, que não sei.

[...] Pesq.: Por que você acha que tem essa visão do morro?

Porque a maioria das pessoas que moram no morro são negras. São pobres. A maioria. Quase 95 %. Por isso. Porque ser preto e pobre é... quase uma sina, quase. (Catarina, 20 anos)

Catarina destaca a violência como marca dos ‘morros’ presente no modo como as pessoas geralmente vêem estes lugares. Coimbra (2001) discute como foram sendo construídas e alimentadas no decorrer do século XX identidades e rótulos que estigmatizam e discriminam os “pobres” na cidade, assim como os locais onde vivem. A partir da década de

1980, destaca a construção da imagem, principalmente pela mídia, que associa pobreza e criminalidade.

Também podemos observar um posicionamento crítico, uma posição ativa desta jovem frente às situações que vivenciava. A localidade *Cravo* onde Catarina morava, diferente de *Lírios*, por exemplo, era hegemonicamente constituída por negros (ARAÚJO, 2004, p.92). Conforme este autor, inicialmente a localidade *Cravo* teve duas vertentes de migração:

(...) imigrantes que vieram do Alto Biguaçu, atual município de Antônio Carlos, e região, católicos, que vieram para Florianópolis devido às dificuldades com a terra e com a produção inerentes à vida rural. Acredita-se que o fluxo migratório destes imigrantes iniciou-se nos anos 20 estendendo-se até os anos 50 e 60, de maior impulso. O outro segmento seria representado também por negros, só que estes advindos da cidade, antigos moradores do centro de Florianópolis, seguidores das religiões afro-brasileiras, principalmente a Umbanda, expulsos devido às reformas urbanas implementadas com mais vigor a partir da década de 20.” (ibid, p.92)

Kilsztajn et. al. (2005), a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE de 2002, relatam que os negros (incluem pretos e pardos) representavam 46% da população do país e eram responsáveis por apenas 27% do rendimento domiciliar *per capita* total do país, enquanto que os ‘não-negros’ - categoria composta majoritariamente por brancos, além de amarelos e indígenas -, representavam 54% da população e somavam 73% do rendimento, quadro que indicaria o nível de concentração racial do rendimento no Brasil.

Ao ser questionada se já havia vivenciado situações de preconceito, Catarina confirmou que sim e ressaltou que mesmo as próprias pessoas que residem nos “morros” reproduzem o preconceito com quem é de lá.

[...] esses dias eu cheguei ali no ponto de táxi, o homem mora no morro do lado do meu. Tinha uma pessoa que ia pegar o táxi pra ir pra Beira-Mar Norte. Eu ia pegar o táxi pra ir pro morro, ele preferiu levar na Beira-Mar norte. [...] ele disse onde que tu vai? Eu disse vou ali na *rua X*! Aí ele disse: espera que eu vou ali levar ela na Beira-mar. Mas eu estava na frente na fila. Uma escolha dele. E ele mora no morro. (Catarina, 20 anos)

O preconceito em relação às pessoas que moram em determinados lugares está relacionado com o que discute Santos (1998), de que o valor da pessoa em nossa sociedade também está relacionado com o valor do lugar onde ela mora. Além disso, “O território, muito mais do que um mero lugar onde os sujeitos nascem e crescem, produz-se também como aspecto constitutivo da própria identidade, enquanto marca ou traço que fixa, por excelência, o sujeito”. (Castro, 2004, p. 115). Ainda, conforme a autora, é a partir do lugar onde moro que me reconheço e sou visto pelos outros. No caso dos “morros” onde residem estes jovens, não é apenas local onde vivem e estabelecem redes de solidariedade, assim como conflitos, mas

estes espaços também são marcados pelos conteúdos ideológicos de outros que estão distantes, e que os caracterizam como lugar de violência, de “pobreza”, do atrasado.

No discurso de Catarina, ressaltamos a reprodução dessas diferentes vozes e preconceitos inclusive por pessoas que moram nesses lugares, como foi o caso do taxista que ela chama atenção por ele também morar no morro, assim como podemos ver na fala de Juliana sobre os ‘favelados’ que freqüentavam o shopping próximo ao local onde estava morando depois que saiu de *Petúnia*:

“vai favelado nesse Shopping, sabia? ...Shopping bonito assim, pra pessoas de classes mais altas assim, vai favelado dentro do Shopping, estraga a cara do Shopping. [...] Favelado não tem nada pra fazer, vai pro Shopping, sabia? Aí se arrumam bem... é foda. Você pode ver um favelado assim de vista. Sabe que ele tomou banho pra sair. Tem alguns que não, tem alguns que tomam banho toda hora. Tem uns que tomam banho, tão com a roupa nova e não querem sujar. Sentam num lugar e tão comendo o lanche, aí vem a mãe: cuidado com a roupa, cuidado com a roupa. Só tem uma roupa pra usar”. (Juliana, 18 anos)

Ao se referir aos outros que são “favelados”, Juliana mantinha um distanciamento e não se incluía entre estes, o que talvez fosse uma forma de falar de uma condição que também já havia vivenciado ou que ainda vivenciava, daquele que não pode consumir determinados produtos e usufruir determinados lugares, no entanto, reproduzia discursos que carregam preconceitos relacionados aos pobres, apesar dela mesma se incluir na categoria dos “pobres”, como aparece em discurso anterior.

Ao mesmo tempo em que havia um discurso em que o shopping aparece como lugar onde não deve ir “favelado”, mas enquanto condição apenas do outro, e não sua, ela também agia como se não tivesse o direito de freqüentar e usufruir determinados espaços, como quando contou da insistência do companheiro para convencê-la a ir a esse Shopping e que relatou achar tudo “ridículo” ali, que não sabia por que, mas não gostava de lugares como aquele: “vou nos lugares e não gosto, não sei porque”.

Essas vozes relacionadas aos preconceitos em relação à pobreza, apropriados pelos sujeitos, impõem restrições que dizem da separação espacial e simbólica na cidade entre os que podem ou não freqüentar determinados lugares, demarcados pela visibilidade ostentada ou não por cada sujeito. O modo como esses sujeitos se apropriam dessas vozes está diretamente relacionado com o modo como se posicionam frente a determinadas barreiras espaciais e simbólicas, dando-lhes maiores ou menores possibilidades de usufruir da cidade.

Estes provavelmente não são casos isolados, pois nos relacionamos cotidianamente com diferentes discursos que valorizam determinadas formas de morar, viver, sentir, agir, ou

seja, com determinados padrões aceitos e divulgados socialmente, mesmo que isso não seja a realidade da maioria da população. É na negociação de sentidos das experiências vivenciadas nestes lugares e discursos outros que dizem dessa realidade que estes sujeitos vão se posicionando diante desses padrões e estigmas.

O preconceito em função do local de moradia também aparece no discurso de outra jovem quando estava falando sobre a escola que estava estudando no centro da cidade.

Camila: A gente mora em morro. Quando chegamos [na escola], começaram a pedir de onde que a gente era. Mas, agora não tem mais tanto. Tem uns que te olham com o nariz mais assim porque você mora lá.

Pesq.: E você fala que mora no morro?

Camila: Se me pergunta eu falo. Pergunta onde mora, sim, não tem como esconder né cara. A gente é... e depois, queira ou não queira, dá pra notar a diferença, sabe por que? Olha o jeito que a gente se veste, a gente anda de qualquer jeito. Eu não ligo, cara, é o jeito que eu posso andar, eu vou andar assim. Eu prefiro andar com uma roupa só a semana inteira, mas não estar devendo pra ninguém, entendeu. Porque lá em casa o pai sempre me ensinou assim. Nunca dar o passo maior que a perna. Eu prefiro dar um passo de cada vez.

Pesq.: Pela roupa as pessoas percebem?

Camila: Julgam bastante a gente. Pelo jeito da gente falar. Sei lá, meu.

Pesq.: É diferente o jeito do pessoal do morro falar?

Camila: Usa mais gíria eu acho né? Essas coisas assim eu acho engraçado, porque eu não tenho muito contato com o povo da cidade. (Camila, 18 anos)

Camila explicita o preconceito vivenciado na escola onde estudava no centro da cidade e enfatiza que no momento da entrevista já não era mais tanto. Isso diz da construção social através de inúmeros discursos, principalmente através da mídia, de identidades daqueles que moram nos ‘morros’. Por outro lado, também está presente neste discurso a possibilidade de ressignificação dessas identidades, para aqueles que entram em contato com essas pessoas do ‘morro’, provavelmente o que foi ocorrendo na escola em que estava estudando, a partir das trocas sociais com essas pessoas de outras localidades, pois afirma que no momento da entrevista o preconceito já não era mais tanto.

Outra questão importante trazida por Camila é a explicação de como ela percebe que os outros na cidade reconhecem como “diferentes” aqueles que moram no “morro”: pela roupa, pelo jeito de falar – “dá pra ver”. Vigostki, como traz Reis (2007, p.41), permite-nos compreender o sujeito como uma unidade, síntese dialética entre natureza e cultura, na qual “O eu não é uma instância incorpórea, abstrata e imaterial que habita ou possui um corpo. O sujeito não tem um corpo. *O sujeito é corpo*”. Essa compreensão nos ajuda a pensar o que fala Camila de que é possível ver quem é do morro ou não, pois a condição social de cada sujeito está impressa na corporalidade dos sujeitos. Ainda, conforme Reis (2007, p.42), “O corpo é assim uma realidade cultural, produzida histórica e socialmente nas práticas sociais em que o sujeito é partícipe ativo. O ativismo do sujeito realça a natureza dialética dessa produção

social do corpo, pois é na própria atividade do sujeito que o corpo se constitui ao mesmo tempo como produtor e produto dos sentidos aí engendrados”. Além da história dos sujeitos estar impressa na sua corporalidade, também existem as marcas determinadas pelas possibilidades de consumo dos sujeitos que ostentam sua condição econômica pelos bens que possuem, como nas roupas, conforme destacado por Camila.

Cabe ressaltar que o preconceito relacionado ao local de moradia apareceu mais nitidamente no discurso de alguns jovens, enquanto que outros não o trouxeram. Provavelmente isso está relacionado com o fato de vivenciarem estas situações com maior ou menor frequência e/ou intensidade no seu cotidiano, o que por sua vez pode estar relacionado com os lugares por onde circulam na cidade. As jovens que trouxeram esta questão a relacionaram com situações que envolvem o trabalho, a escola e relações de namoro com pessoas de outras localidades. A forma como cada uma demonstrou lidar com isso também foi variada, desde um posicionamento crítico frente à questão e uma certa indignação, até a omissão do local de moradia, por exemplo.

Camila enfatizou que se perguntarem onde mora ela conta, afinal não teria como ‘esconder’, enquanto que outros podem omitir/esconder onde moram, como uma estratégia para evitar esses preconceitos, como relatou Juliana: como não queria que suas ‘paqueras’ soubessem onde morava, costumava dizer que morava nas localidades mais ‘nobres’ próximas de onde residia.

Juliana: porque não adianta falar que era em *Lírios*, por isso. Não sabia se eles moravam num... bairro bom assim, ia falar: ah eu moro no *Lírios*? Eu não. Sempre fui contra o *Lírios*, sempre disse que eu morava no *Rosas*.

Pesq.: E o que tem de tão ruim lá em *Lírios* que você não podia falar?

Juliana: Tudo. Morro. Favelado. Violência. Oh, tem um monte de coisa ruim. A parte boa mesmo só embaixo. Não, nem lá embaixo é bom. A parte boa é só o *Rosas*.

Juliana posicionou-se em relação ao lugar onde morou, um lugar marcado socialmente como ‘morro’, onde existe ‘violência’, ‘favelados’, que ela não conseguia ver de outra forma e desejava sair de lá, o que conseguiu fazer, pois foi morar em outra localidade, um bairro popular da cidade, com uma pessoa que conheceu.

Ressalta-se que o modo como esses jovens se relacionam com a condição de “pobreza” e os sentidos que atribuem às situações que vivenciam são diferenciadas, assim como a forma como lidam e se apropriam dos significados a respeito dessas questões. Mas apesar das diferenças, essas situações são constitutivas desses jovens, de seus modos de se relacionarem com os muitos outros: nas conversas evidenciaram-se desde sentimentos de incapacidade, hostilidade com o outro, baixa auto-estima, até a reprodução dos preconceitos

contra a pobreza, como foi possível observar em alguns discursos de Juliana (18 anos), que falou abertamente, provavelmente em função do vínculo que tínhamos e que permitia que esta se expressasse desta forma.

Como destaca Mello (2002), as experiências da cidade, apesar de compartilhadas por todos, são vividas sob condições diferentes. Se os discursos hegemônicos, como trouxeram alguns jovens, mostram uma visão de uma cidade homogênea voltada para possíveis consumidores da indústria do turismo, o olhar destes sujeitos, pelo que se pode observar, é marcado pelas suas condições de vida na cidade, que também não exclui o olhar sobre as belezas e as possibilidades desta.

O que foi registrado pelos participantes como imagens da cidade, assim como o que deixaram de registrar, também nos dão alguns indícios das relações destes com os territórios onde residiam e com os demais espaços da cidade. A maioria dos que fizeram os registros fotográficos mostraram espaços que eram significativos para si e que tinham a ver com relações sociais que estabeleciam nos/com territórios da cidade que foram registrados. A maior parte dessas imagens foi feita na própria localidade onde residiam ou nas proximidades, o que está relacionado às possibilidades de circulação destes na cidade. Alguns relataram que gostariam de ter registrado outros lugares, como as praias, mas que não foram porque estavam sem dinheiro para pagar o ônibus.

Também é importante destacar que, apesar destes sujeitos fazerem parte de um mesmo segmento social que por sua vez não é homogêneo, as próprias experiências vivenciadas por estes na cidade também são apropriadas de modo particular, pois estão diretamente vinculadas à singularidade dos sujeitos. Como ressalta Smolka (2006, p.120), “falar de *experiência* nos remete à cotidianidade da vida e à singularidade, remete-nos aos acontecimentos e aos saberes que a vida impõe a uma pessoa”. Ainda, conforme a autora,

Falar de experiência é falar de corpo/sujeito afetado pelo outro/signo. É falar da vida impregnada de *sentido*. Não existe experiência sem significação. Na raiz da experiência, o outro. Esse é o princípio da natureza social do desenvolvimento humano de Vygotsky, da alteridade constitutiva de Bakhtin. Na raiz da experiência, o signo, aquilo que se produz na relação com o outro, que afeta os participantes na relação, que redimensiona e transforma a atividade humana, que vai possibilitando a produção de *sentidos*... (ibid, p.125)

Estas questões podem ser observadas nas imagens registradas por alguns dos participantes, e que indicam que o olhar deles sobre a cidade, neste caso para além das desigualdades sociais, e diz de suas particularidades. Alguns priorizaram imagens do local

onde vivem, como dito anteriormente, e outros os locais nos quais circulam e que lhes são familiares, e também um que priorizou pontos de referência de Florianópolis. Este jovem registrou diferentes prédios históricos no centro da cidade, os quais eles destacou por serem “patrimônio histórico” e por considerá-los bonitos. Uma das imagens foi do Mercado Público Municipal, que pode ser vista abaixo.



Foto 6 – Registrada por João (16 anos), em maio 2007¹⁶.

O Mercado Público Municipal de Florianópolis é uma edificação histórica da cidade e centro de comércio. Também é um ponto de encontro e lazer, tanto para os moradores quanto para os turistas. Conforme Wikipédia (2008),

[...] o mercado tem sua origem no comércio realizado em frente à catedral desde meados do século XVIII. O primeiro prédio, de 1851, situava-se ao sul da importante Praça XV de Novembro, junto ao mar. Em 5 de fevereiro de 1899 foi transferido para a localização atual, na época também à beira-mar, possuindo apenas uma ala. A segunda ala só veio a ser entregue em 24 de janeiro de 1931, construída sobre um aterro, assim como as pontes de ligação e o vão central. O conjunto arquitetônico tem a sua configuração atual desde 1932, com a reinauguração da primeira ala. Atualmente, devido à construção de uma grande aterro na Baía Sul, o edifício encontra-se longe do mar.

Ao falar sobre esta imagem, João destacou: “também é patrimônio, né. Ele está ali desde o começo da cidade, eu acho. Está há um tempão ali.” João ressalta a temporalidade simbolizada nessa imagem, que remete às diferentes temporalidades impressas no espaço

¹⁶ Essa foto, assim como a maioria das demais registradas por João ficaram escurecidas, pois ele as registrou no fim da tarde quando havia pouca luminosidade.

urbano. Há também uma relação estética deste jovem com a cidade, que se apresenta em relação às fotos da cidade que registrou, onde se destaca o olhar sobre ‘prédios históricos’, como este do Mercado Público Municipal, assim como outros pontos de referência, como a Figueira na Praça XV¹⁷, a ponte Hercílio Luz, uma estátua que fica em frente à rodoviária e que não saiu na revelação da foto, mas que ele destacou por ser uma estátua “feita de peças de bicicleta, carro”¹⁸, entre outras.

Embora pouco tenha falado sobre a imagem registrada (Mercado Público), assim como das demais, o que pode indicar um certo desconhecimento da história dessa edificação, há aí um olhar outro que é importante ressaltar. João reconhece a importância desses lugares, seja porque ouviu falar, seja pelas características estéticas ou simplesmente porque chamaram sua atenção. Mas olhou, registrou, o que indica uma relação com os espaços da cidade para além das relações prático-utilitárias, mas marcada por uma sensibilidade outra, que pode ser caracterizada como uma relação estética. Conforme Zanella et. al. (2006, p.3), “A experiência de relação estética é a experiência do sujeito com um outro, consigo mesmo e com o mundo, semioticamente mediada, em uma postura que vai na contramão das relações baseadas no nexos utilitário com o mundo circundante”. Essas imagens trazidas por João dizem da singularidade deste jovem nas suas relações com os espaços da cidade, daquilo que o sensibiliza, que o afeta, apesar das suas condições sócio-econômicas e dos discursos que procuram estigmatizá-los e alçá-los à condição de subalternidade.

A convivência com as diferentes territorialidades, que compõem o espaço urbano, impõe diferentes experiências para os sujeitos, como fala Castro (2000, 2004). Mas as contradições vividas por esses jovens e o modo como as significam complexificam ainda mais essa leitura, pois para além das diferentes territorialidades e as experiências que estas impõem, a intensidade e profundidade das vivências, forjadas nas trajetórias desses jovens, impedem qualquer tentativa de homogeneização ou padronização. Jovens singulares, experiências (in)tensas, sentidos múltiplos, voláteis, em constante processo de transformação.

¹⁷ Árvore centenária, símbolo da cidade.

¹⁸ Trata-se da estátua de uma personagem popular da cidade e que ‘empresta’ o nome ao Terminal Rodoviário Rita Maria.

5.3 A (IN)VISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA URBANA

Uma das problemáticas das cidades atuais é a violência urbana¹⁹, principalmente a criminalidade, a qual, assim como o medo e a insegurança, tem tido destaque na mídia, nas produções acadêmicas, nas discussões cotidianas. Conforme Zaluar (1996), a violência sempre fez parte de todas as sociedades, no entanto, com aspectos diferenciados em cada contexto histórico. Destaca a autora que a partir dos anos 1980 a criminalidade e os crimes violentos, especialmente o homicídio, tiveram um crescimento acelerado principalmente nas regiões metropolitanas, ainda que o problema da criminalidade não deva ser reduzido a causas econômicas, pois envolve uma cadeia de causas e efeitos entrecruzados. No caso de Florianópolis, estas questões também estão presentes, apesar de não se tratar de uma grande metrópole²⁰.

Ressalta-se a partir dos dados desta pesquisa e das considerações de pesquisadores como Mello (2002), Cassab (2001), entre outros, que assim como as desigualdades sociais, a violência urbana é vivida sob condições diferenciadas entre os segmentos sociais. Nessa pesquisa a maioria dos participantes destacou o medo e a insegurança relacionados com situações que envolviam a presença de grupos ligados ao tráfico de drogas nos locais onde residiam, assim como o controle de determinados territórios nessas localidades por estes. Além disso, durante o período em que estive em campo na localidade *Lírios*, um jovem de cerca de vinte anos foi assassinado, fato este que deu visibilidade a uma série de outras situações vivenciadas pelas pessoas nesses locais, marcados pela ausência de segurança pública.

Além deste fato e dos diversos depoimentos dos participantes sobre situações que vivenciam, destacaram-se os registros fotográficos feitos por Antônio “para mostrar o que acontece nos morros”, a partir de cenas que ele teria observado nas duas semanas que esteve com a câmera para fazer as fotos da cidade para esta pesquisa. Nas imagens produzidas há vários registros como a foto 7, onde a violência se expressa nas localidades rivais de *Lírios*.

¹⁹ Estamos considerando, tal como Minayo e Souza (1997/1998, p. 514), a violência como um objeto complexo, polissêmico e controverso, que aqui tomaremos tal como as autoras, ou seja, como “ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual. Na verdade, só se pode falar de violências, pois se trata de uma realidade plural, diferenciada, cujas especificidades necessitam ser conhecidas”.

²⁰ A população estimada de Florianópolis, segundo dados do IBGE (2007) é de aproximadamente 396.723 habitantes.



Foto 7 – Registrada por Antônio (15 anos), em maio de 2007.

Ao olhar para esta imagem, o que podemos ver é o telhado de uma casa, do lado de uma faixa vertical preta, um pedaço de muro ao centro, vegetação e um morro que pelas casas podemos ver se tratar do lugar de determinado segmento social, em contraste com outras partes da cidade, como a registrada por Juliana na foto 4 (p.74).

Ao falar sobre a imagem, a primeira que Antônio escolheu na entrevista com as fotos, comentou: “Essa foto aqui eu tirei sobre, sobre o que acontece na, na, nos morro. Aqui é o morro *Petúnia* e aqui mais pra baixo é *Lírios*. Peguei *Petúnia* e *Lírios*.” No entanto, há toda uma situação extraverbal (Bakhtin, 1926), presumida na imagem, e mesmo na fala sobre a foto, que diz de sentidos não explicitados até então por este jovem e que tão pouco estão na imagem em si, mas no horizonte espacial compartilhado por quem vive em *Petúnia* e *Lírios*, no conhecimento e na compreensão sobre estes lugares e na avaliação ideológica sobre estes.

Ao ser questionado sobre o que mais saiu nessa foto, Antônio destacou: “E ali é o morro do Carvoeira, eu acho. É o morro do Carvoeira. Daí aqui eu tirei as pessoas que ficam livre da, da guerra, né, que nem todo mundo diz, é guerra né. Fica longe.” Podemos ver que sentidos vão sendo construídos a partir da relação com essa imagem registrada ao ser questionado novamente, mas que estão todos interligados: as localidades *Lírios* e *Petúnia*, provavelmente os conflitos entre jovens dessas duas localidades que fazem parte da “guerra”

do tráfico, as pessoas que estão fora destes territórios controlados por grupos rivais, entre outros, que provavelmente dizem de situações que vivencia e do modo como se apropria destas.

Podemos questionar também a quem Antônio se refere quando afirma que “todo mundo diz”: seriam seus pares? Qual o auditório/horizonte social deste jovem naquele momento?

Conforme descreveu Antônio, trata-se de uma guerra que está em todos os morros, comandada por aqueles que ficam nas “bocas de fumo”, cada um nos “seus postos”. Poderíamos dizer também que se trata de uma guerra que tem sua ponta nesses locais, mas que faz parte de um comércio ilegal organizado internacionalmente - o tráfico de drogas e de armamentos - que cria “centros de conflito sangrento nas vizinhanças pobres”, como traz Zaluar (1996). Conforme a autora (2006, p.9), “o comércio de drogas tornou-se sinônimo de guerra em muitos municípios do Brasil, mas com diferenças regionais entre cidades e entre bairros na mesma cidade.” Cabe destacar também que por ser um comércio ilegal, que não pode recorrer à Justiça, os conflitos são resolvidos através da violência e da ameaça da violência, que “são mecanismos para reforçar as regras sociais de troca no mercado ilícito” (Minayo, et al., 1999, p.161), além de controlarem/disputarem territórios onde estão instalados.

Outros participantes também falaram do controle de determinados espaços/ruas/pontos nas localidades por estes grupos que Antônio descreveu como aqueles que ficam nos “seus postos”. Entre esses, destaco o discurso de Juliana ao falar sobre aqueles que controlam determinados territórios nas localidades onde morou.

Juliana: Tem uma caixa lá [*Petúnia*], eles fumam só naquele lugar, eles se reúnem todos eles e ficam ali fumando, aí fica ali cuidando também quem sobe as escadas a noite, se for desconhecido eles já perguntam quem é. [...]

Pesq.: E se não for conhecido?

Juliana: Ah, se não for conhecido eles já perguntam o que ta fazendo aqui, quem é que veio procurar, se eles conhecem tudo bem, senão já mandam voltar.

Pesq.: E lá em *Lírios*?

Juliana: No *Lírios*, também! É a mesma coisa. Se não é de lá eles perguntam, se não for conhecido eles perguntam. Lá é ruim pra caralho, o *Lírios*, ainda bem que eu saí de lá. Não sei como é que ta agora, mas antes era ruim, tiroteiro, tudo, tinha dia que era um morto, ferido, preso, horrível. (Juliana, 18 anos).

A presença de grupos ligados ao narcotráfico nas localidades onde moravam os participantes dessa pesquisa era reconhecida de certa forma como parte dos “morros”, no entanto, os sentidos produzidos nessa relação eram bastante diversos. Pedro fala de como mudou o lugar onde morava com a presença “dos que querem mandar no morro”.

Pedro: [...] era bem melhor. Bem tranquilo. [...] Hoje em dia não dá mais nem pra conviver lá no morro. [...] Muito mala querendo mandar no morro. Já mataram um, faz um mês e pouco, mataram um cara lá, com uma 12. (isso em março de 2007) [...]

Pesq.: E como é ficar sabendo dessas coisas?

Pedro: Ah, eu não to nem aí né, eles que são uns mala, que se entendam. Ficam nessa de fumar droga, depois não tinha pra pagar, agora é foda pra eles.

Pesq.: E era uma pessoa jovem?

Pedro: Não! Era tudo de maior já. Vinte anos. [...] os dois, deve ter o que, uns 22, 23 anos.[...]

Pesq.: O que você chama de mala?

Pedro: Os cara que usam droga, querem se achar o tal, maioral no morro. Ficam é batendo nos pequeno, tomando pipa, um monte de coisa. (Pedro, 16 anos)

Ao ser questionado se era uma pessoa jovem, Pedro destaca que não, que deveriam ter 22, 23 anos. O reconhecimento de quem é jovem ou não está demarcado pelas condições distintas de vivência do tempo das juventudes, marcadas pelos lugares sociais, pelas condições de vida. Como discute Groppo (2000, p.15), a categoria social juventude criada pela modernidade “é uma representação e uma situação social simbolizada e vivida com muita diversidade na realidade cotidiana, devido à sua combinação com outras situações sociais – como a de classe ou estrato social -, e devido também às diferenças culturais, nacionais e de localidade, bem como às distinções de etnia e de gênero”.

Outro aspecto que podemos observar é que se posicionou claramente contra as drogas, mas a explicação para o uso de drogas é pessoal, individual, assim como as penalidades que são impostas a esses jovens são tomados como problema deles. Também falou das relações de poder entre jovens e o lugar das ‘drogas’.

No discurso de Pedro, podemos ver que havia um “problema” com a presença desses jovens no lugar onde morava. Juliana também comentou sobre como costumava lidar com a presença destes grupos.

Juliana: Se você passar por eles e olhar, nossa, é uma briga né. [...] porque daí se eles tão fumando, assim tu olha pra eles, já vão perguntar o que está olhando, aí arruma confusão.

Pesq.: Daí como é que passa?

Juliana: Olha assim normal, faz de conta que nem vê, faz de conta que é normal. Eu já fiz isso várias vez, quando um monte de gente tava fumando assim no meio da rua, passei na boa, olhei, olhei, mas normal, só que nem fiz questão de parar não. Toda vida é assim, você não tem que dar bola, porque se dar bola aí ... (Juliana, 18 anos)

Podemos ver nestes discursos de Juliana e de Pedro que, assim como havia um certo controle, uma territorialização de algumas áreas nestes locais onde moravam e com as quais as pessoas conviviam e aprendiam as regras, uns mais próximos outros nem tanto, também existia diferentes sentidos que permeavam as relações das pessoas nesses lugares com o uso e comercialização de entorpecentes pelos grupos envolvidos com o tráfico. Sentidos estes

também marcados pelos discursos hegemônicos sobre essas práticas, pois o uso de ‘drogas’ não é exclusividade destes jovens. Mas observa-se também pelo relato de Juliana e de Pedro uma certa relação de poder imposta por estes jovens que usam e comercializam drogas através da qual se fazem respeitar.

Mas esses grupos também estão diretamente relacionados com os outros territórios controlados pelo tráfico nas proximidades, seja em localidades diferentes, que era o caso das localidades do Maciço Central, ou na mesma localidade, como trouxe Suzana (22 anos) ao falar das três “gângues” rivais na localidade onde morava na parte continental da cidade.

Uma das imagens seguintes à foto 7 que Antônio escolheu para mostrar foi sobre outro morro rival de *Lírios* e comentou:

Antônio: Esse morro aqui é rival do *Lírios*. É um rival. Daí agora está entrando o Morro *Orquídea*.

Pesq.: Por que você acha que está entrando também?

Antônio: Não sei. Isso eu não posso te explicar. (Antônio, 15 anos)

Alguns sentidos vão sendo explicitados sobre essa “guerra”, mas provavelmente há coisas que podem ser ditas e outras que não.

Para completar, trouxe a foto 8 que mostra ainda a questão de outros territórios rivais, destacando a proximidade entre localidades do Maciço Central.



Foto 8 – Registrada por Antônio (15 anos), em maio de 2007.

Nessa imagem podemos ver dois topos de “morros”, um do qual Antônio fez o registro – que pode ser visualizado pelas casas em primeiro plano -, e o outro que está nos fundos da imagem, com áreas de vegetação ao redor e em contraste com o horizonte. Ao falar sobre a imagem registrada, Antônio destacou:

“Essa aqui foi onde a polícia fez uma visita ao *Morro Crisântemo*. Que a polícia pegou, subiu pela padaria, virou aqui e subiu pra *Crisântemo*. [...] Aqui tá o Morro *Crisântemo* [parte superior da foto à esquerda] e aqui tá o Morro *Orquídea* [à direita]. E pra baixo o *Lírios*. [...] Essa aqui [casa maior no centro da foto, no topo do morro] mora um policial. Fica ali oh [mostrou em direção ao morro, diretamente]. [...] era pra tu vê como que os morros ficam tão perto. *Orquídea* fica no topo do morro. [...] Ali nessa luz. E aqui pra lá vai o *Lírios* tudo. (Antônio, 15 anos)

Podemos ver que as fronteiras entre as localidades são visíveis a quem é do lugar, invisíveis a quem não compartilha do contexto de quem mora ali. A narrativa sobre a imagem, por sua vez, também é marcada por sentidos e experiências visíveis ao narrador, mas não necessariamente ao leitor da imagem. Conforme Oliveira (2006), o acesso às imagens artísticas, assim como às imagens estéticas do nosso cotidiano, requer um modo de ver diferente do habitual, que implica num processo de leitura dessas imagens que busca ‘abstrair as significações óbvias’, ‘des-construindo e re-construindo a imagem’ para processar as articulações entre os elementos que compõem a imagem. Destaca ainda, que

“Elementos mínimos constituintes articulados através de regras são as marcas da concepção do texto visual que, nele deixadas intuitiva ou conscientemente, revelam o momento vivido e as pretensões do seu produtor. Em cada texto visual está registrado um discurso, evidenciando uma visão específica, a do seu criador. A imagem mostra a sua visão de mundo, suas relações com o seu contexto, além da sua capacidade de manipulação do código ao qual pertence a imagem.” (ibid, p.216)

Ao ser indagado sobre outras coisas que poderia ver nesta foto, Antônio comentou:

Antônio: E pra tu ver como é que os bandidos podem se... podem matar uns aos outros. Podem se acertar uns com os outros também. O Morro *Orquídea* aqui, se eles quiserem pegar os guri do *Lírios* numa festa, é muito fácil pra eles. Muito fácil, que a turma do *Lírios* gosta de escutar som alto. Daí eles não vão escutar a turma de *Orquídea* vim. Eles, eles sempre, chegam engatilhando arma né, daí não vai ter como. Daí se eles quiser entra assim dentro da casa aonde vai tá a festa, mata todos. [...]

Pesq.: E eles fazem isso?

Antônio: Fazem.

Pesq.: Já fizeram isso?

Antônio: Fizeram. Mataram o guri na escadaria na festa.

Pesq.: E como que a galera faz pra se proteger?

Antônio: Sai correndo. (Antônio, 15 anos).

Outros sentidos relacionados àquele discurso imagético, além da proximidade entre as localidades, vão sendo explicitados/construídos e dizem do “que acontece nos morros” ou que pode vir a acontecer, como a possibilidade de um “bandido matar o outro”, como aconteceu com o “guri” que foi assassinado, que era seu amigo, acontecimento que narrou ao final da

entrevista. A situação vivida é afirmada e outros sentidos possíveis referentes à imagem registrada deixaram nesse momento de ser explicitados, como em relação às festas na localidade: estas podem ser lugar de perigo, como falou na última entrevista com as fotos, e ao mesmo tempo de diversão, como trouxe na primeira entrevista, dois meses antes da última. Naquela entrevista, ao ser questionado sobre como era seu dia-a-dia, trouxe o futebol nos finais de semana e as festas à noite, como podemos ver neste outro discurso:

Pesq.: Com que frequência tem essas festas?

Antônio: Há quando tem aniversário de alguém, quando às vezes alguém achou alguma coisa...

Pesq.: Achou alguma coisa? Como assim?

Antônio: Achou, deixe eu ver como posso falar, uma vez aconteceu que um cara perdeu um malotezinho de dinheiro, ele pegou, chegou no outro dia ele foi procurar e achou o malote, daí tinha nove, nove mil e quinhentos pau, daí ele gastou quinhentos na festa.

Pesq.: Ele perdeu o malote dele?

Antônio: É, um pacotinho de dinheiro, depois ele achou e falou pro Y: 'leva o som pro salão que hoje eu vou distribuir convite pra fazer uma festa'. (Antônio, 15 anos)

Nessa fala Antônio indica relações do tráfico na localidade, pois comenta de nove mil como se fosse comum as pessoas andarem com essa quantia, o que contradiz a condição sócio-econômica das pessoas de sua localidade, como foi analisado anteriormente.

Conforme Zaluar (2006), a partir de estudos no Rio de Janeiro, o lugar político ocupado pelos traficantes nas favelas pode ser ambivalente, pois ao mesmo tempo em que promovem atividades sociais e são respeitados por alguns, podem ser detestados por outros em função de outras questões em que estão envolvidos. Se pensarmos nas restrições impostas para estes jovens na cidade em termos de possibilidade de consumo e circulação, as festas no lugar onde moram pode ser uma alternativa de diversão e provavelmente também podem ser patrocinadas pelo tráfico, como é possível pensar a partir da fala de Antônio.

Também podemos refletir sobre diferentes vozes que atravessam o discurso de Antônio, do “guri” que é assassinado, um amigo, e dos “bandidos”, que poderia ser este mesmo guri em outra situação. Também podemos perguntar: quem são os “bandidos” referidos por Antônio? No início do discurso fala que os “bandidos” podem se matar nas festas e quando é questionado se isso já aconteceu, comenta que mataram o “guri” na escadaria, numa festa.

É importante problematizar quem são essas pessoas que estão sendo assassinadas, como este e outros casos trazidos pelos participantes, assim como o aumento da criminalidade urbana onde os jovens pobres têm sido os principais protagonistas e vítimas. Conforme relatório da UNESCO (2004), o número de homicídios entre jovens na idade de 15 a 24 anos de idade cresceu 88,6% no período de 1993 a 2002 e, conforme Coimbra e Nascimento

(2003), a grande maioria destes são jovens pobres. Conforme as autoras, na política neoliberal contemporânea estes sujeitos são considerados desnecessários para o mercado e supérfluos, condição essa favorável ao extermínio.

Mello (2002, p.139), ao problematizar a forma como a mídia trata a violência urbana, destaca: “Não se vêem mais pessoas. Elas se tornam rótulos: vêm-se carentes, favelados, ladrões, menores infratores, delinquentes, criminosos, bandidos, viciados.[...]” Vêm-se lugares sociais, mas não se discute as raízes culturais, políticas e econômicas que instituem a violência como marca das relações sociais.

Outros discursos nos ajudam a compreender o modo como os participantes se relacionam com estas questões que vivenciam e com os discursos veiculados sobre estas, como Juliana ao falar sobre os jovens do “morro” e o envolvimento com o “crime”.

Juliana: Esses que moram em morro, a dificuldade que eles têm é, é arranjar alguma coisa pra fazer né. Que eles nunca tem nada pra fazer. Quando eles ficam em casa eles ficam se envolvendo com o crime, essas coisas. Eles não tem onde ir, não gostam de ir pra escola. Vão trabalhar, não gostam também. Só gostam de ficar em casa, fazendo coisa errada. O jovem hoje ele é muito preguiçoso.

Pesq.: Será que é preguiçoso?

Juliana: Eu acho. Não todos. Todos não. Tem uns que são assim, são exemplo, tudo. Mas têm alguns que são preguiçosos, não querem sair de casa, querem ficar fazendo confusão, festinha, indo pra, curtindo e fazendo bagunça de jovens. Só que depois quando eles fazem alguma coisa errada que ele vê né! Fiz aquela coisa errada, não sei o que, mas daí é tarde. Por isso que tem muitos jovens aí na criminalidade, outros presos, outros mortos, que tu vê um monte de coisa na televisão, jovem morto aqui, ali, ali. Até pessoas que você mesmo conhece ta morto ali. Aí fica ruim né. Tu fica meio, meio pasma, porque... eu tinha um amigo meu que ele estudo comigo, na escola ali da *Petúnia*, ele morreu! Por besteira. Outro amigo também meu que ele estudou no Getúlio, nunca ouvi fala muito, mas a gente era amigo, ele morreu também por causa de, de besteira. Por causa de droga. [...] E ele só tinha apenas 16 anos. Ele era bem dizer uma criança. Foi muito chocada, isso aí foi um choque que o morro todo sabe, que todo mundo conhecia ele. (Juliana, 18 anos)

Também podemos ver no discurso de Juliana que ela problematiza a questão da idade das pessoas envolvidas com o tráfico de drogas: para ela, uma pessoa de 16 anos é considerada uma criança, enquanto que para Pedro as pessoas de vinte já não eram mais jovens.

Juliana anuncia também a dificuldade para esses jovens que entram na criminalidade conseguirem alguma coisa para fazer, que diz das condições vivenciadas pelos jovens pobres na cidade: a qualidade da escola pública, as possibilidades de trabalho para os jovens hoje (taxa de desemprego), a segregação espacial e simbólica que os estigmatiza: ‘não tem para onde ir’, entre outras. No entanto, a explicação para o envolvimento destes com a ilegalidade recai na culpabilização destes sujeitos pela própria situação - são “preguiçosos”-, o que remete aos discursos de cunho individualista e liberal em que se desconsideram as condições sociais. Nesse sentido, os jovens que morrem nesse caminho são responsáveis pela sua

escolha, a origem social está apagada e o que se ressalta é a “escolha” pessoal (Cassab, 2001). No controle dessas escolhas, a punição é o recurso mais usado e ela incide cada vez mais sobre o corpo do sujeito (ibid). Ressalta-se que os sujeitos são responsáveis pelos seus atos, como traz Bakhtin (1993), mas estes sujeitos são sujeitos sociais, que estão indissoluvelmente ligados as suas condições de existência, à qualidade dos serviços públicos a que tem acesso, aos direitos sociais previstos constitucionalmente e que não raro lhes são negados.²¹ Além disso, é necessário considerar estes jovens protagonistas e vítimas na/da violência urbana, como parte da sociedade e não como elementos externos a esta para compreender como vão sendo produzidas essas práticas na atual sociedade capitalista, como traz Coimbra (2001).

Outro aspecto a ser ressaltado é a atuação das redes locais de crime no imediatismo, como traz Cassab (2001), onde conseguem recrutar mão-de-obra necessária, principalmente em razão do abandono desses segmentos sociais no plano das políticas públicas e sociais. Um dos participantes, ao ser questionado sobre as dificuldades que os jovens enfrentam, trouxe o trabalho no tráfico:

José: Eles enfrentam, os caras querem botar eles pra trabalhar no tráfico, só que eles não querem né. [...] Daí rola a confusão. [...] Tem uns até que saíram ali de *Lírios*, meus amigos. Não queriam trabalhar no tráfico daí os caras botaram eles pra correr.

Pesq.: E como que é trabalhar no tráfico?

José: É ruim. [...] Tem que ficar quase a noite inteira acordado pra conseguir vender pedra, pó.

[...] Pesq.: E com quem que vocês jovens podem contar pra resolver esses problemas?

José: Com ninguém. [...] Com ninguém. Nem com a polícia. Ninguém a gente pode contar. (José, 15 anos)

Além de não terem direitos sociais assegurados, a condição muitas vezes é de abandono, situação que geralmente se agrava para aqueles que se envolvem com narcotráfico e que passam a ser culpabilizados pela escolha do “caminho do tráfico”, quando resistir a isso pode ser tarefa árdua. Além disso, como discute Coimbra (2001, p.62), existem vários ‘equipamentos sociais’, entre eles os meios de comunicação de massa’, que cotidianamente contribuem para a desumanização dos ‘delinquentes’, onde “somos levados a desprezar, estigmatizar, discriminar os pobres, como se essas pessoas ‘não fossem gente’”.

Outro ponto diz dos limites tênues entre a participação ou não no tráfico, principalmente se considerarmos as possibilidades de consumo e de reconhecimento trazidas pela participação no comércio ilegal de drogas, apesar dos riscos envolvidos. Talvez essas questões ajudem a compreender o “medo” da maioria das mães e familiares destes jovens de

²¹ Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

que eles se envolvam com o narcotráfico e o desejo de que eles trabalhem, estudem ou participem de projetos, para não ficarem nas ruas, ainda mais se considerarmos os discursos que associam ociosidade e criminalidade, como traz Coimbra (2001). Mas, por outro lado, o número de jovens que entra para a criminalidade efetivamente é muito baixo, conforme Zaluar (1996).

Na entrevista com José ele contou do “medo de morrer” que estava vivenciando, pois podia ser assassinado por “guris do tráfico”, se estes o encontrassem. Na última vez que esteve na casa de sua família, quando saiu de dentro de casa com um amigo, foram cercados por rapazes de *Orquídea* e levaram um tiro no pé cada um. Também tinha um irmão de dezoito anos que teve que sair da localidade para não ser assassinado, pois se envolveu com o tráfico, segundo ele, e “aprontou pros caras” de *Orquídea*.

As situações de violência não ficam restritas aos envolvidos com o comércio de entorpecentes: outros participantes também falaram de situações que envolviam medo e insegurança nos locais onde moravam. Quando realizei a entrevista com Suzana, esta contou que recém havia mudado da *Vila Girassol*, pois após o assassinato de um primo que estava envolvido com o tráfico, com o qual afirmou nem sequer manter contato, passou a ser ameaçada, assim como as demais pessoas da família.

Suzana: Eu sai lá da Vila porque, por causa que a nossa família estava ameaçada, né. A maioria ficou porque não tem como sair de lá né. Eu sai porque ainda tenho a mãe [que estava morando em outro lugar], porque senão ainda estava lá. [...] A maioria vive ameaçada. Por coisa de gangues que, que tem gente que não tem nada a ver, os parentes acabam pagando.

Pesq.: Como assim?

Suzana: Porque meu primo estava envolvido em droga. Semana passada mataram ele e mais um. Um catador de lixo aí. Não sei se você viu na televisão, que mataram ele e o catador de lixo, daí... aí querem se vingar na nossa família, entendeu? Coisa que a gente não tem nada a ver com isso, mas o alvo é a família agora. (Suzana, 22 anos)

Essa jovem fala de outra face da violência ligada ao narcotráfico nessas localidades, que é a questão da vingança envolvendo as famílias e o abandono destas pela segurança pública: são obrigadas a sair dos locais onde residem diante das ameaças que recebem ou quando não tem para onde ir, correm o risco de serem vítimas de violência ou terem mais membros de sua família entrando para essa ‘guerra’.

Esse tema também foi trazido por Antônio, segundo ele para mostrar “o pânico” das pessoas, através da foto 9.



Foto 9 – Registrada por Antônio (15 anos), em maio de 2007.

Ao observar essa imagem podemos ver a frente de uma casa fechada, de um bairro popular ou de “morro”, um carro parado na frente, assim como os arredores da casa: a cerca de madeira, um barranco, telhados do lado, provavelmente de outras casas, assim como o topo de um morro nos fundos, o que nos indica que esta casa também está no topo de um morro, à frente do olhar de Antônio quando este a fotografou.

Há uma parte presumida nesse discurso imagético - do horizonte espacial e ideacional de Antônio com esta realidade registrada – ao mostrar “o pânico das pessoas” para a pesquisadora, como podemos aparecer no seu discurso: “Essa foto aqui eu tirei por causa de um morador, que é o filho do Y. Foi embora. Foi embora por causa que devia alguma coisa pros guri que mataram o falecido X na escadaria. [...] Esse aqui eu tirei só pra mostrar o pânico das pessoas como que é. Ele tem três filhos. Daí ele achou melhor ir embora.”

Podemos questionar: onde está o pânico nessa imagem? Nas janelas fechadas? No carro que pode ter sido abandonado? Talvez seja possível ver o pânico dessas pessoas que “abandonam” suas casas e provavelmente tudo o que tem para se “salvar” e preservar a família (“Ele tem três filhos”) se compartilharmos as situações vivenciadas por estas pessoas, diante de situações como essa que são resolvidas pela violência e que não há a quem recorrer. Por outro lado, o fato de ter ‘três filhos’ destacado por Antônio pode indicar que o

enfrentamento diante dessa situação pode colocar esses filhos em situação de perigo ainda maior.

Além disso, essa (in)visibilidade, neste caso em relação ao pânico presente neste discurso imagético, também pode se apresentar em relação ao medo presente em outros discursos, como pude vivenciar de certa forma enquanto circulava pela localidade *Lírios*, pois ao mesmo tempo em que não vi nenhuma situação de violência no período que circulei pelo local, sabia pelo relato de alguns jovens e de outras pessoas de diferentes situações de violência que aconteceram ou poderiam acontecer, principalmente com a possibilidade de confronto entre jovens de localidades rivais. Além disso, a minha escuta também estava marcada por diferentes vozes sociais que ‘dizem’ da periculosidade de circular nesses lugares. No entanto, cabe ressaltar que várias das pessoas com as quais conversei durante a pesquisa afirmavam que não havia porquê ter medo, pois as questões eram resolvidas entre determinadas pessoas.

Destaca-se também que, no dia que Antônio falou sobre as fotos da cidade, quando cheguei à sua casa esta pela primeira vez estava fechada. Fui recebida por suas irmãs que me viram chegar e levaram-me até Antônio, que estava num “torneio de bolicas” com amigos no interior de uma casa abandonada próximo à sua residência. Neste dia também percebi que quase não havia pessoas nas ruas, o que foi explicitado por este jovem nas fotos que registrou, no momento em que conversamos sobre elas. Falou que determinadas fotos, as que havia registrado há menos de duas semanas, mostravam que o morro estava “quieto”. Ao ser questionado sobre o fato, falou que parecia que morava sozinho e que isso lhe dava a sensação de medo.

Medo. A gente não vê ninguém na rua, a gente não consegue falar mais com ninguém. Eu conseguir falar com alguém é só lá em cima, no bar de X. [...] Porque lá, lá não ta muito, não ta bem no centro do *Lírios*. Aqui onde eu moro é o centro. Por aqui tem uma descida que desce pra cá, aqui tem outra que desce pra lá. (Antônio, 15 anos)

Observam-se relações de sentido entre o “morro quieto”, o medo enfatizado por Antônio e o assassinato que houve ali, como foi explicitado por Antônio na foto 10.



Foto 10 – Registrada por Antônio (15 anos), em maio de 2007.

Essa imagem registra uma estrada de terra entre um muro e uma construção - provavelmente uma casa -, com dois pontos no meio - provavelmente um cachorro e o outro ponto que não dá para visualizar muito bem -, que desce em direção a uma área arborizada. Nos fundos podemos ver parte de um bairro da cidade, ao fundo o mar, montanhas, entre outras coisas.

Ao falar sobre a imagem, Antônio destacou: “[...] tirei uma foto de crianças em perigo, né. [...] aqui tem uma criança [...] eu tirei como que é o dia-a-dia. O morro está mais quieto, depois que mataram o falecido X aqui. [...] Pode ver [na foto] que o morro está bem quieto, pode ver que só tem criança. O bar está fechado.”

Novamente ressalta-se o presumido na imagem, a “criança em perigo”, o quieto que, para Antônio, é visualizado nessa imagem - sem pessoas e jovens circulando. Podemos ver a relação deste discurso de Antônio com os outros discursos dele sobre a visibilidade da violência nas relações entre as pessoas: a ausência de pessoas nas ruas como indicativo do medo, como quando ao ser questionado sobre a cidade de Florianópolis que ele conhecia e que não havia sido registrada respondeu: “A cidade da paz né, não está aqui. Todo mundo vive em pânico. Até agora ninguém teve um momento de paz.” E ao ser questionado se existia essa cidade da paz em Florianópolis:

Antônio: Tem, tem o morro da Cruz que é quieto [lugar que já havia morado]. Tem a Trindade ali. Tem o Pantanal, o Carvoeira. Tem *Rosas* também. Tem o centro também. Daí tem os lugar pra fora né. [...] São José, Lages, Palhoça. [...] teve uma vez lá que nos fomos de carro e daí nós fomos com o meu pai e meu primo lá pra Palhoça, passemos em São José, passamos lá onde eu morava em Biguaçu... passamos em Lages, daí passamos por Chapecó. Em cada parte que nós paramos a primeira coisa que eu reparava era se tinha muita violência.

Pesq.: Como é que você sabia se tinha muita violência?

Antônio: Porque tinha bastante gente na rua. E tinha gente que colocava a cadeira na rua e ficava tomando chimarrão, tomando cerveja, falando, conversando, jogando bola, futebol, um monte de coisa. Brincava assim a noite na rua. Já não é que nem aqui. Aqui quase ninguém fica a noite na rua. (Antônio, 15 anos)

Ao mesmo tempo em que Antônio reconhece diferenças na violência urbana entre a localidade onde mora e esses outros lugares que conheceu, há também uma certa idealização destes lugares, pois neles também há violência, aspecto que ele provavelmente não conseguiu visualizar.

Destaca-se que as fotos de Antônio não necessariamente registravam o que estava, mas também a ausência: o amigo que foi assassinado, os amigos que fugiram para não serem assassinados, a possibilidade de ser mais um na lista dos que perdem a vida na ‘guerra do tráfico’ que se impõe através da violência.

Ao questioná-lo se ele achava que iria continuar quieto, comentou:

Antônio: Eu acho que vai. A maioria dos guris daqui foram tudo embora.

Pesq.: Por que eles foram embora?

Antônio: Tem medo, né. Tem medo que eles possam voltar aí e os próximos podem ser eles. E a minha mãe é a mesma coisa, ela também pensa que eu posso ser o próximo, se eu ficar à noite na rua. Eu parei de estudar a noite, to estudando a tarde.

Pesq.: E você acha que resolve?

Antônio: Pelo menos pra mim estudar a tarde resolve, mas agora fugindo assim não resolve né.

Pesq.: Como que poderia resolver [...]?

Antônio: Até a polícia parou de vim pra cá. Resolvendo assim mesmo é só fazendo ummm, uma blitz todo dia né, 24 horas.” (Antônio, 15 anos)

Como Antônio traz, os “guris” de sua localidade foram embora para não correrem risco de serem assassinados também, referindo-se aos jovens envolvidos com o tráfico de drogas e que estavam em conflito com os jovens de *Orquídea*. No entanto, há uma série de discursos presumidos no discurso de Antônio, que vão sendo explicitados ou não na relação com a pesquisadora e que dizem tanto da sua relação com esta quanto as suas relações naquele lugar: discursos que diziam da sua possibilidade de estar em perigo também, apesar de não falar isso explicitamente; ou seja, a questão do silêncio no morro, do morro quieto, recorrente no discurso de Antônio, diz da sua própria condição ali, da possibilidade de também ser o próximo.

Suzana foi outra participante que falou sobre o ‘morro quieto’ após um assassinato na localidade onde morava, na parte continental da cidade, quando teve que sair de onde morava.

Suzana: [...] eu me sinto melhor te saído de lá porque não durmo com aquele medo de dormir né. Eles querem fazer alguma coisa. Durmo tranqüila, deito tranqüila. Volto... vou pra casa tranqüila. Eu sei que eles não vão me seguir. Mas se eu tivesse lá, eu acho que ... estava correndo perigo né. Como as outras pessoas da minha família também estão né. Que nem agora, está tudo quieto, o pessoal do *Hortência* e do *Tulipa* vão se juntar pra vingar a morte desse meu primo. Vão invadir a casa deles. Aí já vai dá mais coisas né. Aí vai gerando mais, mais confusão.

Pesq.: Você falou que agora está quieto?

Suzana: É, está quieto, estão se... estão vendo o que vão fazer né. Agora vamos só esperar, ver quem vai, quem vai invadir primeiro, quem vai matar primeiro. Depois vai vir as conseqüências pra quem não tem nada a ver com isso né. Pessoas que moram lá. (Suzana, 22 anos)

O discurso de Suzana também ajuda a compreender a ênfase que Antônio deu ao ‘quieto’ no morro e ao medo, pois além do abandono dos ‘guris’ de seus ‘postos’ havia essa questão do tempo de preparação para “ver” quem iria invadir primeiro, ‘matar’ primeiro, trazida por Suzana.

Podemos observar que o medo e a insegurança relatados por estes jovens, e também por outros, refere-se a situações concretas com as quais se relacionaram nos espaços onde viviam: situações de violência, ausência de segurança pública. Há também as implicações disso para os sujeitos, pois se nos constituímos a partir das relações que estabelecemos com os outros, não podemos desconsiderar os efeitos dessa “guerra” para estes sujeitos, assim como para as demais pessoas da sociedade, pois o medo e a insegurança atingem a todos na sociedade atual.

No entanto, conforme destaca Coimbra (2001), o medo e a insegurança passaram a fazer parte dos mecanismos de controle social após a ditadura militar no Brasil, principalmente nos setores mais empobrecidos. De acordo com a autora, nos anos 1960 e 1970 no nosso país e em outros momentos da história da humanidade,

“foram sendo concebidos por diferentes equipamentos sociais os perniciosos, os indesejáveis [...], também hoje, principalmente via meios de comunicação de massa, estão sendo produzidos ‘novos inimigos internos do regime’ considerados ‘suspeitos’ e que devem, portanto, ser evitados e, mesmo, eliminados. Para esses ‘enfermos’ – vistos como perigosos e ameaçadores – são produzidas ‘identidades’ cujas formas de sentir, viver e agir se tornam homogêneas e desqualificadas. São crianças e adolescentes já na marginalidade ou que poderão – porque pobres – ser atraídos para tal condição que devem ser exterminados. A modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria – já que não pode mais ser escondida e/ou administrada – deve ser eliminada. Eliminação não pela sua superação, mas pelo extermínio daqueles que a expõem incomodando os ‘olhos, ouvidos e narizes’ das classes mais abastadas”. (ibid, p.58)

De acordo com Coimbra (2001), no final do século XIX e no decorrer do século XX uma série de reformas urbanas foram implantadas nas principais cidades brasileiras,

acompanhando o processo de industrialização e urbanização destas, com o objetivo de tornar as cidades “limpas, assépticas”, preparando estas para o desenvolvimento do capitalismo. Nesse processo foi sendo “estabelecida/cristalizada a relação entre vadiagem/ociosidade/indolência e entre pobreza e periculosidade/violência/criminalidade”. Ainda, que a mídia teve um papel fundamental, principalmente a partir dos anos 1980, na “produção da ‘imagem da criminalidade’, da ‘insegurança urbana’, do ‘medo do crime’ e, especialmente, do ‘estereótipo do criminoso’” (p.59), desviando a atenção do público de outros problemas que geram essa ‘criminalidade’, como a desigual distribuição de riquezas e a marginalidade social. Além disso, que essas produções “têm servido para contribuir e tornar mais aceitáveis a desigualdade social, a pobreza e a miséria em que vivem enormes contingentes de nossa população.”

Outro aspecto problematizado por Coimbra (2001) é a produção desse medo, principalmente pela mídia, e de sua função na sociedade atual. Além de uma forma de controle sobre as populações de baixa renda, há também toda uma indústria de segurança particular a serviço de alguns segmentos sociais, entre outras questões. Juliana traz esse aspecto do medo também a partir do que vê na televisão.

Pesq.: E o que eles [grupos ligados ao tráfico] podem fazer?

Juliana: Eles podem, sei lá, dar um susto: ‘Fala pro teu irmão não descer mais aqui, não sei o que. Também não desce’. Essas coisas.

Pesq.: É isso que eles fazem?

Juliana: É... nunca fui assim... nunca quero, quero distância desse tipo de coisa, que eles têm arma e eu tenho muito medo de arma. Tenho muito medo mesmo.

Pesq.: Você já chegou a ver?

Juliana: Ver muito bem não, mas já cheguei a pegar numa arma, mas era bem velhinha, eu nem me lembro. Mas nessas armas assim que aparece na televisão, aparecem os tiroteios, eu tenho muito medo. Tenho medo de levar um tiro e morrer. Não quero isso nunca. É muito ruim. (Juliana, 18 anos)

Juliana morou em *Petúnia* e em *Lírios*, locais onde ela relatou situações de violência como tiroteios e mortes. Neste momento da entrevista, no entanto, o medo que ela ressalta tem ênfase no que vê na televisão: ‘nessas armas assim que aparece na televisão, aparecem os tiroteios, eu tenho muito medo’. Neste caso, essa jovem fala do medo não apenas de situações que conhece, mas do medo produzido pela mídia, consoante com o que discute Coimbra (2001). Camila foi outra jovem que relatou acompanhar diariamente um programa de televisão regional onde assistia cenas de violência que aconteciam na região. Em alguns casos, relatou ficar sabendo primeiro pela mídia de algumas cenas de violência que aconteciam na região onde morava.

Outro aspecto observado refere-se à rivalidade que já não se restringe aos jovens envolvidos com o tráfico de drogas e com as disputas por “postos na guerra”. O outro das localidades vizinhas também pode ser visto como inimigo, inclusive por jovens que não tinham envolvimento algum com o narcotráfico. Pedro, por exemplo, falou sobre um “festival de pipa” do qual participou na UFSC, com os irmãos, e ao ser questionado sobre como tinha sido, comentou:

Pedro: É, quase brigamos com o pessoal aqui da *Petúnia*. A gente estava indo embora e os cara da *Petúnia* queriam me encarar. Quase brigamos com eles. [...] daí a gente não quis brigar, eles foram embora. Pra evitar a briga. [...] ah esses aí... foda. São muito folgados. [...] É que eles não gostam dos cara do *Lírios* mesmo. [...] Também os cara foram criar confusão com os cara daí de baixo [*Petúnia*].

Pesq.: Como assim, criar confusão?

Pedro: Ah, não sei, acho que é por causa de... querer mandar no morro né. Daí, por causa de droga... Ou porque acho que foi um cara que saiu ai do morro pra morar no *Petúnia*.... Ai começou esse conflito. [...] Antigamente os cara do *Petúnia* andavam direto lá no morro. Agora é pouca gente. Nem vai mais lá pro morro.

Pesq.: E se for?

Pedro: Já era. [...] Morre. Morre. Ou leva uma surra. Aí não sei lá.

Pesq.: E é o pessoal envolvido com o tráfico, ou pode ser qualquer pessoa?

Pedro: Qualquer pessoa. Assim... o jeito de se vestir. Aí eles já vêem que é mala. Só pelo jeito de se vestir mesmo já querem bater. (Pedro, 16 anos)

Podemos ver pelo discurso de Pedro que ele não consegue explicar essa os conflitos entre essas localidades, que ele mesmo participa, diferente de Antônio e de José, que viam uma explicação para as rivalidades entre os ‘guris’ das localidades da região em função das disputas entre grupos ligados ao narcotráfico. Pelo discurso de Pedro podemos ver que não há necessariamente fatos/acontecimentos que sejam reconhecidos como “origem” dessas intolerâncias para aqueles que não estão envolvidos com o tráfico, mas a reprodução de uma rivalidade instituída em função das disputas inicialmente entre grupos ligados ao narcotráfico e que passam a marcar quem é de qual localidade, além de uma série de animosidades que vão sendo instituídas por motivos às vezes banais, mas que vão se complexificando e assumindo importância ao ponto de demarcarem possibilidades/impossibilidades de trânsito ou mesmo de preconceitos com o outro. Durante o projeto que estes jovens participaram em 2006, essa questão apareceu e uma das principais dificuldades foi trabalhar com essas intolerâncias entre eles em função de morarem em localidades distintas/“rivais”. Formaram-se grupos separados em função das localidades onde moravam, mas no decorrer do trabalho alguns começaram a perceber e ver o outro/o jovem de outra localidade como um de seus pares a partir das novas relações estabelecidas naquele contexto.

Suzana também falou do aumento da violência na cidade e de uma certa hostilidade que parece estar instituída nas relações com o outro por motivos às vezes banais.

Suzana: Ah, antes não tinha muita briga, a gente podia sair, voltar, não tinha essa violência toda. Agora a gente já sai até com medo, né? Se alguém olha de cara feia, os teus amigos já vão brigar. Você fica com aquele medo, de alguém voltar e fazer alguma coisa. Mudou bastante. Mas não em relação ao lugar, em relação à cidade, às pessoas. [...] mudou quase tudo, bem dizer. As baladas assim... [...] É que antes você saía, você brincava tudo e não tinha porque brigar, agora não. Hoje você já olha pra pessoa já pensa que tá olhando de cara feia, quer briga. (Suzana, 22 anos)

Essas questões da desconfiança em relação ao outro e da provocação também aparecem em outros discursos, como no de Pedro, ao falar sobre o que pode acontecer quando os “guris” de *Lírios* encontram com alguém da localidade *Petúnia*.

Pedro: É. Dai se eles[de *Lírios*] vêm que são do *Petúnia* eles pegam mesmo.

Pesq.: Tem algumas pessoas que fazem isso ou...?

Pedro: Ah, eu faço isso. [...] porque eu sei que se eu descer pra lá eles vão me pegar de porrada. E se eles vim pra cá eu também vou pegar eles de porrada, né. Eu tomo cuidado né. Também que se eles me pegarem lá já era.

Pesq.: Já aconteceu alguma vez de você pegar algum deles?

Pedro: Já, quase. Eu e um gurizão ali do morro quase pegamos um gurizinho ali do *Petúnia*. Ali no Carveira, no mato. [...] É que é... ele ficava lá no *Petúnia*. A gente ficava lá em cima né? No morro, soltando pipa. Ele começava a folgar, chamar de filho da puta. Daí quando ele via a gente lá ele queria ficar amigo. Eu não, eu nem brigava com ele, nem fazia nada. Só o gurizão que pegou uma vez ele de surra ali no meio do mato. Quase matou o cara a soco. (Pedro, 16 anos)

Pedro relata que ‘sabe’ que se ele for para *Petúnia* vai ‘ser pego’ e se os outros forem para sua localidade ele é que vai pegá-los. Neste caso, observa-se a reprodução de uma prática instituída, sem um questionamento sobre isso.

Suzana também fala de brigas que já participou:

Pesq.: E você já participou de alguma briga assim?

Suzana: Já. Várias vezes.

Pesq.: E o que acontece?

Suzana: Acontece que a gente briga, briga e pronto. Depois vai embora.

Pesq.: Mas por que briga geralmente, como que acontece uma briga assim?

Suzana: Ah geralmente é porque ou táis olhando pra um rapaz, tu olhou assim a namorada já acha que táis olhando. Ou tu olha pra uma pessoa sem querer, pensa que táis olhando de cara feia, já vai tirar satisfação daí, aí já começa a brigar. E daí um não fica quieto pro outro, um quer falar mais do que o outro, daí, aí começa a brigar. (Suzana, 22 anos)

Além da desconfiança em relação ao outro que “olha de cara feia”, também podemos pensar, a partir desse discurso de Suzana assim como no anterior de Pedro, a expressão e resolução dos conflitos através da violência e não do diálogo, da palavra. Em outro discurso Suzana traz essa possibilidade ao falar sobre as dificuldades dos jovens:

Suzana: Ah é isso, a dificuldade de se relacionar com as pessoas, porque vê a pessoa, pros jovens a primeira impressão é a que fica, né, aí se não conversar, aí já olha, aí aquela pessoa é isso, é aquilo, já não quer conversar, mas depois que tu conversa com ele daqui a pouco vê que é uma pessoa legal. Essa é a maior dificuldade de conversar. A maior dificuldade da gente. [...]

Pesq.: Será que vem de onde essa dificuldade, você já pensou sobre isso?

Suzana: Acho que vem da gente mesmo, né. De querer julgar as pessoas antes de conhecer.

Pesq.: E como que pode lidar com isso, então?

Suzana: Ah, eu estou tentando mudar. Eu em particular eu tento primeiro conversar com a pessoa, pra vê se a pessoa, antes de julgar né. Que eu não sou ninguém pra estar julgando os outros, mas às vezes eu converso primeiro. Você já fica com aquele pensamento, ah não gostei daquela guria, não gostei daquele guri, mas eu converso pra ver se é isso mesmo que eu estava pensando.

Pesq.: E como tem sido?

Suzana: Ah tem sido bem melhor do que antes.

Pesq.: Tem pessoas que você mudou a impressão?

Suzana: Tem, tem várias pessoas que mudou. (Suzana, 22 anos)

Suzana fala de uma possibilidade de mudança nessas relações marcadas pela hostilidade e desconfiança, através de uma mudança de olhar sobre as pessoas, procurando conhecer o outro para verificar se a desconfiança que sente se confirma ou não, apesar da dificuldade. Outro ponto a ser observado é a explicação que Suzana dá para a origem dessas questões, como se estivesse na própria pessoa, em si mesma, o que reitera a maioria dos discursos destes jovens baseadas na visão de que as questões que vivenciam ora estão no outro, ora em si mesmos, como se não fossem sentimentos, formas de se relacionar constituídas a partir do contexto em que estão inseridos, ou seja, estes sentimentos, modos de agir e pensar estão diretamente vinculados às condições sociais, culturais, simbólicas em que estão inseridos e que muitas vezes reproduzem.

Conforme Zaluar (1996), existe uma crise de valores que acompanha a industrialização/urbanização, além disso, na guerra movida pelo tráfico predominam propósitos individualistas de enriquecimento rápido e de vingança interpessoal, onde falta a noção de direito, que implica a aceitação da palavra, do argumento, da vontade dos outros. Trata-se da visão do indivíduo isolado, atomizado, sem vínculos sociais com seus iguais. Cada um luta sozinho para defender-se de todos. Por isso mesmo, a guerra é tema constante na fala desses jovens e uma realidade tão trágica em suas vidas.

Castro (2004, p.121-122), também contribui para pensar essas questões das ‘agressões gratuitas’:

“As agressões gratuitas podem estar acompanhadas de um prazer em ridicularizar ou tornar o outro impotente e frágil ao lhe infligir sofrimento. A ‘zoação’ – espécie de moeda corrente no modo como jovens e crianças se divertem no cotidiano da cidade – combina agressão gratuita com o prazer de ver alguém paralisado, com medo, espantado ou sofrendo. Assim, quando em grupo, porque assim se sentem fortes, muitos jovens partem para *ver no outro o que provavelmente se torna insuportável em si mesmos*: a paralisia, o medo, o espanto e o sofrimento. A ‘zoação’ também reivindica o chamamento do outro, para que preste atenção e se volte para aquele que zoa, que reclame, que tome uma posição e que ponha limites. Na verdade, zoar pode se tornar uma forma desesperada e última de estabelecer vínculo, mesmo que seja através de uma provocação que machuque o outro. Na ausência da palavra, tenta-se demandar do outro sua atenção pelo ato”.

Esse outro discurso de Pedro está relacionado com o que discute a autora:

Pedro: [...] eu vivia aprontando naquela escola. [...] eu batia em alguns alunos. Não aparecia nas aulas. [...] no Getúlio foi pior ainda. Eu e meu irmão na mesma sala. Pegava um guri lá, começava a espancar.

[...] eu e o meu irmão e mais dois gurizinhos lá. Pegava e espancava um outro guri na aula. Daí ... eu e o meu irmão a gente foi separado de sala.
Pesq.: E o que tinha esse gurizinho que vocês espancavam?
Pedro: Só por diversão mesmo.
[...] Pesq.: O que era divertido?
Pedro: Ele era fraco.[...] Daí a gente batia nele direto. Só que hoje em dia agora a gente nem bate mais nele. A gente é amigo.

Uma outra situação foi trazida por José, que contou que saiu da escola em *Orquídea*, a primeira na qual estudou, por causa de conflitos com outros “guris”, assim como de outras escolas que frequentou, até abandonar a escola, quando estava na quarta série.

José: Porque era muito ruim né. Os guri queriam brigar comigo direto, direto. Peguei e saí [da escola de *Orquídea*]. [...] Fui pro Getúlio Vargas. [...] daí lá também. Eu era muito folgado porque tem uma parte do *Lírios* que não se dá com os do *Lírios* lá em cima. Daí eu era dos de cima e eles queriam me pegar sempre. Daí eu fui expulso de dentro da escola por causa disso. Por causa de briga. [...] Pesq.: E depois do Getúlio Vargas?
José: Fui pro Hilda Teodoro. [...] lá perto da penitenciária. [...] Lá não aconteceu nada! Só que era muito longe e a mãe não queria dar dinheiro pra passagem. Ia a pé. Às vezes cortava caminho pelo Morro da Cruz, onde tem um mato. Descia atrás do colégio. Às vezes saía ali pro *Lírios*, ali tem um caminho, dava a volta pelo Carvoeira. (José, 15 anos)

José traz também a questão dos conflitos entre os jovens das localidades próximas na região onde morava, que se discriminam, provocam, mantêm relações de conflito, muitas vezes mediadas pelas relações com o tráfico, mas não necessariamente, e que trazem implicações para o cotidiano destes na cidade, muitas vezes limitando ainda mais as suas condições de ir e vir e de se apropriar do que esta disponibiliza.

Outra elemento trazido por este jovem, refere-se a reprodução da lógica de culpabilização dos indivíduos, pela vontade de um ou de outro na explicação dos conflitos que vivenciou nas escolas com “guris” de localidades rivais. Trata-se, ao contrário, de uma situação complexa que não consegue ser explicada pela vitimização ou pela culpabilização, assim como quando diz que sua mãe não queria dar o dinheiro para a passagem. Podemos ver nestes casos diferentes vozes sociais reproduzidas pelos sujeitos na explicação da sua condição e das situações que vivenciam.

5.3.1 Violência urbana e segurança pública

A atuação da segurança pública diante das situações que envolvem as questões de violência discutidas anteriormente, principalmente as relacionadas ao tráfico de drogas, pelo que se observa nos relatos dos participantes também reproduz as contradições sociais na cidade e a estigmatização daqueles que possuem menor poder econômico.

Apesar do direito à segurança pública ser de todos os cidadãos, o que se observa é a atuação diferenciada de acordo com os territórios e os segmentos sociais que ocupam/freqüentam esses lugares, como aparece no discurso de Camila.

Camila: [...] Ih meu deus [ao assistir a polícia passando de carro], vão lá pro morro, aposta quanto? [...] Agora conseguiu dá uma acalmada, mas na época de temporada, meu que que era aquilo? [...] Eles iam direto, direto, direto. Porque era muito turista lá no Morro da Cruz²², sabe. E aí era aquela coisa, ia lá todo mundo cuidando. Agora eles deram uma parada, mas... Oh, meu deus uma viatura a cada minuto estava passando. Tinha dias que elas chegavam a se encontrar. Eu disse pro pai, olha só como que é, onde tem turista eles cuidam, quando não tem, abandona tudo. Agora vão começar a passar de novo. Oh, se não fazer isso toma conta [...] porque da muito roubo, né cara. Eles pelam os turistas, quem vem de fora geralmente tem grana, aí o pessoal sabe que tem grana e roubam. (Camila, 18 anos)

Camila ressalta a diferença de quando há turistas no Morro da Cruz, ocasiões que a polícia está direto no local ‘cuidando’, e o ‘abandono’ desse mesmo local quando não é temporada. Observam-se novamente as contradições no modo como a cidade está organizada, pautada uma lógica que classifica cidadãos de diversas ordens, neste caso aqueles que têm seus direitos à segurança assegurados ou não. Mas ao mesmo tempo, Camila ressalta o problema daqueles que possuem dinheiro, que podem ser ‘roubados’.

No discurso de Juliana também aparecem essas diferenças, observadas em relação aos lugares onde morou:

Juliana: Aqui, aqui eu pensava que não tinha muita violência, mas esses dias eu já (rindo) vi que tem. [...] Aqui, eu vi uma perseguição ali de policiais, tiroteio na SC ali em cima sabe, na 401, daí eu já fiquei meio assim né, porque em *Petúnia* também é assim, em *Lírios* também é assim, só que aqui só foi uma vez e em seguida acho que prenderam, lá em *Petúnia* é diferente, eles perseguem e nunca prendem, quando eles prendem, é porque morreu ou coisa assim. Só que foi bom sair de *Lírios*, foi bom sair de *Petúnia*, foi ótimo. Morar aqui é bem melhor porque aqui vem bem mais policial, vem bem mais armado, aqui não é que nem em *Petúnia* que vem só alguns. Eles [policiais] têm medo também [dos traficantes]. (Juliana, 18 anos)

Naquele momento Juliana estava morando num bairro popular da cidade, onde supostamente não haveria violência, mas que ela relatou constatar que também existe. No entanto, a atuação da segurança pública é outra, diferente do que acontece em *Lírios* e *Petúnia*.

Na região do Maciço do Morro da Cruz foi construída recentemente uma plataforma para pouso de helicópteros da polícia, a qual foi apontada por todos os participantes que moravam nessa região, como Juliana.

Juliana: Nós escutamos tiro! [...] ai a gente ficou com medo né. Minha tia já ficou morrendo de medo porque ela já está traumatizada. Ela já quer sai dali. Porque.. está ficando cada vez mais violento,

²² Apesar de estarmos usando nessa pesquisa a palavra “morro” para caracterizar os lugares onde residem os participantes, partindo das falas dos participantes, existem diferentes morros na cidade de Florianópolis e nem todos são ocupados por pessoas de baixa renda, como o Morro da Cruz onde residem pessoas de outras classes sociais, e onde também está localizado um Mirante bastante visitado por turistas e moradores, assim como transmissoras de TVs.

violento naquela *Petúnia* ali. Agora por enquanto está mais ou menos, não tem muito porque a polícia vive subindo e descendo de lá, toda hora. Aí tem dia que ela desce, fica lá embaixo, depois elas sobem de novo. Toda hora polícia lá, por isso que não está dando muita coisa. Em *Lírios* é bem diferente né, quando desce polícia... não desce muito não, desce de vez em quando. E olha que tem um negócio de polícia bem lá perto de *Lírios*. [...] É tipo de uma base aérea lá. Onde o helicóptero pousa e helicóptero sobe de lá. É bem assim... perto do *Lírios*. Tem o *Lírios* e outro morro que a base deles é lá em cima. [...] Eles ficam lá! Eles vão lá o helicóptero pousa. E ficam lá em cima. De vez em quando eles descem, quando tem alguma chamada eles descem em bem alta velocidade que até é perigoso, se tem alguma criança que está na rua já era! Eles descem... lá em cima eles descem, nossa, descem bem rápido assim, não querem nem sabe quem está na rua.

Nesse enunciado observam-se diferenças na atuação da polícia mesmo entre os territórios de ‘periferia’: em *Petúnia* os policiais estão “subindo e descendo de lá, toda hora”, diferente do que estaria acontecendo em *Lírios* que, apesar da polícia ter a plataforma do lado, não entra na localidade. Entre outras questões, podemos perguntar: por que havia esse controle maior na localidade *Petúnia*, depois de um período em que lá estava muito violento, como fala Juliana? E por que esse mesmo controle não estava acontecendo em *Lírios*, que também é uma área em que ocorrem diferentes situações de violência apontadas pelos participantes? Quem conhece as duas localidades pode observar que *Petúnia* se divide em duas partes: o “morro”, na parte mais alta, e a parte mais baixa, ocupada por pessoas de classe média, próximo à UFSC. Essa geografia difere de *Lírios*, que está entre localidades pobres e a parte mais baixa é cortada por essa rua que a polícia sobe e desce a todo momento, como aparece no relato de Juliana.

Outra questão a ser observada: em quais situações a polícia atua nestes locais onde ela não costuma entrar? E como ‘resolve’ as questões de violência nestes lugares? Em discurso anterior, Juliana comentou que onde estava morando naquele momento ocorreu um tiroteio e a polícia prendeu as pessoas que estava perseguindo, enquanto que em *Lírios* e *Petúnia* nunca prendiam ninguém, a não ser “quando estava morto ou ferido”. Em outra fala, contou que os policiais nunca prendiam ninguém, referindo-se às localidades *Lírios* e *Petúnia*:

Eles são um bando de maluco esses policiais. Um monte de policial, nunca prende ninguém. [...] Quem é pra ser preso... eles nunca prendem ninguém.

Pesq.: E por que você acha que acontece isso?

Juliana: Ah, porque eles só ficam ali embaixo, ali! Eles só vão do ponto final lá pra cima. Eles vivem subindo e descendo só por ali! Se eles subissem e descessem no *Lírios* toda hora era bem melhor né. Mas eles não sobem! Só vem por ali. Ali é cheio de policial, toda hora você vê carro de polícia subindo e descendo.

[...] Pesq.: E helicóptero fica passando, por ali também?

Juliana: Fica. Quando eles sabem... quando dá alguma coisa fica ali passando. Eles pousam lá em cima e saem de lá. Tem helicóptero que filma tudo, eles ficam por ali também. [...] tem helicóptero que filma! Ai filma tudo, tudo, até dentro das casas das pessoas aquele helicóptero filma. (Juliana, 18 anos)

Antônio também falou dos helicópteros que passavam quando acontecia alguma coisa, ao relatar que em certa ocasião viu que tinha um helicóptero da polícia sobrevoando a região

onde morava e ‘pensou’ que poderia ser algum ‘guri’ de *Lírios* atingido por ‘guris’ de localidades rivais, porque eles passavam pelo local onde estava o helicóptero para ir ao ‘poção’, uma cachoeira que fica no bairro ‘Córrego Grande’. Os discursos dos participantes indicam que a segurança pública é de certa forma conivente com o tráfico nestes locais e que geralmente há intervenção quando está acontecendo ‘alguma coisa’, como confrontos entre grupos rivais.

Outra participante da pesquisa registrou nas fotos da cidade essa plataforma da polícia²³, e destacou:

Catarina: [...] Gastaram tanto dinheiro pra fazer uma plataforma pro helicóptero pousar. Ali é pra pouso de helicóptero. Pra polícia chegar mais rápido no morro. Eu acho aquilo ali uma... tanta gente precisando de casa, de materiais fazer aquilo ali. Fizeram uma estrada, meu deus [...] era pedra pura. Quebraram as pedras, arrumaram tudo. [...] Injustiça. Tanta gente precisando de casa, tanta casa ruim, eles podendo dar o material [...] mas não, e os traficante mesmo que levavam os materiais. [...] Porque não tinha ninguém pra carregar, porque não tem estrada. Ali é uma escadaria enorme. E o pessoal do morro [...] que tinha que levar.

Pesq.: Por que que eles levaram?

Catarina: Eles pagaram. Pra eles poderem fazer.

Pesq.: E eles concordavam com isso?

Catarina: Concordo porque eles levavam. Não tem como, era a polícia que estava...

Pesq.: Eram obrigados?

Catarina: Não eram obrigados, assim necessariamente. Mas tinha que levar. Quase uma obrigação. Pra eles fecharem os olhos quando eles estão trabalhando, eles tinham que ajudar. [...] pra fazer que não vê, aí eles ajudavam a levar. (Catarina, 20 anos)

Catarina fala da sua revolta com a construção dessa plataforma, com a utilização de recursos públicos que poderiam ser investidos em moradias para as pessoas que vivem nessa região, um dos problemas de muitas pessoas que moram nessas áreas, como foi discutido anteriormente. Além disso, uma plataforma construída com a ajuda dos próprios traficantes para poderem continuar trabalhando. Diante destas questões, Catarina vê como uma injustiça a construção dessa plataforma, que do seu horizonte apreciativo mostra-se desnecessária e que não deveria ser uma prioridade diante das necessidades de quem mora nessas localidades.

Por outro lado, é importante ressaltar que há interesse da segurança pública nessa construção, que se não é para garantir a segurança de quem mora nestes locais, qual seria? Uma plataforma da polícia no centro do Maciço do Morro da Cruz, numa região habitada em sua maioria por população de baixa renda, onde vários territórios são controlados pelo tráfico, pode facilitar o controle sobre a região, mesmo sem garantir efetivamente a segurança das pessoas que moram nesses locais, apesar dos equipamentos disponíveis que permitem inclusive ‘filmagem dentro das casas’, como destacou Juliana.

²³ As fotos da cidade que Catarina registrou não foram reveladas, pois houve problemas com a câmera fotográfica. Neste caso, solicitei que ela contasse o que havia registrado.

Outra problemática que apareceu nos relatos dos participantes foi a reprodução de estereótipos e preconceitos pelos policiais com as pessoas que moram nas localidades ‘pobres’, principalmente quanto se trata de jovens do sexo masculino: é comum serem revistados, por exemplo, como se todos fossem envolvidos com as questões do narcotráfico, o que indica o olhar sobre estes como possíveis “criminosos” ou “bandidos”.

Antônio: [...] Se tiver assim, por exemplo, nós assim que nem eu assim, uns cinco ou seis eles param na hora.

Pesq.: Param como?

Antônio: Eles param. Eles revistam a gente.

Pesq.: Por que se tiver alguém como você?

Antônio: Porque eles pensam que a gente é um dos traficantes ou dos bandidos né. Daí a gente pode estar armado ou com alguma droga pra poder passar pros outros. Daí eles pensam isso. Aí pegam em flagrante. (Antônio, 15 anos)

Um outro ponto que se destaca no discurso de Antônio refere-se aos agrupamentos juvenis “pobres” e o olhar de desconfiança sobre estes, o que provavelmente impõe restrições nos lugares onde podem transitar. Conforme Castro (2004, p.84), a vigilância sobre os ‘jovens pobres’, que são “reconhecidos de maneira estereotipada como perigosos” nos espaços urbanos, impõe restrições na circulação pelos espaços que a cidade dispõe, como o acesso às áreas nobres, “a não ser que paguem o preço de se verem constrangidos e, muitas vezes, humilhados” pelo aparato policial (ibid).

No entanto, a forma como Antônio falou dessa questão de serem revistados por policiais no momento da entrevista indicou que isso era uma prática naturalizada para ele, pois não estranhava ser revistado, o que já havia acontecido, e relatou nunca ter passado por problemas com os policiais. José, ao contrário, problematiza essa forma como são tratados pelos policiais:

Pesq.: E como que é circular onde tem tráfico?

José: É difícil né. Você olha pra um lado, tem um armado, você olha pro outro, tem armado. É ruim né. Ainda mais quando a polícia sobe no morro.

Pesq.: Como que é quando a polícia sobe?

José: Eles pensam que o cara é outro drogadinho, maconheiro né. Vai bater no cara.

Pesq.: E eles chegam a bater?

José: Tem uns que são folgados e batem.

Pesq.: O que vocês fazem quando a polícia sobe lá?

José: Ah, eu não faço nada. Os guris que estão armados pegam e tem que correr.

Pesq.: Tem que correr. E se eles pegarem?

José: Daí vai preso. Às vezes os policiais mesmo nem chamam e... [...] eles nem chamam o resto dos policiais e pegam a maconha pra eles...[...]

Pesq.: Você já viu isso acontecer?

José: Já.

Pesq.: E o que você acha disso?

José: Eu acho uma falta de respeito né. Em vez deles colocar segurança, ainda estão fortalecendo. (José, 15 anos).

José posicionou-se em relação à atuação dos policiais que ‘pensam’ que qualquer um no morro pode ser ‘drogadinho, maconheiro’. Neste caso, esse jovem demonstra que não aceita como natural uma prática instituída, e que indica a reprodução de estereótipos produzidos e reforçados cotidianamente, principalmente pela mídia, sobre os jovens ‘pobres’, como discute Coimbra (2001) e como aparece no discurso de Juliana, após ela contar que via a questão da violência que a televisão mostra:

Pesq.: E você acha que o que a televisão mostra é o que...?

Juliana: Não, quase tudo é mentira né. [...] porque algumas coisas eles... assim, por exemplo, uma polícia matou um jovem aqui, ele falou ah foi ele, não sei o que, não sei o que. Só fui pra me defender. É mentira, porque policial mata sem pensar, dá um tiro mata se for inocente. [...] daí passa na televisão, ah, não sei o que, o jovem que foi culpado, não sei quem foi culpado. Não, de vez em quando é o policial que é culpado e a televisão mostra outra coisa. Quando ela vai na comunidade, a comunidade pode ser assim um pouquinho... sei lá, um pouquinho pobre demais, eles já mostram que aquela comunidade é violenta, não sei o que. Talvez não é assim né. Tem que conhecer primeiro ela, vê como que ela é mesmo, pra vê se ela é assim mesmo, porque tem muitas coisas que eles exageram demais. [...] Pra ganha audiência né. Pra ficarem mais popular. (Juliana, 18 anos)

Nesse discurso aparece a associação entre pobreza e violência que Juliana identificou com o que a televisão mostra, além da relação de poder dos policiais que podem silenciar ‘enganos’, sem serem responsabilizados por isso. No entanto, existe uma contradição entre essas práticas que tornam todos os jovens do sexo masculino como ‘suspeitos’ com outras falas que anunciam o conhecimento dos policiais de quem é traficante ou não no morro, como trouxe Catarina:

Pesq.: E você vê outras situações assim no morro [...] dessa relação da polícia com o tráfico?

Catarina: Ah, tem bastante, eles fingem que não vê bastante coisa. São tudo uns ignorantes.[...] Porque eles sabem. Todo mundo sabe quem é o bandido, quem é a pessoa... [...] Tem que ir nas casas certas. Eles sabem muito bem onde que moram os bandidos, por que que eles não vão nas casa certa? (Catarina, 20 anos)

No Brasil é constantemente divulgado pela própria imprensa o envolvimento de policiais com o tráfico de drogas, o que também é trazido por José, assim como por Catarina sobre a ‘colaboração’ entre policiais e traficantes. Podemos ver pelos discursos, práticas de repressão utilizadas para controlar o tráfico de drogas nos pontos mais frágeis, mas geralmente essas práticas preservam traficantes de morros, traficantes de alto escalão que estão na cidade e são as portas de entrada para o abastecimento destes pontos, dos grandes traficantes de armas e entorpecentes organizados num comércio internacional, que geralmente passam despercebidos, assim como ganham pouco destaque na mídia.

Em contrapartida, podemos observar que, apesar da crítica e descrença na segurança pública, como também afirmou Catarina, é nos policiais que alguns dos participantes viam a

possibilidade de controle da violência ligada ao narcotráfico: “Se eles subissem e descessem em *Lírios* toda hora era bem melhor” (Juliana).

5.4 A CIDADE E SUAS (IM)POSSIBILIDADES, OS JOVENS E SUAS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Como ressaltam Coimbra e Nascimento (2003), é importante estarmos atentos para as estratégias e formas de resistência que a juventude de baixa renda desenvolve cotidianamente, pois apesar das condições em que estão inseridos, estes jovens criam e inventam ‘mecanismos de sobrevivência e luta’ em seu cotidiano, muitas vezes resistindo à lógica imposta pelo capital. Nesse sentido, destacam-se as possibilidades do ser humano de transformação da realidade em que está inserido e de si próprio, apesar das determinações histórico-culturais do contexto onde vive.

Essa possibilidade de recriação de suas condições de existência e de si próprio está diretamente relacionada com os sentidos que permeiam as relações de cada sujeito com o mundo no/do qual participa. Conforme Zanella (2004, p.132), é a atividade humana que possibilita aos sujeitos transformar a realidade – produzir cultura - e se objetivar através das ações que empreendem. “Porém, esse processo de objetivação pressupõe ao mesmo tempo a subjetivação do sujeito, pois, ao apropriar-se da atividade, o sujeito apropria-se da história humana e imprime a esta sua marca”. Processos estes possíveis pela mediação semiótica, onde sentidos são produzidos nas relações estabelecidas e apropriados pelos sujeitos, ou seja, tornados próprios, o que caracteriza a diversidade humana.

Nesses processos mediados semioticamente, a afetividade é um elemento fundamental a ser considerado. Sawaia (2001, p.98) destaca que na análise dos processos de exclusão/inclusão social, o “sofrimento ético-político” pode ser uma das categorias de análise. De acordo com a autora, é necessário “colocar no centro das reflexões sobre exclusão, a idéia de humanidade e como temática o sujeito e a maneira como se relaciona com o social (família, trabalho, lazer e sociedade), de forma que, ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo que de poder, de economia e de direitos sociais”. Como destaca Zanella (2004, p.135), a constituição do sujeito como objeto do conhecimento requer “o olhar sobre as condições sociais, históricas e econômicas em que este se insere e as características dos grupos sociais a que pertence”.

No caso desta pesquisa destacaram-se algumas estratégias que os participantes criam mediadas por possibilidades de trabalho/emprego, pela escola, pelos “projetos sociais”, pela

participação em atividades de lazer, em atividades religiosas, entre outras. Possibilidades estas diretamente relacionadas com o contexto da sociedade contemporânea.

O problema de trabalho/emprego foi trazido pela maioria dos participantes, tanto por aqueles que estavam trabalhando quanto pelos demais. Em relação aos que estavam inseridos no mercado de trabalho, destacaram-se as condições que são oferecidas e as (im)possibilidades de escolha, como ressaltou Catarina.

Eu não acho difícil conseguir trabalho [em Florianópolis]. Eu não acho um lugar difícil pra conseguir serviço não. É acho até um pouco fácil, porque aparece bastante. Não acho difícil não, o difícil é achar o serviço que tu quer... de vez em quando tem uma coisa e você quer outra coisa. [...] Tem bastante, mas ... [...] tem operador de telemarketing, uma coisa cansativa. Tem de serviço doméstico, é uma coisa que sempre tem, nunca vai deixar de ter. Tem de... estágio, estágio é uma coisa que não... acrescenta só no... currículo, mas na vida não acrescenta de nada. Porque você perde um tempo no estágio. [...] Porque a pessoa precisa de carteira assinada pra se aposentar. O tempo passa. Eu faço estágio, mas eu não queria. Porque o estágio tinha que ser uma coisa que a pessoa fizesse aquele estágio, mas valesse como se a pessoa já tivesse contribuído pra aposentaria da pessoa, porque se a pessoa trabalhar dez anos de estágio, é dez anos perdidos. (Catarina, 20 anos).

Essa jovem problematiza às possibilidades de trabalho na cidade de Florianópolis, e para Catarina, a dificuldade não estava em conseguir ‘serviço’, mas em conseguir aquilo que deseja. Essa é uma realidade não apenas para estes jovens, mas também para pessoas de outros segmentos sociais. Conforme Souza (2004, p.52), a população jovem de 15 a 24 anos no Brasil é a mais atingida “diante da baixa capacidade da economia brasileira em gerar postos de trabalho, resta aos jovens, principalmente das camadas mais pobres, os setores de serviços básicos (limpeza, segurança, garçon, etc.), muitas vezes postos não assalariados ou sem registro formal.”

Entre os postos de trabalho criados nos últimos anos estão os ligados às novas tecnologias (Novaes, 2003), em que se inserem os operadores de telemarketing, que Catarina descreve como “uma coisa cansativa”. Geralmente trata-se de um trabalho simplificado, caracterizado pela repetição, pelo empobrecimento do trabalho, sem criação ou autonomia, como resalta Novaes. Outro ponto trazido por Catarina, refere-se aos estágios: “Eu faço estágio, mas eu não queria”, porque não conta para aposentadoria da pessoa. Os estágios, que deveriam ser uma forma de preparação profissional, ao mesmo tempo em que contribuem para o currículo, como fala Catarina, tornaram-se uma das formas de substituição de pessoal permanente em muitos locais de trabalho, sem garantia dos direitos trabalhistas, ponto que aparece no discurso de Catarina quando relata que os estágios não “contam” para a aposentadoria.

Em relação aos trabalhos domésticos, esse foi o emprego que mais cresceu no país nos últimos anos, conforme Novaes (2003), realidade também ressaltada por Catarina: “um trabalho que sempre tem, nunca vai deixar de ter”. Destaco os discursos de Camila e de Catarina sobre o trabalho doméstico:

Camila: [...] a mulher do cara falou pro pai que tinha serviço lá pra mim. O pai chegou em casa e falou. Eu falei vou trabalhar, estou em casa ganhando nada. Aí eu fui. [...] eu acho que fazer faxina não é futuro, mas por enquanto estava ótimo pra mim. Não tivessem me explorado do jeito que fizeram eu tinha ficado lá trabalhando. É que eu ganhava o meu dinheirinho né cara. Você quer comprar uma coisa tu tem. Você quer... lá em casa não tem de onde tirar, aí eu tinha o meu. (Camila, 18 anos)

Catarina: “Ah, a saída é... ah, da oportunidade, tirar o pobre de... jogar a vassoura de lado e... porque quem tem que criar oportunidade é a gente mesmo, né? [...] A gente acredita muito que... igual a eu tinha 18 anos, ia fazer... Ah vou trabalhar. O que pintar eu vou trabalhar. Eu estava com 18 anos, tinha tido meu filho. Precisava trabalhar. Mas isso está errado. Eu trabalhei 9 meses limpando. Depois eu botei na minha cabeça, gente o que que eu to fazendo? Não é isso. Eu tenho que estudar pra... né, pra trabalhar de outra coisa, não sei. É que a gente vai pra um lugar pegar serviço, vai numa firma pegar serviço, se tu é preta, se tu é pobre o que eles vão te dar é serviço geral. (Catarina, 20 anos)

As duas jovens problematizam o emprego doméstico, pois ao mesmo tempo em que é uma possibilidade de trabalho disponível, não é o que desejam. Camila destaca que ‘por enquanto’ estaria bom, se não a tivessem explorado como fizeram. Catarina mostra-se mais enfática destacando que deveria ‘jogar a vassoura de lado’ e estudar para ‘trabalhar de outra coisa’, resistindo àquilo que a sociedade capitalista impõe como possibilidade para aqueles que são ‘pobres’ e/ou ‘negros’, como ela traz.

A construção civil é outro setor da economia no qual alguns dos participantes do sexo masculino conseguem se inserir, como era o caso de Antônio (15 anos) que estava começando a trabalhar como servente de pedreiro e de João que trabalhava desde os quatorze anos com o padrasto.

[...] O serviço mais leve que eu trabalhei foi na... o serviço mais fácil foi quando eu trabalhei na loja, numa loja que tem no sul da ilha, aonde tem piscinas. [...] Só, só limpava o pátio assim... limpar né. E... lavava as piscina que estavam penduradas lá nos palanque e... estava aprendendo a vender os produto de piscina, a limpar piscina, assim. [...] Daí depois eu sai de lá, de bobo né. [...] Porque me convidaram pra voltar de ajudante de instalador [de piscina]. Só que ia ganhar mais. Ganhava 450 por mês lá. Aí... nesse outro que me convidaram ia ganhar 40 reais por dia. Por mês podia dar... 600, 700 reais por aí. Por semana ia dá 200 reais. É, 800 reais por mês. [...] ia dá o dobro.[...] Eu voltei pra aquele serviço.[...] Ajudante de instalador de piscina [...] o serviço é atear a piscina, calçar os bancos, passar os canos, ligar o motor da piscina, daí já pula pra outro local, e assim vai. [...] que meu padrasto trabalha faz 7 anos fazendo escavação. Fazendo o buraco da piscina. Daí ele me informou... daí eu comecei a trabalhar. [...] Também eu já fui ajudar ele um monte de vezes pra fazer escavação. [...] mas antes eu só ia pra... quando tinha assim aterro pra tirar, só pra encher o carrinho pro meu padrasto, pra encher a caçambinha...[...] Ganhava 25 reais.[...] Agora eu ganho 35. [...] Por semana dá 200 e pouco, dá quase 800 por mês. [...] o meu padrasto ele pega o buraco, a escavação pra fazer. Aí ele cobra... tipo 350 do dono da loja. Aí eu vou lá ajudo... [...] Só faze a escavação, só isso. [...] Se precisa eu faço sozinho. Já fiz buraco de 5m sozinho...[...] se o cara que coloca a piscina, tem um muro... ele que 2m, tem que tirar 2m ali, aí tem que tira 2m, tirar as medidas que ele que, aí depois tu mede o buraco. Depois tem que

bate nível, tem um monte de coisa. Tu bate o nível errado a piscina sai torta. Mais complicado é o nível.
(João, 16 anos)

João trabalhava desde os 14 anos com o padrasto como ‘ajudante de instalador de piscina’, uma condição que exemplifica diferenças nos modos de vivência da juventude entre os jovens brasileiros. Outro aspecto a ser problematizado refere-se aos direitos ‘à profissionalização e à proteção no trabalho’ previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL,1990). Conforme Mello (1999), a proibição do trabalho aos menores de quatorze anos é ‘uma das maiores contradições entre o Eca e a vida real’. As razões disso, conforme a autora, estão na legitimação do trabalho infanto-juvenil pelo Estado para dar resposta a alguns setores produtivos e na não fiscalização sobre pontos que conhecidamente exploram o trabalho dos jovens, o que corrobora os dados do próprio governo sobre a existência de trabalho de menores de 14 anos.

João estava aprendendo uma profissão com o padrasto e ganhando seu dinheiro, como aparece em seu discurso. No entanto ressalta: ‘o serviço mais fácil que eu tive foi na loja’. O que se observa, como destaca Mello (1999), é a exploração capitalista do trabalho infanto-juvenil e a negação dos direitos constitucionais previstos, além da reprodução e manutenção da divisão entre os diferentes segmentos sociais da sociedade brasileira, que ocupam postos diferenciados no mercado de trabalho. Essa questão tem relação com o que foi trazido por Catarina de resistência aos empregos que estão disponíveis e da necessidade de estudar para conseguir outros postos de trabalho, o que por sua vez não é tarefa fácil.

Se por um lado a participação no mercado de trabalho traz maiores possibilidades de consumo e mesmo de sobrevivência, como foi destacado pela maioria dos participantes, assim como também está relacionada ao respeito e apreço em algumas famílias, por outro lado os coloca cada vez mais em desvantagem em relação àqueles que podem adiar essa inserção no mundo do trabalho e viver o período da juventude como um período de formação profissional voltada para postos de trabalho mais qualificados. Mas é necessário considerar também que o trabalho pode trazer um série de experiências novas, assim como pode ampliar os espaços de circulação destes jovens na cidade para além das localidades onde residem. Juliana no discurso abaixo relata a primeira experiência de trabalho que teve:

Minha cunhada que ligou pra mim. [...] ai ela disse que estavam precisando de alguém, ela me levou lá. Conversei com ele [patrão]. Fiquei uma hora esperando pra conversar com ele. Ora, deu uma raiva. Conversei com ele, ele foi com a minha cara, aí ele já me mandou trabalhar. [...] Já fiquei trabalhando ali. Nervosismo fudido. Tremia que nem, tremia, tremia. Peguei as casquinhas (do sorvete) toda. Ai no outro dia daí não fui, daí eu só fui na segunda feira, que era na sexta feira. Aí depois só fui na segunda. Aí depois na segunda eu fui, também um nervosismo fudido, peguei fui indo, fui indo, peguei o jeito e... [...] porque eu nunca tinha trabalhado. E o medo de fazer errado. O medo de estragar. O medo dele não

gostar, que ele estava só do meu lado ali me olhando. Disse ora, aí quando ele saía ficava mais nervosa ainda, porque o medo de errar e derrubar as coisas nas pessoas. Medo de errar no dinheiro também, ora. Nervosismo fudido daí. E ele saía, só que logo ele voltava, porque ele sabia que eu estava aprendendo. Ainda bem que ele voltava lá, porque eu estava me fudendo toda, tinha hora que ele voltava. Daí já melhorava. E depois eu fui pegando o jeito e ele foi me elogiando, elogiando, e toda vida, sabe? Que eu era uma boa funcionária, nunca faltava dinheiro comigo. E não faltava mesmo, só o dinheiro do lanche assim, que era pra.... Ele foi gostando de mim. Aí eu fui pegando mais, assim coisa com ele, sabe?. A gente foi virando amigo. Virei amiga da mulher dele também. Da outra guria que mandava na outra máquina também. Daí eu fiz amizade com todo mundo. (Juliana, 18 anos)

O trabalho de Juliana era com uma ‘máquina de sorvete’, que ficava no centro da cidade, onde sua função era de atendimento ao público que passava e solicitava o seu produto. Ela fala das situações que vivenciou, do “medo de errar”, do “nervosismo”, mas que conseguiu superar com a mediação do seu patrão. Nesse caso, apesar de ser um trabalho temporário e sem vínculo empregatício, foi uma experiência em que esta jovem pôde ressignificar o não saber, o medo de não dar conta, uma condição daquele que está começando - “porque eu nunca tinha trabalhado”-, mas que também pode estar relacionado com o lugar social desses jovens. Além de enfrentar as dificuldades de estar começando, há também o peso dos estigmas sobre estes pela suas condições sociais, que pode trazer repercussões, tanto no modo como se colocam no mundo do trabalho e as possibilidades que visualizam, assim como na forma como são vistos pela sociedade, que facilita o acesso a alguns postos de trabalho e a outros não, como trouxe Catarina. No enunciado de Camila sobre as dificuldades dos jovens, ela traz a questão dos padrões que são exigidos quando se procura emprego:

Eles julgam muito as pessoas pela aparência. Você vai num emprego pra tu ver uma coisa. Pra ir numa entrevista de emprego tem que ir bem vestido. Que que adianta? Isso não muda o que você é. Acho que aí está um ponto errado. É que nem o meu professor de história sempre fala, tem um padrão de beleza que tem que ser magro e ser alto, tem que ser... entendeu? [...] Fala isso, porque fala que tem muito hoje em dia, e que existe mesmo. Existe, a gente vê. A porque você está um pouquinho acima está fora. Não concordo. [...] Tem uns que tem dificuldade pra estudar também, tem. Enfrenta preconceito por mora em lugar que nem eu moro. (Camila, 18 anos)

Nessa outra fala, de Juliana, podemos observar repercussões desses lugares sociais que ocupam nas possibilidades que visualizam:

Não sei porque eu não gosto assim de ficar num lugar onde tem pessoas assim que são metidinhas a riquinhas sabe. Eu não gosto muito desse tipo de ambiente, porque eu me sinto mal trabalhando assim. Faz alguma coisa de errado já é aquele stress. Melhor trabalhar num lugar simplezinho... do que trabalhar num lugar assim e elas não gostar. É meio ruim né, que eu sou inexperiente, não sei de nada ainda. (Juliana, 18 anos)

Outra problemática observada em relação aos participantes que estavam trabalhando é o comprometimento de sua escolarização, principalmente em função das condições de trabalho nos postos que ocupavam.

Juliana: A escola eu não estou mais estudando. Porque era assim, eu ia trabalhar! Eu tinha emprego. Só que daí se eu trabalhasse não tinha como ir pra aula. Daí eu resolvi trabalhar, só que eu não gostei do trabalho. [...] Daí depois eu vi que fiz a coisa errada. Devia estar estudando, aí não ia estar em casa.[...] Eu parei de estudar! Só que agora vou começar na metade do ano. Que o meu é supletivo, dá pra começar na metade do ano e fazer a oitava série. [...] porque eu estou na oitava série, agora estão pedindo [para trabalhar] o segundo grau, não sei o que. Eu não tenho, só tenho a oitava. (Juliana, 18 anos)

Pesq.: (...) E o que você faz nos seus dias de folga? Que você falou que tem dois dias por semana.

Pedro: Ah, eu aproveito dormir bem. Porque eu acordo todo dia às 6h da manhã. Vou pro serviço com sono e... quase nem agüento. Chego em casa meia noite, até dormir... é foda. Eu fico com um sono do caramba.

Pesq.: E como que está na escola?

Pedro: Ah, está indo. Quando eu estou... disposto a estudar daí... fico na sala. Agora quando estou com muito sono eu não fico na sala. Eu fico na rua pegando um ventinho pra espantar o sono. (Pedro, 16 anos)

No entanto, apesar dessas contradições a maioria dos jovens entrevistados continuava indo para a escola, apesar da qualidade do ensino oferecido e das dificuldades para conciliar com o trabalho. Podemos questionar: o que motiva estes jovens a continuarem freqüentando a escola?

A maioria trouxe a escolarização como uma necessidade para conseguir trabalho, como Juliana no discurso acima: “agora estão pedindo o segundo grau”. Para alguns essa relação era bem marcada, como Catarina quando afirmou que iria estudar para trabalhar com outra coisa. Para outros a relação era mais vaga, pois ao mesmo tempo em que falavam da necessidade de ter “estudo” para conseguir trabalho, afirmavam que tinham dúvidas se continuariam estudando para terminar o Ensino Médio, como relatou Pedro e outros participantes. Provavelmente ecoam nesses discursos diferentes vozes que cotidianamente afirmam o estudo como uma das principais formas de se ter melhores oportunidades de trabalho, mas que na prática não se constitui como uma garantia de melhores condições de vida, principalmente em função da escolarização oferecida para a maioria das crianças e jovens no país e das próprias características da economia brasileira.

Conforme Novaes (2003, p.131), existem alguns mitos sobre as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho, relacionados à escolarização, à inovação tecnológica ou à “onda jovem”, que não se confirmam. Conforme a autora, essa dificuldade enfrentada pelos jovens na atualidade para ingressar no mercado de trabalho está relacionada às duas últimas décadas da economia brasileira, “pois o país não cresceu, não aumentou a produção, não aumentou a riqueza já concentrada nas mãos de poucos e muitos recursos da produção foram desviados para atividades financeiras e especulativas”, o que teria contribuído para o aumento das desigualdades sociais e das impossibilidades de mobilidade social, que

também pode ser visto nas dificuldades relatadas pelos participantes para conseguir um trabalho, ou o trabalho que desejam (ibid).

Conforme Sposito (2005, p.104), baseada em dados do PNAD de 2002, “a taxa de desemprego atinge maiores índices nos últimos dez anos entre aqueles que tiveram acesso à escolaridade média (ensino médio incompleto)”, ainda, que não existe uma relação linear entre o aumento da escolaridade da população jovem e o emprego. “As oportunidades de inserção ocupacional dos jovens continuaram escassas nos últimos anos, independentemente da elevação de sua escolaridade”. Por outro lado, a autora ressalta que há poucos dados sobre o trabalho de jovens com menor escolaridade.

Sposito (2005, p.106) destaca também a necessidade de investigar continuamente as relações entre escola e trabalho do ponto de vista dos jovens, pois apesar do desemprego, “não entram todos em atitudes de abandono, ao menos imediato, de suas pretensões de escolaridade.” Ainda, que

para os jovens brasileiros, escola e trabalho são projetos que se superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhes permitam viver a condição juvenil. Por essas razões, a experimentação e a reversibilidade de escolhas aparecem como fatores importantes para compreender as relações dos jovens tanto com a escola como com o mundo do trabalho, situando-as na dimensão do tempo como uma construção social e cultural em que se articulam demandas do presente e projetos para o futuro. (ibid)

Essas questões trazidas pela autora também estão presentes nas trajetórias escolares de alguns dos participantes, principalmente daqueles que continuavam estudando, apesar de terem abandonado a escola em algum momento, como relatou Catarina, assim como Juliana e como observei em relação a outros participantes, e que retornaram em algum momento posterior.

No entanto, há que se considerar a qualidade da escolarização disponível para estes jovens: se por um lado houve a ampliação do acesso à escola, principalmente a partir da década de 1990, por outro, ela não tem garantido qualidade na escolarização oferecida, o que pode ser visto na defasagem idade/série de todos os participantes, assim como na quantidade destes freqüentando o ensino supletivo “para recuperar o tempo” e na qualidade destes cursos supletivos, assim como da escola regular.

Pesq.: Como que foi fazer supletivo?

Juliana: Ah, foi sei lá. Foi estranho (ri). [...] Porque estava acostumada com a matéria toda, assim, todo ano. Lá só foi metade do livro pro... pro ano todo por metade do ano. [...] eu me atrasei demais, assim. Ai eu era bem... eu estava bem grande na quinta série e ai já fazia supletivo. Minha mãe que escolheu fazer supletivo. Ai eu fiz. [...] que daí assim é melhor. Eles passam bem rapidinho, assim, as pessoas que são mais esforçadas passam rápido. O primeiro grau já vai meio... preparado, que não vai saber tudo. Mais ou menos as coisas, porque estuda a metade! [...] porque assim, a gente tem o livro, o normal estuda o livro todo durante o ano todo. [...] aí o supletivo a gente estuda só até metade. E não é todas as

páginas, é só algumas que elas [professoras] escolhem, aí fica meio assim, meio confuso. No primeiro grau a gente não vai entender quase nada.

Pesq.: E se você estudar as partes que elas não dão?

Juliana: Ah não ia entender (ri). [...] porque as partes que eles não dão, eu sei lá, ia ficar difícil sem uma explicação de uma professora. [...] eu já li o livro todo de português. Quando deu a greve dos professores eu li o livro todo de português, quase tava lendo o livro todo de história também. [...] só ficar lendo o livro é ruim. Eu queria estudar. (ri) [...] queria estudar com os professores, sair de casa. Ficar só em casa lendo é meio ruim. E também não tinha tanto tempo pra ler, quando estava lendo, quando sentava na mesa pra ler minha mãe ficava enchendo meu saco, tinha que sair da mesa e fazer o que ela queria. E nunca dava tempo de fazer alguma coisa. Que eu já tentei fazer isso, eu lia a história e interpretava ela. Assim eu ficava melhor em português. Ainda que eu fui a melhor aluna de português até um certo ponto, porque depois comecei a ficar revoltada com os professores e aí já não deu mais. (Juliana, 18 anos)

A qualidade do ensino supletivo oferecido não passa despercebida neste caso: “O primeiro grau [ensino médio] já vai meio... preparado, que não vai saber tudo. Mais ou menos as coisas, porque estuda a metade”. Os próprios jovens sabem da qualidade do ensino oferecido, apesar destes em sua maioria não terem problematizado essa questão, provavelmente uma situação vista como natural. Nesse enunciado de Juliana também estão presentes as condições que enfrentam para estudar, tanto na escola como em suas casas.

No entanto, as situações que demonstraram a precariedade do ensino oferecido são as mais diversas, como o caso de Antônio que retornou à escola e em um ano completou a 7ª e a 8ª séries, freqüentando a escola de segunda a quinta feira, com um professor para todas as disciplinas de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental. Se por um lado isso traz a possibilidade de conseguir um certificado de conclusão do ensino obrigatório, que tem certa importância tanto para o sujeito que finalmente consegue concluir uma etapa escolar que havia abandonado, como foi o caso deste jovem, por outro não dá condições para que estes jovens se apropriem efetivamente de conhecimentos que poderiam lhes instrumentalizar frente a realidade que enfrentam.

Destaco o discurso de uma das participantes que afirmou querer ser professora no colégio da localidade onde morava:

[...] eu quero ser professora, já falei isso. [...] Ah, eu quero, pra mudar esse colégio. [...] Lá em cima no grupo. [...] Eu quero dar aula pro primário, de primeira a quarta série. Porque lá em cima eles passam. Se você está na segunda série e tu não sabe ler as professora passam, só pra não ter aquele trabalho no ano que vem. Se tem alguma criança com dificuldade na leitura, na... tem uma criança com dificuldade, pra eles não ter o trabalho do ano que vem, pra não ficar com aquela criança dois anos, eles passam, já querem passar o trabalho pra outra professora. Aí passam aquela criança pro primeiro, pro segundo, pro terceiro, chega na quarta série sem sabe nada. [...] eu fico com... com raiva. Ter um colégio tão bom quanto tem lá em cima, e mais de... vaga pra 500, pra 600 alunos, só tem 200. [...] todo mundo que estuda aqui em baixo por causa disso, dos professores, ao meu ver é isso. O pessoal de *Cravo*, entende, ninguém estuda lá em cima. Todo mundo estuda aqui nos colégio aqui em baixo. só estuda lá em cima o pessoal do *Lírios*. De 200, 150 é do *Lírios*. [...] porque o pessoal do *Lírios* vem de fora. Até se estabiliza, até achar um lugar pra ficar, o colégio é mais próximo, entendesse? E a diretora aceita qualquer aluno. Pode ter a quarta série, pode ter 25 anos está na quarta série, ela aceita. Aqui em baixo eles não aceitam isso. (Catarina, 20 anos)

Neste caso, entre outras questões, Catarina destaca a necessidade de uma escolarização que garanta o aprendizado de determinados conhecimentos. Não interessa passar de ano, é preciso aprender. No entanto, o modo como estes participantes se relacionam com o ensino escolar disponível, não raro, demonstra que muitas vezes há uma relação instrumental com o conhecimento.

Além da escolarização como uma necessidade para conseguir trabalho, a maioria também ressaltou a escola enquanto lugar que possibilita relações, encontros entre pares, que também é indicado por Juliana ao falar que não queria ficar estudando em casa, mas desejava frequentar a escola. Em alguns casos a escola também se apresenta como espaço de referência no cotidiano de alguns destes jovens, como podemos ver nesse discurso de Joana:

Joana: [...] A gente sai tudo pra escola de manhã. Deixa a casa sozinha. A mãe trabalha e minha irmã também trabalha. Daí todo mundo vai pra escola. Vão daqui, vão tudo aqui em cima. E eu e a *Tatiana* lá no centro. [...] Aí vem pra casa meio dia e pouco estamos tudo aqui em casa. Faz almoço pra piaçada, vão tudo pro projeto. (Joana, 17 anos)

Mas a escola também aparece como possibilidade de ampliar a participação desses jovens na cidade, como podemos ver em alguns casos:

Pesq.: E como que você descobriu que tinha o CIC [Centro Integrado de Cultura], que ali tinha os filmes, cinema?

João: Passei por ali e daí uma vez também fui no passeio da escola ali, ver um teatro. (João, 16 anos)

Destaco esse discurso de Pedro pois revela um papel importante que a escola pública pode ter no incentivo à participação em diferentes práticas culturais, na ampliação do acesso à cidade, através da participação em diferentes espaços que esta apresenta. Neste outro discurso de Juliana essa questão também está presente.

Pesq.: E os lugares que você conheceu quando chegou aqui, tem algum que te marcou? Que você lembre?

Juliana: Quando eu cheguei aqui? [...] ah, nem sei. Faz tanto tempo. Eu fui uma vez no planetário, só que já tinha um tempo, já estava estudando, tudo. Foi uma vez que eu fui no planetário. Eu nunca tinha visto assim, um planetário. Nunca tinha visto. Fiquei impressionada.

Pesq.: Você foi com o pessoal da escola?

Juliana: Ahah, a gente foi fazer um passeio. A gente foi lá, eu adorei aquilo. Sai de lá, sai de lá pensando que já estava noite, sabe. Que daí eles escurecem dizem que já era noite, depois clareia, diz bom dia. Eu fiquei toda assustada também. Muito legal. Nunca me esqueço desse primeiro dia, por isso que eu já gosto assim de ir no planetário. Pra lembrar o primeiro dia que eu fui lá. Muito legal. (Juliana, 18 anos)

Nestes casos está em questão a apropriação da cidade e das possibilidades que esta oferece, apesar das restrições geralmente impostas a estes jovens. O planetário é um espaço da UFSC que desenvolve várias atividades abertas tanto para as escolas, quanto para a comunidade em geral.

A circulação pela cidade e apropriação desta pode ser facilitada para aqueles que trabalham, estudam ou participam de algum projeto social fora da localidade onde moram, como observamos em relação a outros participantes.

Pesq.: E como que você conheceu essas praias?

Pedro: Ah, através do [projeto do] Ministério e também do [projeto] da igreja ali, também fazia saída. A gente ia nas praias, cachoeira. Lá do Santo Amaro da Imperatriz.

Pesq.: Você conheceu as praias através dos projetos então?

Pedro: Ahah.

Pesq.: E com a sua família, você já foi alguma vez?

Pedro: Só ai naquela prainha, do coiso ali [Beira-Mar Sul]. (Pedro, 16 anos)

Juliana: (...) Fui andando pela cidade pra ver. (...) Eu saía a tarde assim, quando não tinha nada pra fazer, ou ia passear, ver as coisas, conhecer um pouco também. Aí que eu conheci esse Parque da Luz, conheci o mirante, conheci um parquinho também que tem lá perto das Americanas, que tem tipo um negócio lá pras pessoas ficar namorando lá. (...) mas agora não vou mais. Agora se eu for eu tenho que ir com ele [marido].

[...] Quando o projeto começou. (...) Antes, eu não saía lugar nenhum. (Juliana, 18 anos)

Essa questão de andar pela cidade para conhecê-la foi observada durante o ano de 2006 quando estes jovens freqüentavam o “projeto social” no centro da cidade, sendo que recebiam vale transporte para ir até o local, o que possibilitava a circulação por lugares outros que não o projeto, como aconteceu com alguns jovens que em determinado momento iam caminhando até o projeto e usavam o vale transporte para conhecer a cidade, como foi o caso de Pedro.

Pedro: Aquela época lá, meu deus. Foi de enjoa. (...) Eu ia de ônibus e... daí conheci tudo já. Quase tudo. (...) naquela época eu nem sabia onde que ficava a penitenciária. Agora eu sei.

Pesq.: E como que você fez pra conhecer?

Pedro: Como eu fiz? Ah, eu passava de ônibus. (...) Ingleses, Canasvieiras, Lagoa da Conceição. (...) Só fui de ônibus e depois voltei de ônibus. (...) era legal pegar ônibus. Ficava só sentado né. (...) O João me deu a idéia. (...) a gente ia a pé pra escola. Aí ele teve a idéia vamos pegar o ônibus. Ah, depois só comecei pegar o ônibus. (...) às vezes ia pra escola, ou pra praia mesmo. (...) o ano passado, a gente foi umas dez vezes pra praia, até bem mais. Uma vez... aquela vez lá eu e o Antônio, a gente foi um dia que estava quase chovendo. Pra praia. (...) a gente foi até metade lá da praia. Aí entramos na água e começamos a nadar. Depois da água viemos pra casa. (Pedro, 16 anos)

Esse jovem relata que conheceu ‘tudo’: ‘passava de ônibus’, antes não sabia nem onde ficava a ‘penitenciária’, que está localizada no bairro Trindade, próximo ao Maciço do Morro, onde morava. Importante relembrar que, embora estivesse morando em Florianópolis desde 1997 foi somente em 2006, com 15 anos de idade, que Pedro pode se deslocar pela cidade e conhecer Florianópolis. Destaca-se a condição de restrição nos espaços de circulação vivida por este jovem até aquele momento, provavelmente a mesma realidade de muitas crianças e jovens na cidade que, como ressalta Santos (2006), apesar de viverem numa cidade global vivem a cidade como se fosse uma cidade local.

Esse fato marcou durante o projeto em 2006, pois em determinado momento a mãe de Pedro ficou sabendo que ele estava faltando à escola e ligou no projeto para a coordenação para saber se ele continuava participando. Uma das preocupações dessa mãe era que ele estivesse envolvido com ‘drogas’ e com ‘más companhias’, pois não via outra explicação. Pedro, por sua vez, relatou que não sabia o que falar em casa, pois indicou ser uma situação constrangedora e difícil de explicar que ficava andando de ônibus, o que poderiam não acreditar. Situação que remete aos direitos de participação e apropriação da cidade onde vivem, mas que não são reconhecidos como tal, já que as cidades estão organizadas de acordo com a circulação dos cidadãos enquanto produtores e consumidores.

Enquanto os projetos sociais podem ser vistos pelos pais/familiares, e pela própria sociedade, como uma forma de manter esses jovens afastados das ruas, neste caso havia uma contradição, pois estava ampliando as possibilidades destes de circularem pelas ruas da cidade, que assim como podem ser vistas como lugar de perigo, também podem ser local de encontros, de descobertas e de apropriação da cidade onde moram, como discute Castro (2004).

Esse caráter dos projetos como uma forma de afastar os jovens da criminalidade está impregnada em diversos discursos sociais, os quais são reproduzidos por alguns desses jovens, como podemos ver no discurso de José:

Pesq.: E os projetos sociais, o que você acha desses projetos?

José: Acho legal né, porque tem uns que tiram a gente das drogas. Tem uns que quando está se metendo com isso eles vão lá, tiram tu disso.

Pesq.: Você já viu alguma coisa assim?

José: Já. Eu principalmente se eu vivesse ali em *Lírios* ainda estava virado num drogado. [...] Se não fosse eu conhecer esses lugares, a universidade, esses lugares assim pra mim andar, ter amizades assim, eu estava virado num drogado. [...] porque lá em *Lírios*, se eu ficasse lá os guri iam me convidar pra sair assim, iam querer roubar. Fazer um monte de coisa. Daí quando eu vinha pra cá [universidade], encontrava com um e com outro, nem via o tempo passar. (José, 15 anos)

José anuncia a possibilidade dos projetos “tirarem” os jovens da criminalidade, mas ao ser questionado se conhecia alguma situação em que isso ocorreu fala do período que circulava pela UFSC onde conheceu estudantes com os quais fez amizade e que o recebiam em suas casas, inclusive para dormir, pois José costumava sair de casa e ficar na rua, como sua mãe mesma relatou. Nesse caso, além de indicar a importância de estar longe daqueles que se envolvem com práticas ilegais para não ser convidado a participar destas também, existe a questão de ter a oportunidade de ocupar o tempo com outras atividades e com pessoas de diferentes lugares, como acontecia com José que convivia no meio universitário com pessoas que vivem em outras condições, tanto econômicas quanto culturais.

Outros participantes também destacaram a “importância” desses projetos:

Juliana: [...] o que falta pra eles [jovens] é ter alguma coisa assim que eles se divirtam fazendo, né. Que eles vão e gostem, que eles vão de novo, vão de novo e esqueçam da... crime, essas coisas. Que nem tipo assim dum projeto como o Aroeira, por exemplo, o Aroeira tá trazendo bastante jovens da comunidade e tirando eles do, daquele, daquela violência. Eles já fazem alguma coisa, já gostam daquilo. Antes eu já convivi com pessoas assim sabe, que estavam na criminalidade assim, e eles falaram depois que eu fui pro Aroeira, eu larguei tudo lá, agora tá melhor, aqui é muito bom. Continuavam vindo assim. Isso que eu achei legal, porque o Aroeira dá oportunidade pras pessoas. Eu não sei, mas dá uma bolsa de 150 ou 100 reais, não sei, antes era 150. Aí, aí eles iam, só que eles iam só por causa do dinheiro, algumas iam por causa do dinheiro, porque não tinham trabalho e tinham que sustentar o filho, aí tinha que comprar leite. Todo mundo fala em leite, sabe, parece que, parece que, credo. Aí pegavam o dinheiro e iam direto comprar as coisas pros filho delas. Nunca pra elas assim sabe. Já pensavam no filho, porque elas eram novinhas, tinha umas super-novinhas, bonitas assim... grávidas. Eu ficava impressionada. Quem é o pai né? vai sabe quem é o pai dessas criança que estão aí perdidas. O Aroeira era uma coisa boa. (Juliana, 18 anos)

Projeto Aroeira, trazido por Juliana, foi o nome que recebeu o ‘Consórcio Social da Juventude’ em Florianópolis, “um Programa do Governo Federal, desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no âmbito do Primeiro Emprego, que visa possibilitar a jovens entre 16 e 24 anos, em situação de vulnerabilidade social, o aumento da auto-estima e da compreensão da realidade sócio-cultural, o compromisso comunitário e cidadão e a inserção no mundo do trabalho” (AZIBEIRO E PERASSA, 2007, p.1). Este programa foi iniciado em Florianópolis no ano de 2005-2006 quando envolveu 1200 jovens. Na segunda edição em 2006-2007 também atingiu mais de mil jovens, de quase cinquenta localidades da cidade, conforme as autoras.

Conforme dados do site deste projeto:

(...) Os Consórcios são uma forma de atuação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) do Governo Federal que visa elevar o nível de escolaridade e qualificação profissional dos jovens. O objetivo do Aroeira é promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para os jovens em situação de maior vulnerabilidade social, por meio da mobilização da sociedade civil organizada.

(...) Os critérios de participação priorizam jovens com baixa renda familiar, desempregados, que frequentam alguma instituição de ensino ou já concluíram o ensino médio. Afro-descendentes, indígenas, portadores de deficiência, trabalhadores rurais e jovens em conflito com a lei têm preferência para participar do programa. (disponível em: <http://www.ccea.org.br/aroeira.php>)

Juliana trouxe várias questões relacionadas com os projetos voltados para esses jovens, como a possibilidade de ocupação com algo que “gostem”, e com isso “esqueçam” do crime: projetos que tiram esses jovens da “violência”, como também foi salientado por José. Conforme Sposito, Carvalho e Silva & Souza (2006), as políticas públicas voltadas para a juventude surgem a partir da década de 1990 através de ações tanto do executivo federal quando do municipal, mas continuam reiterando as “problemáticas da vulnerabilidade, do risco e da violência”, ou seja, as políticas de juventude no Brasil aparecem como um aspecto

da questão social e não a partir da ‘constituição de um espaço de visibilidade da condição juvenil moderna, incluindo sua diversidade, e uma concepção ampliada de direitos’. Além disso, a visibilidade dada aos jovens ‘pobres’ principalmente, ‘agravada por um clima de insegurança social, engendra demandas de controle e de disciplinamento de sua conduta’. Conforme os autores, os discursos dominantes ainda se inscrevem numa lógica de que ‘as iniciativas públicas devem prevenir ou conter a violência e as condutas de risco de jovens de camadas populares’. A antiga idéia do ‘menor’ continua prevalecendo agora com outras designações: “Verifica-se agora a cisão entre adolescentes ‘vulneráveis ou em situação de risco’ e os jovens. Estes últimos começam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos – plenos e legitimados pela sociedade – e os ‘outros’, até recentemente cunhados por ‘menores’, seriam objeto de ações reparadoras ou preventivas de sua provável delinquência” (ibid, p.243).

Juliana também traz a questão da ‘transferência de renda’ através desses projetos, pois ao mesmo tempo em que os jovens deveriam gostar para que continuem freqüentando e esqueçam do crime, alguns freqüentavam o projeto somente por causa da bolsa, já que não tinham trabalho e precisavam sobreviver e manter a família, no caso das jovens com filhos. Como destaca Novaes (2003), aliado à transferência de renda através dessas bolsas para participar nos projetos é necessário garantir o acesso à educação de qualidade, o acesso ao mercado de trabalho, apoiar as diferentes ocupações de geração de renda, além de trabalhar com a construção de ‘laços afetivos e identitários’. O desafio, conforme a autora, está em como ‘inscrever’ essas questões no âmbito dos direitos e garantir que estes projetos se transformem em políticas públicas.

Camila também destacou a importância dos projetos, ao ser questionada se os jovens tinham alguma espécie de apoio diante das dificuldades que enfrentavam:

Falando por mim, de onde eu moro, eu acho que a gente não tem isso, a gente tem... a gente tem muita gente pra te puxar o tapete. É por isso que é importante esse negócio que teve no Ministério [projeto do qual participou em 2006], porque abriu caminho pra... pra estudar, pra... trabalho. [...] Devia ter mais... mais essas coisas assim, porque isso ai ajudar bastante. Que aí o pessoal já está meio desanimado não consegue nada, acaba caindo né. Vai fazer o que? Não tem estrutura, não tem ninguém que ajude, não tem ninguém... é mal cara, é mal. Tem que ter mais isso. Acho que ia ter menos gente na rua. (Camila, 18 anos)

Diante das condições de ausência de direitos sociais os projetos podem trazer outras possibilidades, como destaca Camila. Além disso, podem trazer novas perspectivas para esses jovens diante do desamparo legal. Suzana também fala sobre os projetos nas localidades:

Pesq.: E o que teria que acontecer para que a cidade fosse melhor para viver aqui?

Suzana: Ah, eu acho que as autoridades têm que tomar alguma atitude né. Porque se eles não tomam uma atitude, vai continuar do jeito que está. Não adianta só bota as polícias nas comunidades. Tem que botar mais escola, tem que botar... mais cultura pras criança e os jovem pode tá né, não entrando nessa vida pra não gerar mais criminalidade né. [...] esporte, algumas aulas diferentes. [...] aulas que os jovens, que os adolescentes gostem. Que não tem oportunidade em alguns locais, algumas comunidades. [...] algumas até de informática. De surf, de judô, muitas crianças gostam e não tem acesso. Não tem onde fazer e em outros lugares é pago e às vezes não tem condição de paga. (Suzana, 22 anos)

Essa jovem traz a necessidade de atuação das “autoridades”, do poder público, referindo-se aos problemas vivenciados por quem mora nas “periferias” da cidade e enfatizou a importância de ações não apenas através da polícia, mas também na ampliação do acesso à educação, através de escolas, e de atividades culturais. Essa é uma questão fundamental, que deveria ser considerada no âmbito dos direitos previstos na legislação sobre as condições necessárias para o desenvolvimento das crianças e dos jovens, no entanto, também podemos observar que o discurso dessa jovem ainda mantém outros discursos que vêm a necessidade de intervenções para que as pessoas não entrem na criminalidade.

Embora concordem com as reivindicações de jovens como Suzana, Sposito, Carvalho e Silva e Souza (2006) problematizam as práticas culturais, assim como as esportivas, no âmbito das políticas públicas para Juventude quando estas possuem um ‘caráter instrumental’, ou seja, possuem

objetivos estranhos ao mundo cultural e dos esportes. Não se trata de negar que práticas culturais e esportivas produzem benefícios amplos para aqueles que a praticam (auto-estima, construção de identidades, possibilidades de agregação e de participação, entre outras). Outra lógica ocorre quando o objetivo é conter a violência, agressividade, comportamentos ameaçadores e, portanto, utiliza-se da arte e do esporte para obter algum benefício de outra ordem, esvaziando-se as metas inerentes à atividade. Quando a prática cultural ou esportiva aparece apenas como um instrumento para outros objetivos, em geral, ela pouco agrega de competências específicas, técnicas e materiais necessários. Sempre pode ocorrer um verdadeiro simulacro da expressão artística ou esportiva, disseminando-se projetos com poucos materiais ou recursos, sendo empreendidos por pessoas pouco capacitadas. (ibid, p.244-245)

Joana trouxe uma situação em que aparece essa problematização feita por Sposito, Carvalho e Silva e Souza a respeito das práticas esportivas voltadas para outros fins que não os esportivos. Segundo Joana, seus irmãos participavam de um ‘projeto’ desenvolvido na localidade *Lírios* por uma professora ‘de corrida’, como ela chamava.

Joana: [...] eles fazem a corrida. Se eles treinam, correm bastante... daí fazem a corrida. Eles vão viajar também.

[...] Pesq.: Como que você ficou sabendo desse projeto?

Joana: Por causa que ela[professora] veio uma vez aqui em casa, convidou a piazada pra ir na corrida. Ela colocou o nome de todo mundo, menos eu. Colocou o nome da minha irmã mais nova que eu, a Tatiana, e dos pequeninhos. Aí só ficou eu, a Tarsila e o Cassiano, esse aqui [que estava em casa no dia da entrevista]. Só nós três que ficamos em casa, o resto foi tudo pra corrida. Agora tão tudo na corrida, colocaram até a Tarsila junto também, aquela bem pequeninha. Daí ficou eu e a Tatiana. Quando eles saem ela fica comigo.

Pesq.: (...) que dia que eles vão para o projeto?

Joana: segunda e quarta. (...) das 6h da tarde até as 7h. É uma hora cada corrida.

Pesq.: E aonde é que eles correm?

Joana: Aqui em baixo no ponto de ônibus, quase até lá no final da rua que desce lá embaixo, depois voltam. [...] Daqui do ponto final, daquela igreja ali embaixo, eles vão até lá no fundo, não descem ali no *Rosas*, aquela descida ali. Depois voltam de novo. (...)

[...] Pesq.: E eles gostam?

Joana: Eles ganham roupa e calçado, o uniforme pra correr. Daí eles vão viajar. Eles viajam, vão todos os lugares.

Pesq.: Já viajaram alguma vez?

Joana: Por enquanto ainda não. [...] Eles começaram no final do ano, quase no meio quer dizer. (Joana, 17 anos)

Destaco essa fala por trazer um exemplo de “projetos” oferecidos a jovens e crianças de baixa renda, marcados por práticas assistencialistas e provavelmente sem condições adequadas, enquanto os direitos desses jovens/crianças continuam sendo negados. Ao questionar se os irmãos gostavam de participar, Joana destaca que ‘eles ganham roupa e calçado, o uniforme para correr’ e que ‘vão viajar’, apesar disso não ter acontecido até aquele momento. Provavelmente esta não é uma prática de ‘projetos’ isolada. Destaca-se também que muitas dessas práticas passam a ser vistas por alguns desses sujeitos como naturais.

Os “projetos” referidos pelos jovens abarcam uma diversidade de propostas e objetivos, geralmente não problematizados por estes. A partir dos ‘projetos’ que conhecem, esses jovens atribuem sentidos, como de “projetos para ajudar os jovens que vivem na comunidade”, como destacou Juliana, assim como Pedro no discurso sobre os projetos que conhecia:

Pedro: Ah que em vários lugares tem o Pro Jovem, o Aroeira, pra ajudar os jovens que vivem na comunidade.

Pesq.: Você fez algum outro, além do projeto do MPF?

Pedro: Fiz o da igreja ali do Rosa. (...) Tem o da igreja que eu fiz, o do futebol e esse do Ministério.

[...] Pedro: Eles ensinavam lá sobre religião, fazia os deveres... eles tomavam conta da gente. Daí chegava na hora de ir embora eles liberavam a gente pra ir embora.

Pesq.: Que idade que você tinha? Quanto tempo ficou lá?

Pedro: 6 anos. Fiquei 5 anos lá. Fiquei até os 14 anos. [...] Todo dia. Do meio dia até as 5 da tarde. (Pedro, 16 anos)

Quando Pedro foi participar do projeto do “Ministério” que ele cita, na entrevista sua mãe falou da necessidade de ter estes projetos para poder deixar os filhos em lugar seguro. Isso marca as expectativas de alguns desses jovens e familiares em relação aos projetos, diretamente relacionadas com o que estão habituados a encontrar. Muitos desses ‘projetos’ passam a ocupar o tempo destes jovens sem propostas pedagógicas ou de formação cultural efetivas, que contribuam para a formação dessas pessoas numa perspectiva que amplie a ‘potência de ação’ diante das condições em que vivem. Além disso, podemos ver que Pedro reproduz um discurso de que os projetos são para ajudar os jovens que vivem na comunidade,

sem problematizar essas práticas, diferente do que pode ser visto no discurso de Catarina, ao falar sobre as dificuldades dos jovens:

Catarina: É, a dificuldade de oportunidade, porque as pessoas dão... é que nem esse projeto, que a gente está fazendo aqui, né, no PADI, o Programa de Responsabilidade... eles dão... você trabalha um ano, você sabe que é só um ano. Depois acaba, esquecem do jovem. Acabou. Dão a oportunidade de um ano, mas acaba. Eu acho que, tinha que dar uma oportunidade, mas tinha que ser pra sempre. Lembrar, saber onde está. Estar junto. Eu acho que tem que... muitos programas não valem. Eu digo, eu fiz aquele programa [do Ministério] ali, me arrependi tanto, tanto, que foi um tempo perdido. [...] Porque ela [coordenadora do projeto] deu só o almoço do SESC. O que que ela dava, ela dava o café, deu os cursos tudo bem. Mas hora, agora deu, cada um que se dane. Cada um que se vire. Não é assim, pelo amor de Deus gente. Todo mundo parou a vida pra fazer aquele curso. Ah não, fiquei muito chateada. Depois em casa pensando, refletindo, meu Deus. Movimenta tudo, né? [...] a gente parou tudo seis meses certinho pra fazer aquilo.

Pesq.: E qual que era a sua expectativa?

Catarina: A minha expectativa, não era nem tanto de serviço, digo assim, de poder contar, né? Com ela [coordenadora do projeto]. O Ministério Público em si. Entendeu? Um dia precisar de uma coisa ir ali. Não é só pedir também. De precisar ir ali, de conversar. O Ministério estar aberto pra gente. A gente ficou seis meses entrando e saindo dali. Mas não, a gente chega ali as portas estão fechadas. Acabou, fechou aquilo. Seis meses e pronto, agora cada um que se vire. Ficou assim. Eu achei isso muito... ai, muito desumano. Não liga, pra que pegar o telefone? Pegou o telefone de todo mundo. (Catarina, 20 anos)

Nesse discurso Catarina problematiza várias questões referentes à participação em projetos, entre estas, traz a necessidade de continuidade, que implica em políticas públicas voltadas para a juventude de baixa renda. Ao mesmo tempo em que se posiciona criticamente, também reproduz expectativas assistencialistas. Por outro lado, são expectativas que vêm das práticas que conhecem, pois a quem estes jovens podem recorrer já que seus direitos não estão garantidos e o que se apresenta muitas vezes são propostas de ‘projetos’ que mantêm o caráter assistencialista? Que outras possibilidades existem além destes projetos?

Um dos sentidos que aparecem na relação destes jovens com os projetos é da possibilidade de conseguir trabalho a partir dos cursos voltados para o mercado de trabalho que são oferecidos, como destaca Catarina ao ser questionada se já havia participado de outros projetos além dos que havia citado:

Ah, já participei de outros projetos! [...] Eu já participei é... Oriundos dos Quilombos, que era do padre Vilson. Fiz bastante curso com ele. Até os cursos que eu tenho é por causa dele. De operadora de telemarketing, de informática, curso de vendas do SENAC eu fiz por causa dele. [...] Era assim, a gente se reunia todo sábado e ele ia atrás... como que eu vou dizer? Não oferecia serviço. Ele oferecia curso pra pessoa botar no seu currículo, pra ir atrás de serviço. Que o pessoal precisa de curso, pra ir atrás de serviço. Fazer algum aperfeiçoamento, então era isso mais ou menos. E quando surgia algumas vagas as pessoas iam. (Catarina, 20 anos)

O Padre Vilson que Catarina cita é conhecido na cidade pelo seu trabalho nas localidades de ‘periferia’ de Florianópolis. Atualmente é um dos coordenadores do Projeto Aroeira e também foi destacado pela maioria dos participantes dessa pesquisa e seus familiares. Araújo (2004) discute a trajetória do Padre Vilson, ‘padre progressista e defensor

da teologia da libertação', nascido em Brusque/SC, filho de trabalhadores de fábrica, que reside desde 1983 na localidade Mont Serrat, uma das localidades do Maciço do Morro da Cruz, e continua exercendo o ministério.

João também traz a participação em projetos como uma estratégia que pode possibilitar maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Fui lá... conversei com o dono da loja, comecei a conversar com ele... daí levei aqueles meus diplomas que eu fiz ali do curso ali...[...] da Promenor e da professora ali, do... [...] (Pedro, 16 anos)

Conforme Novaes (2003, p.123), há diferentes recortes que interferem na trajetória dos jovens, como as desigualdades sociais, discutido anteriormente, assim como de gênero, de etnia – trazida por Catarina: ser negro e pobre quando vai procurar trabalho -, o local de moradia. Juntamente com essas questões a participação ou não em 'projetos sociais' seria outro critério de diferenciação que 'pode entrar nesse caleidoscópio da inclusão/exclusão'. Conforme a autora, principalmente nas grandes cidades, "faz diferença ser ou não ser 'um jovem ou uma jovem de projeto'".

Para aqueles que têm acesso, os projetos podem contribuir para a superação de certas marcas de exclusão por meio do aumento da escolaridade, da capacitação profissional, da consciência étnica, de gênero, de pertencimento local comunitário, conforme a autora. Por meio deles, uma parcela dos jovens pode inventar novas maneiras de sociabilidade e integração societária, que resultem em determinadas modalidades de inclusão (NOVAES, 2003, p.124). No entanto, nem todos os projetos conseguem dar conta dessas questões, ou as tratam de forma bastante diversa e não necessariamente adequada.

Diante do contexto em que estão inseridos, estes jovens buscam diferentes estratégias de sobrevivência, mas os impactos das condições em que vivem, demarcam suas trajetórias, como se observa na fala de Catarina:

Pesq.: Em você mesma, tem alguma qualidade que você mais gosta?

Catarina: Ah eu tenho, me acho uma pessoa inteligente.

Pesq.: E tem alguma coisa que você menos gosta?

Catarina: Ah, eu não gosto... ai...ai eu não gosto porque quando eu crio muita expectativa com as coisa, depois me decepçiono.

Pesq.: E como que você gostaria de ser?

Catarina: Ah, eu gostaria de não levar as coisas tão... entendesse? Não achar que... que... é... que vai ter outro jeito. É aquele e é aquele jeito e pronto né. É claro que não vai ter.

Pesq.: Como assim?

Catarina: É, assim, de vez em quando eu crio expectativa. Disseram pra mim que vai ser um ano, mas eu sempre acredito que eu vou conseguir mais um ano, e mais um ano, entendesse? Queria não, é aquilo e é aquilo e pronto, né, pensar naquilo.

Pesq.: Por que você queria acreditar nisso?

Catarina: Ah, porque a gente só se decepçiona. A gente acredita, né? Queria não ter mais tanta expectativa.

Catarina está se referindo ao estágio que estava realizando na Assembléia Legislativa, o qual tinha previsão de duração de um ano. Também explicita como se relaciona com as condições em que está inserida, do reconhecimento de si como uma pessoa inteligente, o que possibilita que ela continue resistindo à lógica que tenta impor a esses jovens condições de subalternidade, mas ao mesmo tempo sentidos que ela atribui às experiências de frustração que vivencia, explicitando que gostaria de acreditar que vai ser assim mesmo e não criar expectativas de que vai conseguir novamente.

Essas experiências impostas pelas restrições a que estão inseridos são significadas pelos participantes singularmente, além disso, a forma como se apropriam das dificuldades que encontram vai aumentando ou diminuindo a ‘potência de ação’ diante das questões que enfrentam. No caso de Catarina, a jovem destaca que não gostaria de ter tanta expectativa, pois só se decepciona. Mas se por um lado isso lhe traz decepções e frustrações, por outro isso lhe permite resistir e lutar pelas condições sociais que deseja.

Se acompanhássemos a trajetória vivida por cada um destes jovens, poderíamos observar como cada um vai se posicionando frente às condições e restrições que encontra. João em 2006 desejava fazer curso técnico do SENAC, conforme relatava, assim como via a possibilidade de entrar para o exército com o objetivo de se profissionalizar e assim buscar outras possibilidades de trabalho e estudo, mas durante a pesquisa em 2007 já estava casado e com outros objetivos mais voltados para a sobrevivência imediata. Outra situação pode ser observada na fala de Pedro:

Nem sei o que eu quero ser da vida ainda. Meu sonho era ser jogador de futebol, mas... se fosse pra se jogador de futebol tinha que estar numa escolinha né, fazendo uma escolinha. Agora já... já é tarde. Não sei ainda o que eu quero ser. (Pedro, 16 anos)

Como foi destacado até aqui, a escola, o trabalho e os ‘projetos sociais’ ocupam lugares significativos na história dos participantes, pois podem trazer outras perspectivas, apesar de nem sempre serem efetivadas, mas também permitem a inserção em diferentes espaços sociais. No entanto, é necessário considerar também outras práticas das quais participam e que se instituem como lugares de encontro com outros, como as festas e as atividades de lazer no tempo livre.

A ocupação do tempo livre pelos jovens e a participação em atividades de lazer também estão diretamente relacionadas com as relações destes jovens na/com a cidade e com a vivência do tempo da juventude, assim como está demarcado pelas bases econômicas desiguais que implicam nas “possibilidades de acesso, experimentação, consumo e criação

dos mundos da cultura, do lazer e do tempo livre” (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005, p. 176).

João foi um dos participantes que problematizou a falta do que fazer na cidade no tempo livre:

João: Esses bairros eles podiam colocar campo, alguma coisa assim pra se divertir. Parque. Podia ter... ora, como que uma cidade dessa não tem evento assim, bastante evento?

Pesq.: Que tipo de evento?

João: Parque de diversão, circo.

João: ... diversão você tem só na praia. [...] Cidade que não tem um parque de diversão, [...] não tem nada pra se divertir, ou tu vai pra uma festa ou tu vai pra praia. Ou tu fica em casa. O que vai fazer na rua, vai caminhar? Não tem nada pra fazer. Que muita gente fica aqui porque tem trabalho né. Aí trabalha a semana inteira, chega sábado e domingo só vai descansar, não tem aonde ir. Se a professora perguntar aqui na cidade onde eles costumam ir? Nas praias e nas festas. [...] (João, 16 anos)

Esse jovem enfatiza as poucas possibilidades de diversão na cidade, referindo-se àquilo que vivencia: ‘trabalha a semana inteira, chega sábado e domingo só vai descansar, não tem aonde ir’. Existe a reclamação da necessidade de outras atividades que possibilitem ocupar o tempo livre da rotina de trabalho e das obrigações sociais que, conforme João, em Florianópolis podem ser encontradas apenas nas festas e nas praias, enquanto que deveriam existir outras atividades culturais. Essa restrição nas possibilidades de diversão trazida por João indica tanto a situação econômica desses jovens que inviabiliza o acesso àquilo que a cidade oferece, quanto a ausência de políticas públicas que promovam ‘cidadania cultural’ (BRENNER et al., 2005, p. 177), que impliquem na criação de “condições de produção cultural, esta compreendida como acesso a produtos, informações, meios de produção cultural coletiva”, para além de práticas culturais homogeneizadoras, que reforçam ‘guetos de identidade’.

Em outra fala sobre as dificuldades que os jovens de hoje enfrentam João retomou o problema de não ter nada para se divertir:

João: Drogas, violência. Acho que é isso. Drogas que eu falo é também bebida alcoólica, que eles... acho que muita gente bebe pra se divertir, não tem nada pra fazer, nada pra se divertir. Aí vão nas festas pra se divertir, bebem, fumam droga pra se sentir alegre, é isso. Também muita gente rouba pra... poder ir nessas festas, que não tem dinheiro. Um monte de gente fazia isso. [...] rouba a casa de alguém assim, rouba uma televisão, vende baratinho. Pega o dinheiro e vai pra uma festa.

Pesq.: E por que você acha que os jovens tem que beber assim, ou tem que fumar pra ficar feliz?

João: Porque não... não tem com que... porque fica feliz. [...] É, não tem nada que fazer aqui nessa cidade. [...] ah, eu acho que não é o que não tem o que fazer. Porque no mundo todo é trabalhar e... só. Trabalhar e fim de semana sair pra algum lugar. Mas os jovens já pensam diferente, não pensam em trabalhar, só pensam em se divertir, por isso que... Porque onde tu vai não é só diversão, tem que trabalhar. Mas assim também, não tem nada pra se divertir. (João, 16 anos)

Ao mesmo tempo em que João enfatiza a falta do que fazer para se divertir, já que a cidade não oferece opções, ele também ressalta o trabalho, que ‘no mundo todo é trabalhar’ e

fim de semana ir para algum lugar. Ao falar sobre os jovens que ele se refere como ‘eles’, como se não estivesse incluído, fala da sua própria condição e das limitações que vivencia, o que reaparece em outra fala onde conta que durante um período trabalhava durante a semana e gastava o dinheiro nas festas:

Durante a semana trabalhava pra gastar no fim de semana. [...] Aí bebia um monte... aí depois voltava só com o dinheiro da passagem mesmo pra voltar. [...] nas outras épocas eu gastava com... com coisa melhor. Eu gastava com coisa pra mim comer. Ia nos lugares fazer lanche, ia no cinema. [...] já fui ali no CIC, já fui no teatro também. (João, 16 anos)

É interessante observar como esses dois discursos de João estão relacionados, pois no primeiro afirma que um dos problemas dos jovens é a questão das drogas, incluindo a bebida alcoólica, e no outro uma situação que vivenciou, de trabalhar durante a semana e gastar o dinheiro nos finais de semana, quando ‘bebia um monte’. No primeiro discurso também se refere ao uso de drogas para se sentir alegre, “não tem porque ficar feliz”.

No caso dos demais participantes, as festas foram as atividades de lazer mais destacadas por estes, tanto nas localidades onde residiam como fora destas em alguns pontos específicos da cidade. Para aqueles que as freqüentavam, estas eram uma possibilidade de diversão e de encontro com os amigos. Antônio ao falar das festas que costumava freqüentar, falou da alegria de estar com os amigos se divertindo em grupo:

Antônio: É as vezes a gente se apresenta. Abre uma roda no meio da festa e a gente começa a dançar [break]. [...] a gente se sente outra pessoa. [...] uma pessoa mais animada, mais alegre, se sente normal, se sente uma pessoa bem feliz. [...] porque aí a gente não tem nada na cabeça.

Pesq.: Que tipo de coisas assim que deixam de vir na cabeça?

Antônio: Os problemas né.

Pesq.: Os problemas somem quando vocês estão dançando?

Antônio: É. Eu não, eu quando tenho festa não tenho nenhum problema, mas daí quando começa a dançar dá alguma coisa no coração, só que deixa a gente mais alegre, mais animada, fica mais no ritmo, a gente se empolga e começa né e daí vai chamando os outros pra vim dançar, daí os outro vem e daí o cara fica mais alegre porque está dançando no grupo. (...) meus amigos que moram aqui do lado da minha casa. (Antônio, 15 anos).

Nesse caso Antônio trouxe o break, uma dança que faz parte do movimento cultural hip hop que surgiu nos Estados Unidos na década de 1960 para designar as festas de rua num bairro de Nova York, maciçamente freqüentadas por jovens negros. No Brasil esse movimento se consolidou no decorrer da década de 1990, com grande popularidade nas periferias das grandes cidades. O hip hop inclui o break (dança de passos robóticos, quebrados e, quando realizada em grupo, sincronizados), o grafite (pintura nos muros da cidade, geralmente com spray), o DJ (o disc-jóquei) e o rapper ou MC (mestre de cerimônias), aquele que canta ou declama as letras sobre as bases eletrônicas criadas e executadas ao vivo pelo DJ (Zeni, 2004).

Em outro discurso Antônio reafirma sua relação com o hip-hop:

Ah, o hip hop pra mim é tudo. [...] Eu conheci através do talento do desenho. [...] No meu quarto lá tem um monte de desenho, a professora não chegou a ver? (Antônio, 15 anos)

Além disso, no discurso anterior fala de como se sente ao se apresentar, mostrar-se ao outro e por este ser reconhecido. Nesse momento consegue ‘libertar-se’ dos problemas e se sentir uma pessoa alegre, feliz. Este relato exemplifica a importância de espaços de lazer e socialização entre pares, como é destacado por Brenner et. al. (2005), e a importância de linguagens artísticas como a música e a dança no processo de constituição desses jovens, temática que é discutida por autores como Maheirie e Hinkel (2007), Maheirie (2003), entre outros.

Outro ponto de diversão e de lazer para a maioria dos participantes eram as festas na localidade onde residiam. Estas estavam diretamente relacionadas com as relações dos jovens entre pares na mesma localidade: enquanto um dos jovens relatou ter poucas amizades na localidade e a impossibilidade que via para estabelecer relações na localidade onde morava, outros relataram um maior envolvimento com grupos de jovens desta, o que por sua vez permitia maior participação em festas na localidade e fora desta, mas também exigia a aprendizagem e negociação dos “perigos”, principalmente a possibilidade de confronto com jovens de outras localidades.

Uma estratégia utilizada pelos jovens diante da possibilidade de conflito com jovens de localidades rivais é a formação dos ‘bondes’, explicada por Juliana:

Juliana: (...) tem um tipo dum bonde sabe, que eles vão tudo num bonde assim, aí um bonde é de num sei do que, o outro num sei do que, aí esse bonde vai pra festinha, todos eles, que já conhecem tudo, aí vão, também quando vão pra sair eles se juntam todos e saem. [...] uma vez a gente foi na Festa da Laranja e os caras brigaram lá e quando a gente voltou pra vir pra casa veio um monte de guri junto com a gente, sabe, assim, os guri que tinham arma iam tudo na frente, porque se tivesse os guri de lá que tivesse arma e tivesse que atirar eles atiravam porque eles tinham arma, eles iam na frente, as pessoas que não tinham iam mais pra trás, só que era bastante gente, e não era todos que estavam com eles. (...) Eles protegem só aqueles que estão junto com eles, assim se eles saem e brigarem eles protegem só os que estão com eles ali, aí aqueles que não estão, aí eu não sei, aquele dia eu me assustei porque eu pensei que ia...[...] eles iam pra fazer confusão lá mesmo, pra estragar a festa dos outros. [...] eles vão divulgando assim, vamos pra festa, vamos, daí eles vão, daí cada vez vai aumentando mais, na festa todo mundo lá se conhece. [...] Daí onde eles vão passando vai aquela filinha atrás, aquele monte de gente, bonde. (Juliana, 18 anos)

José foi outro jovem que falou dos “bondes”: para explicar, deu o exemplo dos jovens da universidade que ele conhecia: “é como se fosse um grupo de estudante andando junto”. É interessante a analogia utilizada por esse jovem, pois demonstra que esta é uma questão natural para ele.

A Festa da Laranja²⁴ trazida por Juliana é uma das festas populares da cidade, a qual a maioria dos participantes já havia participado. Pude observar que estes jovens em sua maioria também costumam freqüentar outras festas públicas que ocorrem na cidade, como a festa de aniversário do município e as festas de fim de ano, pois é uma possibilidade de lazer e diversão que se apresenta.

No entanto, os espaços públicos da cidade, onde acontecem as festas populares, podem ser local de encontro entre grupos de diferentes localidades e de conflito, como trouxe Juliana, pois é nestes espaços públicos que estes grupos podem se encontrar e diante de conflitos estes podem ser resolvidos pela violência.

Outro ponto observado e relatado por alguns dos participantes foi a quase ausência de espaços públicos nas localidades. Em *Lírios*, o único espaço aberto é um campo de terra onde as pessoas se encontram para jogar futebol. Enquanto estava freqüentando esta localidade aconteceu um torneio de futebol neste campo, organizado pelo presidente da associação de moradores. Como relatou um dos jovens, essa atividade cultural é uma das poucas possibilidades de diversão na localidade que os jovens que não possuem dinheiro para sair podem usufruir.



Foto 11 – Registrada por João (16 anos), em maio de 2007.

Através desta foto João comentou da importância deste espaço na localidade: “quando faz um torneio ali, arruma o campo, enche de gente ali. Que dá pra se divertir ali, né professora. E eles queriam acabar com o campo. Se acabassem daí não tinha onde se divertir.”

Em outra fala conta como foi organizado esse torneio:

(...) O presidente do bairro vai fazer um torneio. Daí... os times que ganham, ganham troféu. [...] Podem vir de qualquer lugar. Pode vir do *Petúnia*, podem vir do *Rosas*, só tem que pegar a inscrição aqui.

²⁴ Oficialmente denominada “Festa da Santíssima Trindade e da Laranja”, tradicionalmente realizada no mês de maio ou junho numa praça pública no bairro Trindade, organizada por pessoas ligadas à igreja cristã.

[...] O certo era pra começar sábado pra terminar domingo a tarde. [...] Mas se ele vai fazer domingo, então vai começa cedo. É pouco tempo também. [...] Muita gente nem vai almoçar. Eu sou um. [...] Dai se tem dinheiro faz um lanche né. Tem gente que daí vai lá, vai vender churrasco, vender cerveja... (João, 16 anos)

Neste campeonato, várias famílias passaram o dia no campo de futebol, num espaço improvisado.

Em relação à participação destes jovens nas festas, também pude observar a preocupação dos familiares quanto aos riscos que estes jovens, principalmente do sexo masculino, podem correr ao sair à noite. Tentam manter os filhos ocupados e afastados de certos espaços, seja através da inserção destes em projetos sociais, em ocupações profissionais, ou outras, mas pude perceber que isso ocorre de forma bastante diversa.

Num dos encontros na localidade *Lírios*, a mãe de Antônio relatou que seu pai o havia transferido na escola do período noturno para o período da tarde, em razão de uma série de conflitos na localidade. Na relação que estabeleci com Antônio, principalmente através das fotos, e com sua família de certa forma, pude observar o movimento da comunidade durante o período que estive lá pesquisando, pois na primeira entrevista ele contou das festas que participava com seus amigos, tanto na localidade quanto fora desta, e as fotos que registrou mostravam questões mais gerais relacionadas à “comunidade”. Já no final da pesquisa de campo, Antônio retratou através de suas fotos, principalmente o conflito que estava vivenciando após o assassinato de um rapaz que era seu amigo. As mudanças de foco dessas imagens coadunam com as mudanças que observei em sua família, que estava mais precavida em relação à circulação dele pela cidade. Ao ser questionado se conseguia circular pelas localidades vizinhas, Antônio relatou que costumava circular por todas as localidades vizinhas a sua, no entanto, quando passava por estas sempre andava com um amigo, não saía com o grupo de amigos da sua localidade, pois isto provavelmente implicaria conflitos. Comentou ainda que quando ele e este amigo passavam nessas localidades vizinhas, geralmente os outros guris comentavam: “lá vem os dois primos”, pois eram vistos como dois primos e podiam circular tranquilamente.

Neste caso a circulação na cidade demanda a aprendizagem de estratégias de sobrevivência, pois códigos vão sendo “escritos” e imputam mudanças nos modos de circulação pelos espaços, das parcerias possíveis a depender das atividades, de onde e com quem se transita.

Em relação à ocupação do tempo livre, outro ponto que se destacou foi a participação de alguns dos jovens e suas famílias em atividades religiosas. Uma das imagens registradas

por João mostra uma das igrejas no centro da cidade que alguns dos participantes e familiares relataram freqüentar.



Foto n. 12 - Registrada por João (16 anos), em maio de 2007.

Essa foto mostra a fachada da igreja universal numa das principais avenidas da cidade. Em frente observa-se uma área de calçamento e, nos fundos, uma parte montanhosa da cidade. Sobre o porquê do registro dessa imagem João comentou: “Porque é bonito né professora. O jardim também, bem cuidado, eu gostei do jardim. Eu queria tirar de cima aqui oh, daí aparece o jardim bem bonito, desenhado aqui o jardim. Só que não deu. [...] Porque daí eu não quis tirar, achei que a professora não ia querer só do jardim.”

João não falou diretamente sobre os sentidos que mediavam sua relação com a religiosidade, que apesar dele querer registrar o jardim, como ele relata, a igreja também estava ali, um dos lugares que costumava freqüentar aos domingos. Outros participantes de *Lírios* e de *Petúnia* relataram freqüentar os cultos realizados nas localidades onde moravam, também nos finais de semana, ministrados pelo Padre Vilson.

Essa questão de freqüentar uma igreja se apresenta tanto como uma possibilidade de encontro com outras pessoas, seja na mesma localidade ou fora dela²⁵, como a busca por uma ‘força’ que pode auxiliar diante das dificuldades, como se observa nesse discurso de Joana.

O *Luciano* me falou que quando ele vai dormir, e a namorada dele é crente, né? Ela sempre reza a noite inteira pra mãe. Ela reza, faz uma oração pra mãe. Ela mora lá... no sítio. E o *Luciano* mora com ela né.

²⁵ Na localidade *Lírios* havia um ônibus que levava as pessoas da localidade até essa igreja registrada por João em determinados horários, como no domingo de manhã.

Aí ele sempre pede pra ela, ela sempre vai na igreja, ele sempre pede pra ela fazer uma oração pra mãe, né. E pede lá pro padre pra fazer uma oração pra mãe, porque lá eles não estão em perigo, não sei o que. E lá eles começam fazer oração. (Joana, 17 anos)

Luciano era o irmão de Joana que havia ‘fugido’ da localidade *Lírios* depois de se envolver com o tráfico, no entanto, a sua família continuou tendo problemas com pessoas ligadas ao tráfico em *Orquídea*, pessoas que ameaçavam Joana e sua irmã *Tatiana*, assim como José. Se por um lado a religiosidade traz a possibilidade de ‘fé’ em que as coisas podem melhorar, por outro demonstra a impotência diante de situações como as vivenciadas pela família de Joana, questões que precisariam ser problematizadas para buscar ações efetivas, que não deixem os sujeitos à mercê da própria sorte.

A família foi outro aspecto apresentado como fundamental na constituição de alguns desses jovens, como é destacado por Antônio que, ao ser questionado sobre quem ele mais admirava, trouxe as pessoas da sua família.

Pesq.: E o que você mais admira neles?

Antônio: A vontade.

Pesq.: A vontade?

Antônio: O prazer que eles têm.

Pesq.: Prazer em que assim?

Antônio: Prazer de ter o que eles querem né, o que eles querem fazer mesmo é conseguir arrumar um emprego pra mim, por exemplo, pra eu poder ajudar eles. O que eu admiro mesmo é a vontade que eles tem de arrumar emprego, arrumaram um pro meu tio, eles têm vontade né, e a minha mãe fala que a gente não pode desistir, de vez em quando eu acredito nela, tem vez que não né, mas a maioria das vezes eu acredito.

[...] Família? Família é tudo né, família é tudo o que a gente tem de bom. (Antônio, 15 anos)

Para esse jovem, a família se apresenta como um dos pontos de referência, significado por ele neste enunciado pela ‘vontade’ de lutar pelo que querem. Ao mesmo tempo fala da mãe, a qual insiste em que não devem desistir, apesar de algumas vezes não acreditar, mas que na maioria das vezes acredita. A mãe de Antônio numa das observações realizadas em *Lírios* trouxe a dificuldade que encontrava para incentivar os filhos, mas que se sentia sozinha, reclamando da ausência do marido.

Outro jovem trouxe a questão da mãe que também pode ser considerada como uma referência:

Pesq.: cada dia acredito mais...

Pedro: Na minha mãe. (Pedro, 16 anos)

No entanto, essa não era uma questão unânime entre os participantes:

Ah, acho que da família só [...] dá conselho. Tenta tirar do mau caminho. [...] Muitas consegue, outras já não. Depois que o jovem já acostumou também... [...] Depende também do jeito que criou né, se já deixou solto desde... [...] Deixa fazer o que quer. Aí já acostuma. Depois quer mandar ele não vai respeitar, já está acostumado a fazer o que quer. Aí se já levou mais na... (João, 16 anos)

Outra jovem afirmou que não recebem apoio nenhum diante das dificuldades que enfrentam e que as pessoas mais velhas criticam e não apóiam:

Suzana: Não, não tem apoio. As pessoas que são mais velhas em vez de ajudar ficam criticando. Aí em quem que você vai... não tem apoio, não tem nada, ninguém que apóie a gente. [...] Pra ajudar não.

Pesq.: E daí como que faz?

Suzana: Se vira como pode né. O jovem hoje em dia é assim, se vira como pode. Como acha que é certo. Mesmo errando.

Pesq.: E essas pessoas mais velhas que você se referiu, quem são?

Suzana: As pessoas de mais idade, assim a gente tenta conversar, desabafar, o jovem né. Porque tenta desabafar com as pessoas mais velhas né.

Pesq.: E quem são as pessoas mais velhas?

Suzana: Depende, as vezes é alguém da família, algum amigo, né, que tem uma idade mais, não quer dizer que seja velho, velho, mas tem mais idade que a gente né. É isso. (Suzana, 22 anos)

Suzana, ao contrário de Antônio, Pedro e João, ressalta o problema de ter que se virar como pode, assim como outros participantes que relataram não ter ninguém com quem contar.

Observa-se que as oportunidades que estes jovens encontram/criam são bastante diversas, apesar do que os identifica, assim como há uma grande variedade naquilo que os afeta e se torna significativo na trajetória de cada um. Histórias vão sendo construídas, sonhos/desejos alimentados ou abandonados, mas continuam resistindo, até mesmo quando aparentemente não há resistências.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa procuramos dar visibilidade a alguns discursos destes jovens referentes ao contexto em que vivem e que estão diretamente relacionados às possibilidades de relações na e com a cidade para a juventude de baixa renda. Ressalta-se que a constituição desses jovens é mediada pelos territórios em que residem: a identificação ‘moradores de morro’, no caso dos sujeitos dessa pesquisa, se institui como marca de suas vivências e possibilidades. Além disso, nos sentidos por estes produzidos acerca de suas relações em/com Florianópolis/SC ecoam diferentes vozes relacionadas à cidade de Florianópolis, assim como aos diferentes cidadãos que compõem o espaço urbano.

A cidade se impõe para os sujeitos com sua organização e funcionamento, estando os processos de subjetivação implicados nas relações com os espaços, com as pessoas, com os signos (in)visíveis na cidade. No entanto, apesar das restrições que a cidade muitas vezes apresenta para aqueles que possuem baixo poder de consumo, a maioria dos participantes da pesquisa afirmou Florianópolis como um lugar ‘bom de viver’. Por outro lado, destacam-se nas falas e imagens registradas pelos participantes as contradições sociais que observam e vivenciam em Florianópolis: as diferenças de infra-estrutura entre os territórios urbanos conforme os segmentos sociais que ali residem e/ou circulam; as diferenças entre aqueles que podem ou não ter acesso ao que a cidade oferece, conforme suas condições econômicas; o investimento de recursos públicos pela administração da cidade de forma desigual entre os espaços urbanos, o que agrava ainda mais a condição dos que vivem em áreas desvalorizadas socialmente; a disparidade entre o ensino oferecido em escolas do ‘morro’ e do centro da cidade. Essas condições exemplificam as desigualdades sociais que caracterizam o país e que ganham visibilidade nas cidades, mesmo que muitas vezes estejam naturalizadas no cotidiano dos sujeitos.

Ressalta-se também que essas contradições sociais são analisadas a partir do horizonte espacial, ideológico e axiológico daqueles que moram em áreas desvalorizadas e estigmatizadas socialmente, que precisam aprender a (con)viver com o comércio ilegal de drogas e a violência; com as barreiras espaciais e simbólicas na cidade determinadas pela situação econômica e cultural das pessoas; com as restrições nos direitos sociais que não estão assegurados para grande parte da população; com os estigmas sociais sobre o lugar onde

vivem e sobre as pessoas com baixo poder aquisitivo, entre outras condições características do contexto em que vivem.

É necessário considerar também como estes jovens significam essas contradições sociais, pois a relação com o outro que está em condições de diferença demanda explicações do sujeito sobre a sua própria condição social, cultural e territorial. No caso dos participantes dessa pesquisa, a maioria trouxe em seus discursos as diferenças sociais que observam, vivenciam nas suas relações na/com a cidade, apesar de se relacionarem de forma diversa com esta questão. No entanto, os sentidos que atribuem às desigualdades sociais e as próprias condições de vida são constitutivos desses jovens, de suas formas de se relacionar com os muitos outros e consigo mesmos: nos discursos aparecem sentimentos de incapacidade, desconfiança em relação aos outros, vitimização, revolta em relação às desigualdades sociais, assim como revolta contra si próprio, reproduzindo vozes sociais que valorizam os indivíduos e suas potencialidades descoladas do contexto histórico-cultural do qual ativamente participam.

Além disso, estes sentidos estão relacionados com o modo como se vêem para circular pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas diversas esferas, como trabalho, lazer, escola, entre outras. Como traz Cassab (2001, p.211), “a cidade é um espelho de alta reflexão” que dialoga com o sujeito na produção de si mesmo e permite visibilidades diferentes conforme o espaço em que estão inseridos. Como destacou uma das participantes dessa pesquisa, ‘dá pra ver quem é do morro’, principalmente quando circulam em espaços mais ‘nobres’ da cidade. Esse reconhecimento de si enquanto alguém do morro está pautado nas diferenças visíveis ostentadas pelos sujeitos relativas à origem social, cultural e territorial entre as pessoas na cidade, assim como está em relação com o modo como as pessoas ‘pobres’ e os lugares onde moram são vistos na sociedade.

Alguns dos participantes contestaram, entretanto, os preconceitos que estão presentes no modo como são vistos em função das suas condições socioeconômicas, reclamando a necessidade de oportunidade para as pessoas que moram no morro; outros demonstraram em seus discursos vozes que reproduzem os preconceitos contra si próprios e contra as outras pessoas ‘pobres’ ou ‘faveladas’, assim como alguns demonstraram conviver de uma forma mais naturalizada com a própria condição em que estavam inseridos na cidade. É importante ressaltar que a forma como estes jovens se percebem e a sua própria condição social implicam no modo como se posicionam, nas estratégias de resistência ou na submissão diante das barreiras que encontram, como na circulação pela cidade que é demarcada pelas suas

condições econômicas, conforme ressaltaram os participantes, mas também pelas barreiras simbólicas que se apresentam e são reforçadas ou confrontadas, por exemplo, quando circulam nas festas da cidade através dos ‘bondes’.

Os sentidos presentes na forma como reconheciam as localidades onde moravam, como já discutido, em alguns casos se revelaram marcados pelos discursos divulgados pela mídia - um dos principais ‘equipamentos sociais’ na contemporaneidade produtores de discursos e subjetividades, conforme Coimbra (2001) - como lugar ‘violento’, onde moram ‘favelados’, pessoas ‘que precisam de ajuda’. Vale ressaltar que alguns participantes revelaram o desejo de morar em lugar ‘melhor’, mas que em geral as condições econômicas não permitiam. No entanto, os sentidos em relação ao local onde moravam também se mostraram marcados pelas experiências ali constituídas, como aparece na identificação com o lugar - observado em relação à maioria dos participantes, principalmente em função dos vínculos nas localidades onde residiam, decorrentes das relações e trocas afetivas nestes locais. Por outro lado, mesmo os jovens que se identificavam relataram o ‘ruim’ de morar no ‘morro’ visto nas condições de infra-estrutura, nos preconceitos, na violência decorrente do comércio ilegal de drogas - principal reclamação dos participantes, os quais em sua maioria afirmaram que para Florianópolis ser um lugar melhor para se viver deveria acabar o tráfico de drogas.

Os estereótipos e preconceitos em função do local onde moravam foram relatados por vários participantes e geralmente estavam relacionados a situações fora das localidades onde residiam, como em locais onde procuravam trabalho, na escola com colegas de outros lugares da cidade. No caso dos jovens do sexo masculino, destaca-se também o olhar de desconfiança sobre estes, assim como a vigilância dos policiais, principalmente quando há agrupamentos juvenis ‘pobres’ circulando pela cidade: conforme relatou um dos participantes, quando está com um grupo de ‘guris’ como ele, a polícia pára na hora para revistá-los.

Diante dessas condições - somadas à ausência ou precariedade de políticas públicas que garantam moradias dignas, acesso a transporte público e serviços de saúde e educação de qualidade, bem como a atividades culturais e de lazer – esses jovens e seus familiares criam estratégias para resistir e viver na cidade. Estratégias que eram utilizadas para permanecer no bairro e na cidade, onde as redes de solidariedade entre familiares e vizinhos mostraram-se fundamentais. Estratégias para circular na cidade, como os ‘bondes’, o circular sozinho ou com apenas um colega para não ser identificado como guri do ‘tráfico’, como relatou um dos participantes, entre outras. Somam-se a essas o trabalhar, estudar e a participação em projetos

sociais. Esses projetos, embora em geral marcados por uma lógica de ocupação do tempo de modo que os jovens não perambulassem pelas ruas e fossem seduzidos por seus muitos perigos, aparecem nos discursos dos entrevistados como uma forma de ampliar a circulação pela cidade e abrir perspectivas, mesmo que incertas e muitas vezes contraditórias. Mas se a esperança esteve presente, também apareceu no discurso de uma das jovens a frustração e o desejo de não criar expectativas, para evitar mais sofrimento.

A escola se apresentou como uma instituição importante no cotidiano destes jovens por vários motivos: pela expectativa de que a conclusão do ensino fundamental e médio traria outras possibilidades de conseguir emprego; por ser um lugar de encontro e de trocas; pela ocupação do tempo e ampliação das possibilidades de circulação pela cidade, principalmente para aqueles que estudavam fora do local onde residiam. No entanto, destacam-se as condições adversas que esses jovens enfrentavam para se escolarizar: precária qualidade do ensino para a maioria deles, em geral alunos de cursos supletivos; a sobrecarga de estudo e trabalho, no caso daqueles que trabalhavam durante o dia e estudavam à noite.

Quanto ao trabalho, destacou-se a ocupação destes jovens em funções semelhantes a que os pais e familiares ocupavam e em geral sem garantia dos direitos trabalhistas ou de proteção ao trabalho, como previsto no ECA e na Constituição Federal. Condições que indicam a reprodução e manutenção da divisão entre os diferentes segmentos sociais que ocupam postos diferenciados no mercado de trabalho, bem como a omissão do estado em relação ao não cumprimento da legislação vigente. Essa questão foi problematizada por uma das jovens, que enfatizou a necessidade de deixar determinados postos de trabalho geralmente disponíveis para as pessoas ‘pobres’ e estudar para conseguir ocupar outras funções, o que demonstra uma forma de resistência ao que está instituído. No entanto, o trabalho também apareceu como possibilidade de trazer novas experiências e de ampliar as possibilidades de acesso ao que a cidade oferece e de circulação nos espaços urbanos, para além dos espaços em que estão restritos nas suas localidades. O trabalho para esses jovens se apresenta, portanto, como uma realidade contraditória que precisa ser analisada ao menos em dois planos: no plano imediato, pois trabalhar significa ampliar as possibilidades de consumo, de sobrevivência, de apreço nas famílias, o contato com outras experiências fora dos locais onde residem, entre outras. Em longo prazo, no entanto, trabalhar restringe o tempo destes jovens disponível para o estudo, o lazer, cultura em geral, o que reafirma e reproduz as desigualdades sociais.

A participação em projetos sociais também precisa ser analisada considerando suas contradições: por um lado, esses projetos foram destacados pelos participantes como possibilidade de novas perspectivas, já que permitem o acesso a bolsas, a cursos voltados para a inserção no mercado de trabalho, assim como a circulação por variados espaços da cidade. Por outro lado, os discursos sobre os projetos revelam que muitos ‘projetos para jovens’ continuam marcados por práticas assistencialistas e/ou inseridos numa perspectiva de prevenção a problemas sociais decorrentes das condições dos jovens ‘pobres’, que precisam ser ocupados para não entrar na criminalidade. Distanciam-se, assim, de propostas vinculadas a políticas públicas voltadas para a ampliação dos direitos à cultura, lazer, profissionalização enquanto direitos de todos os cidadãos.

Outro ponto que se destaca é a restrição no acesso a atividades culturais e de lazer, como enfatizou um dos sujeitos que trabalhava e estudava, mas sentia falta de ter o que fazer para se divertir na cidade: para ele, as diversões dos jovens ‘pobres’ estariam restritas às festas e as praias. Outros participantes também enfatizaram a importância da ampliação do acesso a atividades culturais para as crianças e jovens, mas em geral viam essa necessidade não como um direito, mas como uma forma destes não se envolverem com o comércio ilegal de drogas.

As condições vividas por estes jovens dizem das condições diferenciadas de vivência do tempo da juventude e da necessidade de se desnaturalizar e historicizar esse momento ou, como dizem vertentes da psicologia, fase de ‘desenvolvimento’ humano. Afinal, a juventude é vivida de forma diversa e não raro a fronteira em relação à idade adulta é de difícil demarcação, como observamos com um dos participantes que tinha 16 anos e estava morando com uma companheira, construindo sua casa e trabalhando. Complexifica-se ainda mais pretensas categorizações posto, embora os entrevistados fossem todos jovens de camadas de baixa renda, as experiências vividas eram marcadas por condições e possibilidades diversas.

Isso porque, apesar desses jovens fazerem parte do mesmo segmento social e ocuparem áreas desvalorizadas na cidade, as experiências destes na/com a cidade são apropriadas de modo particular, o que remete à singularidade dos sujeitos, aos acontecimentos e experiências que o cotidiano impõe a estes jovens e a forma como destes se apropriam. Além disso, estes sentidos também dizem daquilo que os afeta, que os mobiliza ou não a resistir diante das condições em que vivem e na realização e/ou invenção de seus sonhos e perspectivas, cunhando-se assim, nessas relações, não uma, mas muitas cidades.

7. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. Refuncionalização da metrópole no período técnico-científico-informacional e os novos serviços. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Recorde, 2004.
- AMORIM, M. A contribuição de Mikhail Bakhtin: a tripla articulação ética, estética e epistemológica. In: FREITAS, M.T.; JOBIM E SOUZA, S.; KRAMER, S. (orgs.). *Ciências Humanas e pesquisa: leitura de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2003.
- AMORIM, M. *O pesquisador e seu outro – Bakhtin nas Ciências Humanas*. São Paulo: Musa Editora, 2004.
- AMORIM, M.. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.
- ARAUJO, C.B. *A sociedade sem exclusão do Padre Vilson Groh – a construção dos movimentos sociais na comunidade do Monte Serrat*. Florianópolis: Insular, 2004.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ASSIS, D. P. *Os circuitos de sociabilidade de jovens de baixa renda no espaço urbano*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- AZEREDO, B. Estratégia social em favelas e periferias urbanas. In: XV FÓRUM NACIONAL – O novo governo, novas prioridades e crescimento sustentado, Rio de Janeiro. *Anais do XV Fórum Nacional – O novo Governo, novas prioridades e crescimento sustentado*. Rio de Janeiro, p.1-24, 2003.
- AZIBEIRO, N.E.; PERASSA, I.M. A prática pedagógica e política do Aroeira: possibilidades, limites e desafios. In: II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2007, Florianópolis. *Anais do Seminário*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- BAKHTIN, M. (V.N. VOLOCHÍNOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 5ª ed., São Paulo: Hucitec, 1990.
- BAKHTIN, M. O autor e a personagem na atividade estética. In: *Estética da criação verbal*. Tradução: Paulo Bezerra, São Paulo: Martins Fontes, 2003b, p.1-126.
- BAKHTIN, M. O discurso em Dostoiévski. In: *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1963, p.181-271.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. Tradução: Paulo Bezerra, São Paulo: Martins Fontes, 2003a.

BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do ato*. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza, traduzido da edição americana de 1993.

BAKHTIN, M/VOLOSCHINOV, V.N. *Discurso na vida e discurso na arte* (sobre poética sociológica). Tradução: Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza, publicado originalmente em 1926.

BARROS, A.M. Fotografia e verbalidade frente ao (sur(real): notas heterodoxas sobre o uso de imagens em pesquisa. In: LENZI, L.H.C.; DA ROS, S.Z.; SOUZA, A.M.A.; GONÇALVES, M.M. (orgs.) *Imagem: intervenção e pesquisa*. Florianópolis: Editora da UFSC:NUP/CED/UFSC, 2006.

BOCK, A.M.B. As influências do Barão de Münchhausen na Psicologia da Educação. In: TANAMACHI, E. de R.; PROENÇA, M.; ROCHA, L. da. (Orgs.). *Psicologia e Educação: desafios teóricos-práticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000, p.11-31.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*: Lei Federal 8.069/1990. Brasília.

BRENNER, A.K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H.W.; BRANCO, P.P.M. (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2005, p.175-302.

CAIAFA, J. Subjetividade e espaço construído nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro. In: JACÓ-VILELA, A.M.; CEREZZO, A.C.; RODRIGUES, H.E.B.C. (orgs.) *Clio-Psyché paradigmas: historiografia, psicologia, subjetividades*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2003.

CANEVACCI, M. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. Tradução Cecília Prada. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

CARRANO, P.C.R. *Angra de tantos reis: práticas educativas e jovens tra(n)çados da cidade*. Tese (Doutorado em Educação) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

CARRANO, P.C.R. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CASSAB, M.A.T. *Jovens pobres e a cidade: a construção da subjetividade na desigualdade*. Niterói: Intertexto, 2001.

CASSAB, M.A.T. *Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1999.

CASTRO, L.R. *A aventura urbana: crianças e jovens no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

CASTRO, L.R. Crianças, jovens e cidades: vicissitudes da convivência, destinos da cidadania. In: CASTRO, L.R. (org). *Subjetividade e cidadania: um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.

CASTRO, L.R.de. “Todos são iguais, mas uns são mais iguais do que os outros”: a construção da desigualdade social por jovens e crianças. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 12, n.2, p.13-29, 2000.

COIMBRA, C. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

COIMBRA, C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M.L. do. Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Brasília, v. 57, n.1, p. 02-12, 2005.

COIMBRA, C.M.B.; NASCIMENTO, M.L. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, P.C.P; IUNIANELLI, J.A.S. (org.). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.19-37.

CORDEIRO, A.C. de F.; MENEZES, J. de A.; CASTRO, L.R. de. Oficinas da cidade em Fortaleza. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15 (1), p. 53-61, 2002.

DURAND, O.C.S. Formas associativas juvenis: o caso dos jovens da Ilha de Santa Catarina. *24ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED*, Caxambu, 2001.

DURAND, O.C.S. *Jovens da Ilha de Santa Catarina: socialização, sociabilidade*. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2000.

FANTIN, M. *Cidade Dividida: Dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FEFFERMANN, M. *Vidas ariscadas: um estudo sobre os jovens inscritos no tráfico de drogas em São Paulo*. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, 2004.

GEISLER, A.R.R. *O que também se pode esperar de nossas favelas? Olho no mundo, olho no outro, olho em você?* Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2004.

GROPPO, L.A. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HINKEL, Jaison; MAHEIRIE, Kátia. Rap-rimas afetivas da periferia: reflexões na perspectiva sócio-histórica. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 19, n.2, p.90-99, 2007.

HUAYHUA, G.L. *Peruanos adolescentes em São Paulo: a construção da identidade e as estratégias de adaptação no processo de aculturação*. Dissertação (Mestrado em Psicologia

Social) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Cidades*. 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso: janeiro 2008.

JOBIM E SOUZA, S.; LOPES, A.E. Fotografar e narrar: a produção do conhecimento no contexto da escola. *Cadernos de Pesquisa*, n.116, p.61-80, jul, 2002.

KILSZTAJN, S.; CARMO, M.S.N.do; SUGAHARA, G.T.L.; LOPES, E.de S.; PETROHILOS, S.S. Concentração e distribuição do rendimento por raça no Brasil. *Revista Econ. Contemp.*, Rio de Janeiro, v. 9, n.2, p.367-384, mai./ago. 2005.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1991.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MAGALHÃES, E.F. *Rappers: artistas de um mundo que não existe* – um estudo psicossocial de identidade a partir de depoimentos. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, 2002.

MAGNANI, J.G. Da periferia ao centro: pedaços e trajetos. *Revista de Antropologia*, USP, v.35, p. 191-203, 1992.

MAHEIRIE, Kátia. Processo de criação no fazer musical: uma objetivação da subjetividade, a partir dos trabalhos de Sartre e Vygotsky. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, n. 2, p. 147-153, 2003.

MARASCHIN, C. Pesquisar e intervir. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v.16, n.1, p. 98-107, 2004.

MARQUES, A.T. *Cultura e produção de significados: um estudo sobre a cultura da Rap Music*. Dissertação (Mestrado Psicologia Cognitiva) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

MELLO, S. L. de. Estatuto da criança e do adolescente: é possível torná-lo uma realidade psicológica. *Revista de Psicologia da USP*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 136-139, 1999.

MELLO, S.L. de. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: *Artimanhas da exclusão: análise da desigualdade social*. SAWAIA, B. (org.) ... [et. al.], 4ª ed., Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002. p.129-140.

MINAYO, M.C. de S.; SOUZA, E.R. de. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. IV, n.3, p. 513-531, nov. 1997 – fev. 1998.

MINAYO, M.C.de S...(et.al.). Espectadores vítimas e atores: a violência urbana. In: *Fala, Galera: juventude, violência e cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999, p. 147-190.

MOURÃO, A.R.T. *Trem para Maracanaú: uma viagem em busca da identidade de lugar dos moradores de uma cidade reinventada*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Fortaleza, 2003.

NOVAES, R. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, M.V. de; PAPA, F. de C. *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003, p.121-141.

OLABUÉNAGA, J.I.R. La entrevista. In: *Metodologia de la investigación cualitativa*. Bilbao: Universidade de Deusto, 1999.

OLIVEIRA, S.R.R. Imagem também se lê. In: DA ROS, S.Z.; MAHEIRIE, K.; ZANELLA, A.V. (org.). *Relações estéticas, atividade criadora e imaginação: sujeitos e (em)experiência*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2006. p. 209-220.

PEIXOTO, N. B. “O olhar do estrangeiro”. In: NOVAES, A. (et al.). *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PEREIRA, R.P.R. Jovem em conflito com a lei: a violência na vida cotidiana. Mestrado. Universidade de São Paulo – Psicologia, 2002.

PIMENTA, L.F.; PIMENTA, M. de C.A. Final de século e novos espaços da pobreza. Os morros de Florianópolis. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambu/MG. *Pobreza, desigualdade e exclusão social*. Campinas, Abep, 2004.

PIMENTA, L.F.; PIMENTA, M. de C.A. Políticas públicas e segregação sócio-espacial: o caso do Maciço Central de Florianópolis. In: XIII ENCONTRO DA ABEP - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2002, Ouro Preto/MG. *Violências, o Estado e a qualidade de vida da população brasileira*, 2002.

PINO, A. Vygotsky teve papel fundamental na introdução da cultura na constituição dos paradigmas da psicologia. *Viver Mente & Cérebro* – Coleção Memória da Pedagogia, n.2: Liev Semionovich Vygotsky, Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo, Segmento-Duetto, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria de habitação, trabalho e desenvolvimento social. *Diagnóstico das áreas de interesse social*. Agosto de 2006. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/pu_diagnostico_ais.htm>. Acesso em: fevereiro 2008.

RAMOS, C.M.A. Novas cartografias e espaços de globalização na cidade de Florianópolis – Santa Catarina – Brasil. In. RAMOS, C.M.A. (org.). *Poéticas do urbano*. Florianópolis: Bernúncia; Nauemblu, 2005.

REIS, A.C.dos. *A atividade estética da dança do ventre*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1998.

SANTOS, M. O lugar e o cotidiano. In: *A natureza do espaço*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p.313-327.

SAWAIA, B.B. O calor do lugar: segregação urbana e identidade. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 9(2), 20-24, 1995.

SAWAIA, B.B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão social. In: SAWAIA, B.B. (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, M.L. *Cultura, arte e política: o movimento Hip Hop e a construção dos narradores urbanos*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, 2002.

SMOLKA, A.L.B. Experiência e discurso como lugares de memória. In: DA ROS, S.Z.; MAHEIRIE, K.; ZANELLA, A.V. *Relações estéticas, atividade criadora e imaginação: sujeitos e (em) experiência*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2006, p. 117-130.

SOUZA, P. A foto como modo de intervenção. In: LENZI, L.H.C.; DA ROS, S.Z.; SOUZA, A.M.A.; GONÇALVES, M.M. (orgs.) *Imagem: intervenção e pesquisa*. Florianópolis: Editora da UFSC:NUP/CED/UFSC, 2006.

SOUZA, T.C.C. Discurso e imagem: uma questão política. In: LENZI, L.H.C.; DA ROS, S.Z.; SOUZA, A.M.A.; Gonçalves, M.M. (orgs.) *Imagem: intervenção e pesquisa*. Florianópolis: Editora da UFSC:NUP/CED/UFSC, 2006.

SPOSITO, M.P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M. (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p.87-127.

SPOSITO, M.P.; CARVALHO E SILVA, H.H.de; SOUZA, N.A. de. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educação*, v.11, n.32, p. 238-257, maio/agosto 2006.

UNESCO. Mapa da violência IV: Os jovens do Brasil. 2004. Disponível em: http://www.unesco.org.br/publicacoes/livros/mapaiv/mostra_documento.

VENTURI, G. Introdução metodológica. In: ABRAMO, H.W.; BRANCO, P.P.M. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2005.

VIGOTSKI, L. S. Pensamiento y palabra. Em *Obras escogidas II*. Madrid: Visor Distribuciones, p. 287-348, 1992.

VIGOTSKI, L.S. El significado histórico de la crisis de la psicología. In: *Obras Escogidas I*. Madrid: Visor Distribuciones, p. 259-407, 1991.

VIGOTSKI, L.S. Lev S. Vigotski: Manuscrito de 1929. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.21, n.71, jul, 2000.

VIGOTSKI, L.S. Método de Investigación. In: *Obras Escogidas III*. Madrid: Visor Distribuciones, p. 47-96, 1995.

WIKIPEDIA. Mercado Público de Florianópolis. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado_P%C3%ABlico_de_Florian%C3%B3polis>. Acesso: janeiro 2008.

ZALUAR, A. Juventude, Saúde e Segurança Pública no País. In: XVIII FÓRUM NACIONAL – Por que o Brasil não é um país de alto crescimento?(fora do desenvolvimento não há salvação), Rio de Janeiro: INAE – Instituto Nacional de Altos Estudos, 2006.

ZALUAR, A. O crime S. A. nas sombras do poder. In: *Da revolta ao crime S.A.* São Paulo: Moderna, 1996.

ZANELLA, A.V. Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico-cultural. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 127-135, 2004.

ZANELLA, A.V. Sujeito e alteridade: reflexões a partir da perspectiva histórico-cultural. *Psicologia & Sociedade*, v.17, n.2, p. 99-104; mai/ago, 2005.

ZANELLA, A.V.et al. Relações estéticas, atividade criadora e constituição do sujeito: algumas reflexões sobre a formação de professores(as). *Cadernos de Psicopedagogia*. São Paulo, v.6, n.10, 2006.

ZENI, B. O negro drama do rap: entre a lei do cão e a lei da selva. *Estudos Avançados*, São Paulo: USP, v.18, n.50, 2004.

8 – APÊNDICES

Anexo 1



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (participantes da pesquisa)

PESQUISA: “Jovens de baixa renda de Florianópolis/SC e suas relações *na e com* a cidade”

Eu, _____ confirmo que a pesquisadora Andréia Piana Titon discutiu comigo este estudo. Eu compreendi que:

1. As informações para esta pesquisa serão coletadas através de entrevistas individuais, registros fotográficos da cidade e filmagens do grupo de discussão a partir das imagens registradas. Os dados coletados serão utilizados para conhecer as relações sociais dos participantes na/com a cidade de Florianópolis.
2. O objetivo geral da pesquisa é estudar como esses jovens se relacionam com e na cidade, ou seja, estudar como vivem esses jovens na/a cidade de Florianópolis.
3. Minha participação colaborando nesta pesquisa é muito importante porque contribuirá para a compreensão das formas de participação dos jovens de baixa renda na cidade de Florianópolis, assim como sobre as dificuldades e oportunidades que encontram. Além disso, os resultados poderão contribuir para propostas de projetos sociais voltados para essa população.
4. Eu posso escolher participar ou não deste estudo. Minha decisão em participar desta pesquisa não implicará em benefícios pessoais, bem como não resultará em quaisquer prejuízos.
5. Participando das entrevistas com sinceridade, fotografando a cidade e participando do grupo de discussão, estarei contribuindo com a pesquisa.
6. Todos os dados coletados somente serão utilizados para esta pesquisa e para a divulgação acadêmica de seus resultados. Na divulgação dos resultados não serão identificados os informantes.
7. Se eu tiver alguma dúvida a respeito, eu posso contatar as pesquisadoras Andréia Piana Titon ou Andréa Vieira Zanella pelos telefones 3721-8566 ou 3721-9984.
8. Eu concordo em participar deste estudo.

Assinaturas:

Participante: _____ Data: _____

Pesquisadora Principal/orientanda: _____ Data: _____

Pesquisadora Responsável/orientadora: _____ Data: _____

Anexo 2



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (representante legal)

Pesquisa: Jovens de baixa renda de Florianópolis/SC e suas relações *na e com* a cidade.

Eu, _____, portador(a) da carteira de identidade nº. _____, responsável pelo(a) _____, autorizo a sua participação neste estudo.

Confirmo que a pesquisadora Andréia Piana Titon discutiu comigo esta pesquisa. Eu compreendi que:

1. As informações para esta pesquisa serão coletadas através de entrevistas individuais, registros fotográficos da cidade e filmagens do grupo de discussão a partir das imagens registradas. Os dados coletados serão utilizados para conhecer as relações sociais dos participantes na/com a cidade de Florianópolis.
2. O objetivo geral da pesquisa é estudar como um grupo de jovens de baixa renda se relaciona com e na cidade, ou seja, estudar como vivem esses jovens na/a cidade de Florianópolis.
3. A participação de cada um destes jovens colaborando nesta pesquisa é muito importante porque contribuirá para a compreensão das formas de participação dos jovens de baixa renda na cidade de Florianópolis, assim como sobre as dificuldades e oportunidades que encontram. Além disso, os resultados poderão contribuir para propostas de projetos sociais voltados para essa população.
4. Cada um destes jovens pode escolher participar ou não deste estudo. A decisão em participar desta pesquisa não implicará em benefícios pessoais, bem como não resultará em quaisquer prejuízos.
5. O jovem que participar das entrevistas com sinceridade, fotografar a cidade e participar do grupo de discussão, estará contribuindo com a pesquisa.
6. Todos os dados coletados somente serão utilizados para esta pesquisa e para a divulgação acadêmica de seus resultados. Na divulgação dos resultados não serão identificados os informantes.
7. Se eu tiver alguma dúvida a respeito, eu posso contatar as pesquisadoras Andréia Piana Titon ou Andréa Vieira Zanella pelos telefones 3721-8566 ou 3721-9984.

Assinaturas:

Representante Legal: _____ Data: _____

Pesquisadora Principal/orientanda: _____ Data: _____

Pesquisadora Responsável/orientadora: _____ Data: _____

Anexo 3

Roteiro da Entrevista Individual²⁶

Data:

Nome:

Idade:

Localidade:

1. Moradia:

(a) pessoas com quem mora (número pessoas, idade, parentesco, “profissão”/ocupação, escolaridade);

(b) desde quando mora nesta localidade (outros lugares que já morou; diferenças);

2. O que faz (trabalho, estudo, participação em atividades religiosas, outras atividades);

3. Experiências de trabalho (trabalhos que já realizou; duração; local);

4. Experiências na escola (escolas que já frequentou; local; série);

5. O que gosta de fazer no tempo livre (descrever o quê, como, com quem, onde, com que frequência);

6. O que você geralmente faz num dia típico da semana e no fim de semana? (com quem? Onde? Com que frequência?);

7. Cite pessoas, que você conhece das suas relações, que você admira? (como são estas pessoas? o que te chama atenção nelas?);

8. Qual a pessoa famosa que você mais admira? (o que mais chama sua atenção nessa pessoa; como você acha que é a vida dela; quais os aspectos positivos e negativos que deve existir na vida dessa pessoa; como você acha que ela chegou nesse lugar – teve ajuda de alguém; que dificuldades e obstáculos ela deve ter tido que enfrentar; como enfrentou...);

9. Em você mesmo, do que você gosta mais? (qual o aspecto, característica ou qualidade em você que mais gosta; por que...);

10. Em você mesmo, do que você menos gosta? (qual o aspecto, característica ou qualidade em você que você menos aprecia; por que...);

11. Como você gostaria de ser?

12. Quais os caminhos que podem te levar a ser esta pessoa?

13. Quais são os problemas que jovens da sua idade tem que enfrentar?

14. Como os jovens lidam com estes problemas?

15. Qual a ajuda que os jovens têm para resolver os problemas que eles enfrentam? Com quem eles podem contar?

16. Se alguém lhe perguntasse como é Florianópolis, o que responderia?

17. O que você conhece desta cidade?

²⁶ Esse roteiro foi adaptado de Assis (2005).

18. O que você não conhece, mas gostaria de conhecer?
19. O que precisaria acontecer para que essa cidade fosse melhor para você?
20. Cite pelo menos quatro problemas que você vivencia em Florianópolis?
21. Como esses problemas poderiam ser resolvidos?
22. Que palavras vêm na sua cabeça para dizer o que você sente sobre:

Família:

Namorada/o:

Governo:

Padre/pastor ou qualquer pessoa da sua religião:

Polícia:

Vizinhos:

Amigos:

Comunidade:

Justiça:

Escola:

Trabalho:

23. Gostaria que você completasse o que eu vou dizer com as primeiras palavras que lhe vierem à cabeça –

Um dia, eu gostaria de...

A vida dos jovens como eu é...

No futuro eu gostaria de...

É muito difícil eu...

Cada dia eu acredito menos em...

Tudo o que eu quero é...

Vale a pena...

Em relação aos outros eu gostaria de...

No lugar onde eu moro seria importante que...

Às vezes tenho vontade de...

Cada dia acredito mais que...

Para ser respeitado o jovem...

Para ajudar o jovem, o governo deve...

A cidade onde moro é...

Para melhorar a cidade, é necessário...

22. Você tem mais alguma coisa a dizer sobre os jovens que ainda não foi perguntada e que pode ajudar a conhecer melhor os jovens que moram na sua localidade?

Anexo 4

Roteiro de entrevista com as fotografias

- 1) Intenção do sujeito no ato de fotografar.
 - O que você quis mostrar na foto?

- 2) Que sentido/relação estabelece com o lugar que quis fotografar.
 - Por que você escolheu registrar essa imagem?
 - O que esse lugar/objeto/imagem lembra pra você?

- 3) Leitura da imagem (o que efetivamente está fotografado) – “estranhamento”.
 - O que você vê nessa foto, além do que você quis fotografar?
 - O que mais poderíamos pensar/ver sobre o que ficou registrado nessa foto?

- 4) Outras paisagens possíveis (lugares por onde circula ou não). Por que esses outros possíveis não foram lembrados ou registrados?
 - Gostaria que você citasse lugares da cidade por onde você já transitou e que não foram fotografados? Por que esses lugares não foram lembrados e registrados?
 - Gostaria que você citasse lugares da cidade que você não costuma circular, mas poderiam ter sido fotografados?

Anexo 5

Tabela 1 – Caracterização dos participantes

Participante	Idade	Número irmãos	Com quem morava	Localidade
Antônio	15 anos	4	Pais; irmãos	<i>Lírios</i>
Camila	18 anos	3	Pais	<i>Lírios</i>
Catarina	20 anos	2	Companheiro; filho	<i>Cravo</i>
Joana	17 anos	8	Mãe; 4 irmãos	<i>Lírios</i>
João	16 anos	2	Companheira	<i>Lírios</i>
José	15 anos	8	amigos	<i>Margarida/Lírios</i>
Juliana	18 anos	3	Companheiro	<i>Tulipa</i>
Pedro	16 anos	2	Pais	<i>Lírios</i>
Suzana	22 anos	2	Companheiro; mãe; padrasto	<i>Girassol</i>